

EDNA CAMILLE BLUMENSCHIN

**COMO REVERBERA A PALAVRA:
CONTRIBUIÇÃO A UMA TEORIA INTERDISCIPLINAR
DE EDUCAÇÃO**

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM EDUCAÇÃO-CURRÍCULO
SÃO PAULO 2007**

EDNA CAMILLE BLUMENSCHIEIN

**COMO REVERBERA A PALAVRA:
CONTRIBUIÇÃO A UMA TEORIA INTERDISCIPLINAR
DE EDUCAÇÃO**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Educação-Currículo, na linha da Interdisciplinaridade, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. *Ivani Catarina Arantes Fazenda*.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM EDUCAÇÃO-CURRÍCULO
SÃO PAULO 2007**

BANCA EXAMINADORA

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese por processos fotocopiadores ou eletrônicos.

Assinatura _____

Local: _____ **Data:** _____

Dedicatória

Haneri – Marília

Júlia

Gabriel

e

Beatriz

Agradecimentos



Aos professores doutores *Cláudio Picollo, Ricardo Hage Matos, Vera Maria Antonieta Tordini Brandão e Yvone Mello D'Alessio Foroni*. Mesmo que eu nem sempre tenha adotado as sugestões feitas por esses professores, estou cônica do aperfeiçoamento que foi possibilitado pelas suas valiosas intervenções.

Ao *Manolo Peres Vilches* que teve a bondade de ler e alinhar meu trabalho:

A *Ana Maria Ramos Sanches Varella* pelo estímulo e amizade.

Em tempo, com reconhecimento e carinho, ao amigo *Luís Roberto Cairo Velloso*, que esteve presente num momento difícil de meu trajeto.

Aos *pesquisadores do GEPI* que contribuíram, de alguma forma, para o meu saber Interdisciplinar.

Ao *Daniel André Machado*, pelo apoio logístico nas finalizações.

E contudo, por tudo, à *Ivani Catarina Arantes Fazenda*, orientadora desta pesquisa, pela inteligência afetiva que clareia, aquece e faz aflorar o texto, o contexto, o pretexto e o intertexto reverberando na possibilidade de viver sonhos na Educação.

Resumo

Como reverbera a Palavra? Esta é a pergunta geradora desta investigação, que nasceu no decorrer de anos lecionando Língua Portuguesa, no ensino superior, numa universidade privada, em São Paulo. E considera que a Palavra vem a luz no processo comunicativo, egressa da intersubjetividade, após o exercício da alteridade.

A relevância deste trabalho advém das dificuldades cotidianamente mostrada pelos alunos que, ao ingressarem na universidade, apresentam desajustes em relação à palavra oral e escrita: alguns não conseguem refletir e argumentar a respeito de temas expostos por não terem, muitas vezes, bagagem cultural aprimorada: proferem a Palavra descuidados, não se preocupando com a recepção da Palavra pelo outro.

A partir de um procedimento metodológico exegético, procurei estabelecer as fronteiras de um diálogo que articula a leitura de autores como: Fazenda, Lenoir e Ricoeur na Interdisciplinaridade; Fucks, Greimas e Saussure na Lingüística; Bakthin, Orlandi e Wittengenstein na Filosofia da Linguagem e Berlo, Jakobson e Watzlawick na Comunicação, autores esses que referenciam os caminhos teóricos do tema que acercam a Palavra em seu movimento e força.

Os assuntos tratados evidenciam a humildade, coerência, espera, respeito e desapego, princípios geradores da Interdisciplinaridade, como vetores para a questão da Palavra dita, silenciada e interdita.

Assim, esta investigação espera mobilizar o leitor-professor em direção à discussão da Palavra, abarcando a influência que exerce sobre o comportamento humano, nas perigosas distorções que sofre, impeditivas do diálogo, do entendimento e da universalidade da cultura.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade, Educação, Comunicação, Intersubjetividade, Alteridade.

Abstract

How does the Word echo? This is the question that triggers off this study that was germinated throughout the years I have been teaching Portuguese Language in a private university in São Paulo. The Word is considered being brought to light in the communicative process, arising from intersubjectivity, after alterity is exercised.

The relevance of this study can be acknowledged for it was set to examine the difficulties faced by students who, entering the university, show some lack of adjustment towards oral and written word. Some can't argue nor reflect about general topics brought up for discussion mostly for not having a fine cultural repertoire. Hence, they use the Word carelessly and are not concerned on how it reaches the receiver.

Based on an exegetical methodology, I tried to articulate the findings of: Fazenda, Lenoir and Ricoeur on Interdisciplinarity; Fucks, Greimas and Saussure on Linguistics; Bakthin, Orlandi and Wittengenstein on Philosophy of Language and Berlo, Jakobson and Watzlawick on Communication. These authors draw on the theory that supports the topic, embracing the Word in its movement and strength.

The issues discussed reveal the humbleness, coherence, contemplation, respect and disinterest - principles that underlie the Interdisciplinarity - leading to the question of the Word that is said, silenced and implied.

Thus, this study expects to engage the teacher-reader in the discussion of the Word, encompassing the influence that it exerts on the human behavior and the serious distortions it endures, hence refraining the dialogue, the understanding and the universality of the culture.

Key Words: Interdisciplinarity, Education, Communication, Intersubjectivity, Alterity

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. Como nasce e reverbera a palavra: a comunicação	21
1.1 - Da palavra ao discurso	32
1.2 - Não só as Palavras falam	45
1.2.1. O silêncio comunica.....	45
1.3 - A busca do <i>Outro</i>	46
1.4 - Poesia: a excelência da comunicação	66
1.5 - Paráfrase, o duto da intenção	68
1.6 - Contingências interativas	108
2. Como a palavra reverbera na intersubjetividade: Condições de produção	110
3. Comunicação e alteridade.....	119
4. Origem das palavras	124
5. Momentos pontuados reverberando da palavra	127
6. A palavra Interdisciplinaridade, como reverbera?	135
Considerações Finais.....	145
BIBLIOGRAFIA	149

INTRODUÇÃO

Considerando que as palavras são apenas nomes de coisas, seria bem mais cômodo que cada qual trouxesse consigo as coisas que lhe servem para exprimir os assuntos em torno dos quais pretende falar.

Eco, 2002: 17.

Lázaro vivo inclinou-se sobre a areia e arrancou uma planta pela raiz. Levantou a planta, virou-a ao contrário e pediu a Mwadia que contemplasse o recorte das raízes de encontro ao céu.

- Espreite bem: o que lhe parece essa raiz?

- Parece uma árvore, avançou com timidez.

Ele sorriu confiante. Era a resposta que esperava. Sacudiu a raiz, espalhando areia húmida. (sic)

- Isto é você. Parece uma raiz. Mas é uma árvore que vive enterrada”.

Este trabalho, fruto da minha vivência impregnada de variadas ressonâncias verbais, convida o leitor a refletir sobre o mundo das palavras, palavras que vêm à luz e se movem e se esforçam para que não precisemos trazer conosco as coisas para falarem por nós. E por sermos depositários da palavra, e por não precisarmos adotar o “sistema de nos expressarmos por meio das coisas” (Eco, 2002), mergulho no oceano da palavra procurando no meu olhar o que se apresenta nessa delicada empreitada.

Para isso clamo o destino, como “causa necessária” ou a razão pela qual o mundo “providencia”, como um espanto que nos atordoa, desequilibra e leva-nos, resilientes, a uma nova ordem sempre diferenciada das anteriores e também sempre mais rica.

No caso do trabalho parece-me que a sua introdução precisa vir sob a forma de desnudamento e questões sobre uma palavra instigante: confeto. O que é confeto? O que é escrever com confeto?¹ Que palavra é essa cujo sentido tem de iluminar a escrita? Palavra, ah a palavra. Preciso justificar a causa de refletir sobre a palavra palavra. Porque escolhi esse tema tão fugidio e negaceador?²

No meu trabalho de mestrado, na minha dissertação, não foi à toa que trabalhei com o poema de Carlos Drummond de Andrade, “O lutador”³. É um poema que fala da dificuldade de se usar as palavras: elas fogem, se escondem, não revestem com precisão o que queremos dizer. Dizem mais. Dizem menos. Agora mesmo eu sabia tudo, o que queria dizer. Um instante depois, e já não sei mais.

¹ “Pensamento metafórico constituído entre o afeto e o conceito”. In: Gauthier, Jacques Zanide, p. 138.

² Sedutor, atraente, convidativo.

³ In Nova Reunião, 1987, p. 94.

Certas palavras dão simplesmente um salto para trás e não voltam mais; outras atrasam-se, viram-se e tornam-se a virar dezenas de vezes, até sentirmos que uma delas encontrou o seu lugar. (Maiakovsky, 1977:44)

Preciso escrever sobre o motivo que me levou a escolher o tema Palavra para esse trabalho. Será que é pela dificuldade que sempre tive em achar a palavra certa? Será pelo susto em sempre reconhecer que minha palavra dita não era entendida como eu pensava haver dito? E sempre aquelas expressões: não foi bem isso que eu quis dizer. Vou me explicar melhor. Dito de outra maneira. Vou refletir. Vou usar palavras *mais simples*. E outras expressões: você entendeu? Você fez uma leitura que eu nem imaginei! Eu pensei que tinha escrito outra coisa. Como você não entendeu, está tudo aí. Olha, eu quis dizer que...

Contudo, porque a Palavra? Que funcionamento é esse tão lasso do uso da Palavra fazendo-a ecoar de maneiras tão distintas? Como uma Palavra dita em situação de difusão pode reverberar tão distintamente para cada ouvinte? Vem-me à memória situações de sala de aula.

Sou eu uma mesma professora e estou numa classe com 30 alunos. Dou minha aula. Solicito um retorno do que foi ensinado. Surpreendo-me tendo 30 retornos muito diferenciados um do outro e todos podem ser perfeitamente reconhecidos no que foi dito. Minha aula, minhas palavras reverberaram de maneira peculiar em cada aluno. Isso pode ter uma explicação? Vem-me mais pontuadamente à memória a situação particular da disciplina do curso de Direito: *Redação e Linguagem Jurídica*, onde a interpretação é o grande lance dos operadores nesta área: Tem sempre um modo peculiar, e objetivado de interpretar-se o que é dito. As normas jurídicas têm uma intenção ao serem

escritas, têm um direcionamento que se pretende certo. Cada palavra da norma é cuidadosamente estudada para veicular a interpretação pretendida. O sentido é criteriosamente esmiuçado para que não haja mais do que a interpretação mesma almeja: mas veja o que na realidade acontece: os juristas, usuários da lei, dão às palavras o rumo que mais lhes interessa: interpreta as palavras das leis astuciosamente e muda-lhes o alvo: a atinam ao que mais lhes convier – atenuar ou agravar as penas.

E o que dizermos das palavras de carinho, de incentivo, de acolhimento? Como elas reverberam em nós acionando movimentos em direção ao que elas, as palavras, nos seduzem? As palavras constroem-nos. As palavras podem destruir-nos. A palavra certa na hora errada não ressoa. A palavra certa na hora certa edifica. O que é a palavra certa? Qual é a palavra certa? Como dimensionarmos a palavra para que ela diga na medida que propomos, o que queremos dizer? Onde está escrito que tem de ser assim? E se está escrito eu posso entender de outro modo, eu posso entender também assim... O que me encontra no outro são os valores os quais ele quer ver ressoar! Haja receptor que fique indiferente ao som de palavras que despertam a vaidade e elevam a auto-estima de quem as ouve! E sempre, sempre a luta para pronunciarmos a palavra e encontrarmos a justa ressonância ao que queremos dizer. A palavra que fere a alma. A palavra que aquece o coração. *“Assim, o seduzir com palavras muito suaves e o persuadir com as lisonjas dos seus lábios”.*⁴

Contudo, para abordar o tema escolhido nos apropriaremos rapidamente da palavra corporeidade (Merleau Ponty, 2006) para digerirmos que é pela corporeidade que nos comunicamos com nós mesmos, com o *mundo* e com o

⁴ Salmos / Provérbios, in: Novo Testamento, cap. 7: p. 659.

outro. Tudo muito simples: nós nos comunicamos ao outro antes pelo *corpo*, depois, pelo *verbo*. No nosso caso, para esse trabalho, vou considerar a manifestação do outro em situação comunicativa verbal e de como a manifestação verbal se dá. Se reconhecermos o *como* de tal manifestação talvez possamos poderemos errar menos, (ou acertar mais) considerando a provável dimensão do que queremos dizer e, quem sabe, talvez sermos entendidos do modo como almejamos⁵. Para ilustrar: quando fazemos um resumo de algum tipo de texto, que Palavras apagamos? Palavras tocam as pessoas: umas são apagadas e outras não. As Palavras que afetam o receptor são copiadas e compõem o resumo⁶; as Palavras que não afetam, são apagadas.

Apartar a língua da cultura é o mesmo que negar toda forma de produção de conhecimento, paralisando-se os processos de linguagem, desconsiderar as relações do homem com o homem, do homem consigo mesmo e do homem com o universo. Na verdade, nada poderia estar na língua, sem antes estar inscrito nos moldes culturais pela palavra que se faz língua, que se faz linguagem, que constrói a cultura.

A palavra será o motivo da nossa trajetória. O modo como a palavra nasce, se expande, combina e reverbera em diferentes instâncias. Onde a palavra é gerada? Qual a sua origem? Como a trata o olhar Interdisciplinar?

Para perpassar estas questões dirijo-me a alguns pontos que procuram mostrar onde é possível encontrar ressonância para uma aproximação responsiva a tais dúvidas.

⁵ Desejar com a alma.

⁶ Técnica acadêmica que consiste em cópia-apagamento, seleção e construção.

De início, acerco noções de comunicação interpessoal por acreditar que aí a Palavra vem à luz. Procuo falar da comunicação, de como ela é entendida e acolho um sistema que pareceu-me mais adequado para tratar do processo comunicativo. No processo, foco o código de comunicação sabendo-o convergente de todos os demais itens que compõem. Na comunicação, o sentido, no nosso caso, é o local no qual é provocado o fenômeno poético. Assim, tanto o emissor quanto o receptor encontram-se no cerne da mensagem, para estabelecerem, dialogicamente, a interação comunicativa. Nesta altura, lançaremos mão das funções da linguagem de Jakobson (1970) para mostrar, além do lugar de cada função, que é na função correspondente ao código e ao canal no processo comunicativo que encontram-se as funções: referencial, fática, metalingüística, além da poética, entendida aqui mais como poiésis, isto é, como construção pela escolha da palavra mais digna e acertada do que queremos comunicar.

Em seguida, após vermos que poética não se dá apenas no gênero poema, veremos as reformulações dos enunciados para atingirem os propósitos comunicativos. Nesta altura, visitarei minha dissertação de mestrado e pinçarei dela os momentos que trato de como a reformulação em paráfrase vai se vetoriando para uma aspirada intenção comunicativa.

Este primeiro momento é como a ponta de um iceberg: só vemos o que aparece. Num segundo momento visitaremos vistas aos princípios organizadores da experiência dos atuantes no momento comunicativo. Traremos para o foco a intersubjetividade que enlaça *emissor* e *receptor* numa interação de transferências recíprocas, como as duas faces de uma mesma dinâmica cooperativa e com vistas a efeitos comunicativos. Compreendendo o seguinte:

nenhuma palavra que o emissor profere é inteiramente o emissor. Sempre *nos* falamos e *nos* falamos no *outro* que ressoa em *nós*. Os atuantes colocam idéias ou objetos dentro das palavras (consideradas como recipientes), e as envia (transfere) através de um canal para um receptor que retira as idéias–objetos das palavras recepcionadas. Temos assim o aspecto cooperativo – intersubjetivo de comunicação. E podemos dizer que a palavra reescreve sua história a cada vez que ela é acessada e divulgada.

Num segundo momento, no item que contempla comunicação e alteridade veremos a contenda entre o *dizer* e o que, efetiva e contextualmente, pode ser *dito*.

Outros demais aspectos da reverberação da palavra, como o poder da palavra e a palavra do poder; aspectos de comunicação não verbal; o silêncio como comunicação e ouvir o não dito são pontos que as palavras tanto podem iluminar quanto mascarar a enunciação, reverberando numa rede de implicações que desperta e conecta lembranças e experiências, desenvolvendo nosso acervo repertorial, despertando-nos para a malícia apreendida da própria palavra.

*No princípio era o verbo*⁷. Qual o vazio a palavra ilumina? Qual a condição do acontecimento Palavra? E outras questões se insinuam no item a origem das palavras.

Em seguida pontuaremos a Interdisciplinaridade e o olhar Interdisciplinar sobre a palavra, procurando rastrear como Fazenda e outros autores trataram a palavra Palavra.

⁷ (...) e o verbo se fez carne e habitou entre nós (...) “Novo Testamento: O Evangelho segundo João”, p. 178.

E como todo percurso, este apresenta um itinerário que não obedece as linhas inflexíveis. Há idas e retornos, o que nos lembram as palavras de Mia Couto: *O bom do caminho é haver volta. Para ida sem volta, basta o tempo* (2006:14). Há pausas demoradas quando o assunto reclama; há fugas do caminho planejado para uma espiada na paisagem ou pontos significativos nos arredores. Há caminhos serenos onde se explana e se espraia o comumente sabido. Em alguns momentos, há uma subida mais íngreme ou descidas arriscadas para captar lampejos que acreditamos iluminar nosso trajeto.

Mas, em todo o percurso há a presença do cenário pontuado pela Interdisciplinaridade, que o tempo todo *faz a corte* e nega a Palavra.

Assim, esse é um trabalho de observação do movimento e força da palavra, permeado pelo meu inventário de leituras e vivências. Movimentos esses que indicaram-me o caminho designado e o caminho de novas leituras e observações mais direcionadas ao tópico e que levaram-me a uma aproximação um pouco mais clara de tão delicado e profícuo tema.

1. Como nasce e reverbera a palavra: a comunicação

Onde quer que se chegue a acordo ou assentimento no trato dos negócios humanos, esse acordo se alcança por processos lingüísticos, ou então não se alcança.

Benjamin L. Worf. Apud Hayakawa, 1953: 5.

Compreendamos que a palavra nasce na situação comunicativa. A palavra comunicação deriva do latim *communicare*, cujo significado é “tornar comum”, “partilhar”, “repartir”, “associar”, “trocar opiniões”, “conferenciar”. Desse modo, comunicar implica participação (*communicatio* tem o sentido de “participação”), interação, troca de mensagens, emissão ou recebimento de informações novas e revisitadas. Seguem-se algumas aproximações “clássicas” do termo comunicação, cujos confrontos nos permitirão observar diferentes abordagens. Algumas se restringem à comunicação entre os seres humanos; outras procuram se estender a variáveis que o termo abrange: a comunicação homem/animal, homem/máquina, máquina/máquina; umas dão maior ênfase à resposta do receptor, enquanto outras acentuam as intenções do emissor (fonte) e os estímulos produzidos por este.

Comunicação, no entendimento comum, é a resposta discriminativa de um organismo a um estímulo. Esta aproximação, comportamental, diz que ocorre comunicação quando algum estímulo, encontra um organismo e o organismo dá uma resposta discriminativa a esse estímulo. Se o estímulo é ignorado pelo organismo, não há comunicação, dessa forma, a mensagem que não tem resposta não é comunicação.

De outro lugar, diz-se que comunicação é o estabelecimento de uma unicidade social entre os seres humanos pelo uso de signos de linguagem, é o compartilhamento de conjuntos comuns de regras, para várias atividades que visam um objetivo. Vemos aqui sombras de intenções. Toda comunicação é processada por meio de signos, com os quais um *ser* afeta o comportamento do *outro*. E, ainda, que comunicação não tem resposta em si mesma, mas é

essencialmente a relação que se estabelece com a transmissão do estímulo e a evocação da possibilidade de respostas em outrem.

E que comunicação não é faculdade de tornar comum aos outros somente as coisas externas ao homem, mas também ele próprio e suas ações mais íntimas da consciência – idéias, vontades, estado d'alma. Algo de intersubjetivismo é abrigado neste aspecto.

Como atividade sensorial e nervosa,

(...) a comunicação inclui a coleta de informações de diferentes partes do ambiente de diferentes partes do corpo; a armazenagem e restabelecimento da informação; a disposição, processamento e avaliação que ocorre no processo de tomada de decisão; a circulação de informações para o centro de ação e, especialmente, o preparo de ordens que resultam no envio de mensagens para o ambiente. (Schramm: apud Rabaça e Barbosa, 1978:114).

Pode-se entender que comunicação é o processo da participação da experiência para que se torne patrimônio repertorial individual comum que modifica a disposição mental das partes associadas. A sociedade não só continua a existir pela comunicação, como também pode-se dizer que a sociedade humana é transmissão e comunicação e que uma sociedade educada é a que tem um repertório que a legitima.

Assim, comunicação é o processo por meio do qual o indivíduo comunicador transmite estímulos, geralmente verbais, para modificar o comportamento de indivíduos receptores.

Mas comunicação não se refere somente à transmissão verbal, tendo implícito o ouvir, falar, ler e escrever. A noção de comunicação inclui todos recursos por meio dos quais pessoas influenciam outras pessoas. Baseada na

premissa de que todas as ações ou eventos têm aspectos comunicativos assim que são percebidos por um ser humano, isso implica que a percepção atua e modifica a informação que o indivíduo possui e, por conseguinte, influencia esse indivíduo na medida que mobiliza e amplia o seu repertório. Assim sendo, comunicação inclui todos os procedimentos por meio dos quais uma mente pode afetar outra mente. Isto envolve, não somente a mensagem escrita e oral, como também todo o comportamento humano⁸.

Comunicação inclui *estar em relação com*, representa a ação de *pôr em comum*, de *compartilhar* as nossas idéias, os nossos sentimentos, as nossas atitudes com as de outrem e, identificar-se com o processo social básico: a interação como troca de experiências socialmente significativas e como esforço para convergências e divergências de perspectivas e de reciprocidade de pontos de vista. Interação implica certo grau de ação conjugada ou cooperativa para livre trânsito das convergências e divergências. A sociedade adota um conjunto de signos e de regras que, por força das convenções tácitas e coletivamente aceitas, deixam de ser arbitrários e passam a ser motivados. Se optássemos por signos inteiramente novos e estranhos, isso nos isolaria do resto da comunidade, por isso somos levados a provocar em nossos interlocutores os significados comuns, com reações resultantes da interação entre comunicador e intérprete, acionada por meio do uso de signos e símbolos compartilhados. Comunicação é um ato social que envolve duas ou mais pessoas numa situação contextualizada. Na situação face-a-face, os papéis dos comunicadores são constantemente trocados. Em outras situações, há menos possibilidade para esta interação subjetiva. Na

⁸ O processo de transmissão e recepção de mensagens, no sentido citado aqui, a palavra “mensagem” não significa apenas idéias, pensamentos ou informação, significa sinais paralinguísticos físicos transmitidos entre o emissor e o receptor.

leitura, por exemplo, a interação se dá de modo bem particular: Como atividade comandada pelo texto, a leitura une processamento do texto ao efeito sobre o leitor. (Iser, 1979:83)

Em seu sentido mais amplo, ocorre comunicação sempre que um indivíduo atribui significado a um estímulo interno ou externo e que haja interação intuitiva dos simbolismos relativamente inconscientes dos gestos, idéias e comportamento da cultura de alguém.

Complementando, podemos dizer que comunicação é o conjunto dos conhecimentos lingüísticos, psicológicos, sociológicos, filosóficos relativos aos processos de transmitir e propagar experiências e conhecimentos e envolver esse conjunto de conhecimentos com técnicas adequadas e combinações eficazes.

A representação esquemática do processo comunicacional de Lasswell⁹, foi a escolhida para ilustrar esse assunto e será apresentada adiante. Os modelos ligados à comunicação, são concebidos a partir de enfoques diversos e por isso diferem entre si na forma, na linguagem ou na presença de um ou outro componente. Embora todos eles sejam muito assemelhados às antigas descrições sobre retórica, dialética e argumentação que nos vieram da filosofia, ainda hoje permanece, praticamente, o clássico esquema tricotômico da Comunicação apresentado por Aristóteles: A pessoa que fala; O discurso que pronuncia; e A pessoa que escuta.

Incluiremos também o modelo desenvolvido por Johnson¹⁰, por se ligar mais diretamente à Palavra.

⁹ In: “Esquemas del proceso de la comunicacion”, CIESPAL, Quito – Equador, 1969, pp. 2 e 3.

¹⁰ Johnson, Wendel, in Rabaça e Barbosa, 1978: 111.

O modelo elaborado por Johnson, especialista em semântica, dá ênfase à relação entre a linguagem e a realidade: as palavras representam fatos e os fatos implicam um mínimo de linguagem; as palavras expressam avaliações: e provocam algum efeito e a comunicação tem continuidade.

Pelo fluxo abaixo, podemos acompanhar os sucessivos estágios do modelo de Johnson:

- 1) ocorre um evento (fato que serve de fonte de estimulação sensorial);
- 2) o evento estimula o Sr. A (Através de qualquer órgão sensorial);
- 3) os impulsos nervosos resultantes desse estímulo dirigem-se ao cérebro do Sr. A, produzindo sensações pré-verbais;
- 4) o Sr. A começa a traduzir sensações em palavras (de acordo com seus padrões verbais costumeiros) e, independentemente das palavras ele “pensa em”;
- 5) o Sr. A seleciona algumas palavras e as arruma de forma adequada;
- 6) por meio de ondas sonoras e luminosas, o Sr. A fala com o Sr. B;
- 7) os ouvidos e olhos do Sr. B são atingidos por esses estímulos físicos;
- 8) impulsos nervosos resultantes desses estímulos dirigem-se ao cérebro do Sr. B, produzindo sensações pré-verbais;
- 9) o Sr. B começa a traduzir essas sensações em palavras (de acordo com seus padrões verbais costumeiros) e, independentemente das palavras, ele “pensa em”;

10) o Sr. B seleciona algumas dessas palavras e as arruma de forma adequada;...) e então o Sr. B fala ou age, estimulando em consequência o Sr. A, ou alguém mais, e assim o processo de comunicação tem prosseguimento.

O modelo de comunicação humana formulado por Johnson tem o mérito da simplicidade, bem como o de acentuar o seu caráter de processo. O seu dinamismo é visto especialmente quando utiliza o conceito de 'estágios' ou etapas ao invés de 'elementos'; o que torna mais claro o movimento de continuidade do comportamento comunicacional. Entretanto, o modelo citado padece de alguns defeitos mais ou menos evidentes:

(...) reduz, praticamente, os processos comunicativos ao de tipo verbal e face-a-face; exclui de certo modo, o contexto ou situação em que se acham as pessoas nele envolvidas; e admite, implicitamente, que o processo se inicia sempre a partir de estimulações externas, como se o indivíduo não atuasse também impulsionado por forças que provêm de estímulos internos de seu próprio sistema comportamental. (Johnson, apud Rabaça e Barbosa, 1978:11)

O cientista político Harold Lasswell propõe um paradigma destinado a orientar o exame científico dos variados aspectos da Comunicação de Massa, é o esquema que dará um certo rumo ao nosso trabalho. Segundo Lasswell¹¹, o *estudo de cada um dos itens implica modalidades específicas de relações estabelecidas no processo comunicacional:*

¹¹ Ciespal. In: "Esquemas Del proceso de la comunicacion", pp. 2 e 3.

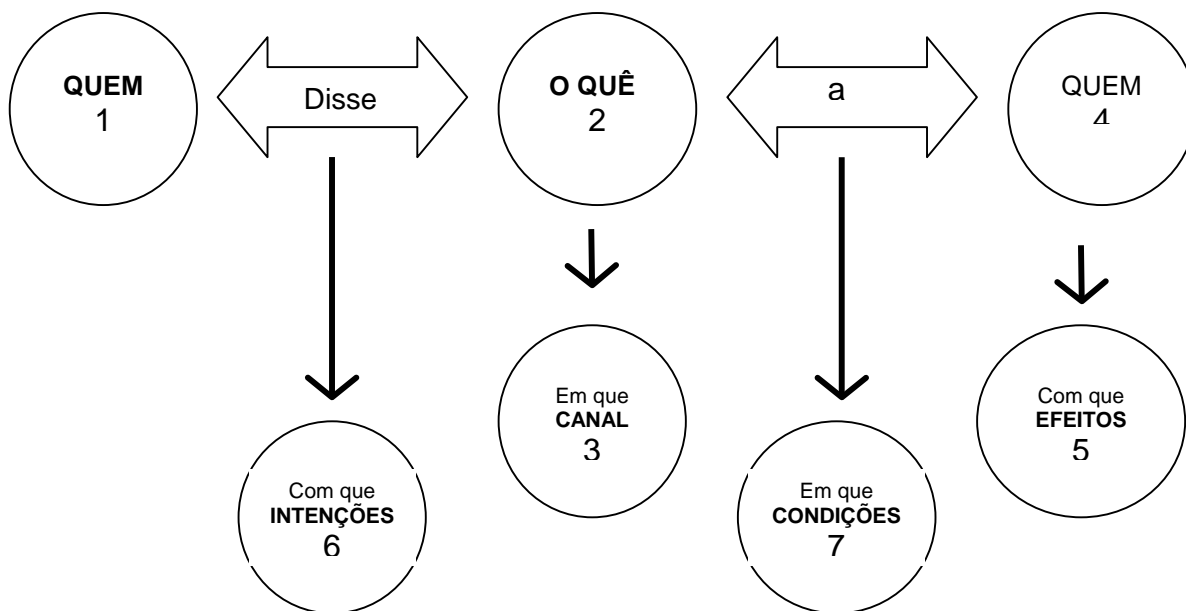


Fig. 1 (LASSWELL: Rabaça e Barbosa, 1978:111).

1) *Quem*; fatores que iniciam e guiam o ato da comunicação – o estudo desse item implica numa análise de controle;

2) *Que disse o quê* – implica numa análise de conteúdo;

3) *em que canal* – meios interpessoais ou de massa – é a mensagem, é a palavra proferida, é a averiguação dos meios que conduzem a mensagem;

4) *a quem* – pessoas atingidas por esses meios – estuda a audiência e como a palavra é recepcionada;

5) *com que efeitos* – impacto obtido pela mensagem sobre a audiência – análise do efeito

Podemos ainda acrescentar ao modelo original de Lasswell uma questão referente às causas, aos antecedentes ou intenções da mensagem, e outra referente ao contexto em que ela foi recebida.

É importante ainda, destacar a configuração para comunicação de Schramm¹², considerada uma das melhores representações do processo de comunicação humana.

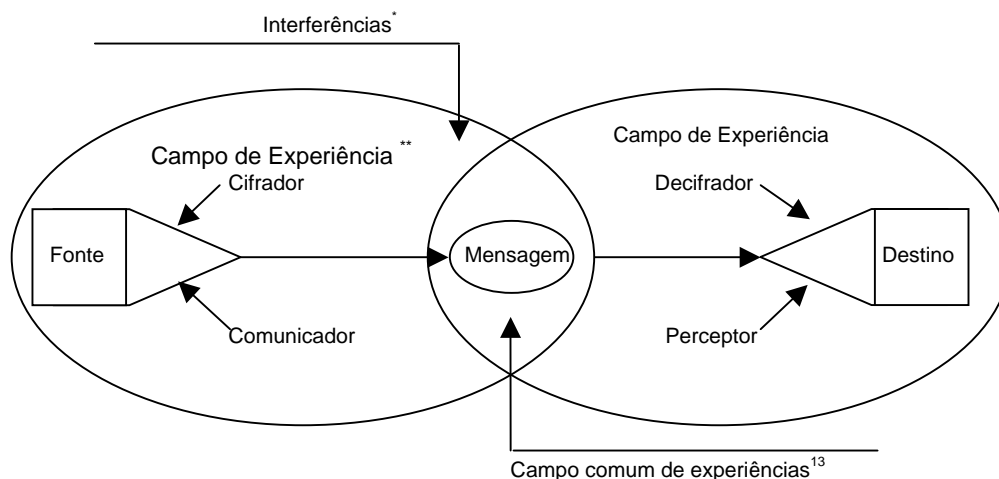


Fig 2 (Ciespal, 1969: 6).

Apresentado em partes ou etapas, de modo a respeitar o dinamismo próprio do comportamento comunicativo, o modelo de Schramm dá o devido destaque a certos elementos atuantes no processo comunicacional, como o repertório (campo experiência) e o feedback (resposta).

Representados por:

- 1) fonte – pode ser uma pessoa ou uma organização
- 2) mensagem – pode assumir a forma escrita, sonora, eletrônica, gestual ou de qualquer outro sinal. Esses sinais, para serem transmitidos e terem seus significados adequadamente interpretados, precisam ser codificados (ordenados em algum sistema de sinais);

¹² Ciespal, p. 8.

* Ruído

** Repertório.

¹³ Quanto maior entrelaçamento entre os dois campos, mais eficaz é a comunicação, em contrapartida, quanto menor, menos eficaz

3) destino – pode ser uma pessoa, um grupo de pessoas, um auditório, uma audiência de milhões de pessoas etc., no ato de captar a mensagem (na qualidade de leitor, ouvinte).

Para entrar em processo, o modelo de Schramm (1978) necessita que:

a) Emissor e receptor estejam sintonizados, para que se efetive o fluxo de informações. Também entre pessoas é necessário que haja uma linguagem comum, um código conhecido por ambos os comunicadores e um mesmo canal.

b) Emissor e receptor podem ser até mesmo uma única pessoa; neste caso, o indivíduo comunica-se consigo mesmo e todos os elementos do processo encontram-se fundidos, o que chamamos em lingüística de solilóquio.

c) Emissor e receptor precisam compartilhar algum campo de experiência, para que a mensagem possa ser codificada pelo primeiro e decodificada pelo segundo; quanto mais entrelaçados estiverem os campos de experiência (veja os círculos na ilustração), mas facilidade de comunicação haverá entre as duas pessoas.

d) O processo de comunicação está conectado de algum modo com as informações anteriores, assim como se ligará aos atos subseqüentes. Essas considerações levam-nos a mais um elemento essencial do modelo de Schramm: o retorno da comunicação, retroinformação ou feedback.

Contudo, ressaltamos que comunicação autêntica é a que se assenta num esquema de relações, contingências assimétricas, em uma paridade de condições entre emissor e receptor, na possibilidade de ouvir o outro e ser ouvido, como possibilidade mútua de entendimento; ou seja, é uma via em dois sentidos.

Costumam-se atribuir à comunicação quatro funções básicas: informar, divertir, persuadir e ensinar, além dos possíveis propósitos e necessidades inconscientes, que certamente existem tanto na fonte como nos receptores das mensagens.

Nas atividades de comunicação há possibilidade de:

- a) Apreensão prévia do meio ambiente;
- b) Interpretação, orientação, seleção e avaliação de informações advindas da apreensão prévia visando a inscrever a conduta em resposta às informações detectadas;
- c) Transmissão de cultura, comunicação de informações, dos valores e normas sociais de um membro de um grupo para novos membros;
- d) Entretenimento ou atos comunicativos com intenção de distrair e de divertir o receptor.

Cada uma das atividades acima pode funcionar tanto positiva como negativamente podem ser indesejáveis do ponto de vista da sociedade ou de alguns dos seus membros, e pode também ter a função de atrair prestígio e a função de reforçar as normas sociais explícitas ou implícitas.

O significado da comunicação não está propriamente nas intenções, mas em seu esforço e atividade de nortear a intenção. Tal esforço é mais entendido como ação e menos como demonstração de destreza. Ação mesmo que desorientada e desorientadora, se direciona para um conjunto sistêmico¹⁴.

¹⁴ “Sistêmico designa um conjunto de relações entre os elementos integrantes de uma totalidade”. (Moraes, M.C.: Dic. Em construção: Interdisciplinaridade, 2001:33).

O pensamento sistêmico reconhece que há uma interconexão ordenada entre as coisas, o que nos permite uma visão holística e contextual que nos ajuda a sensibilização em direção aos princípios Interdisciplinares.

A interconexão ordenada nos remete ao regime de disciplina, e nos leva a um estribilho da Interdisciplinaridade: “*Sem disciplina não podemos ser Interdisciplinares*”.

1.1 - Da palavra ao discurso

*Quem não vê bem uma
palavra não pode ver bem
uma alma.*

Fernando Pessoa¹⁵

As Palavras compõem o universo humano. as complicadas, as mais usadas, as desconhecidas, as indispensáveis, as amorosas, as de desprezo. Difícil imaginar uma situação humana sem elas.

Investigo a palavra, Palavra para ir, na medida do possível, fundo à intenção de habitar, com propriedade, o assunto eleito.

A descoberta da importância da palavra e dos seus inúmeros sentidos é o desafio enfrentado quando consultamos o dicionário: é pinçar um sentido para a sua própria Palavra.

De Walcir Carrasco, colhi e costurei o seguinte:

¹⁵ A Língua Portuguesa, 1999: Introdução.

Quero um dia ser lembrado como autor de um feito sublime: ser o dono de uma palavra que escolhi, divulguei e imprimi na fala das pessoas como uma tatuagem.

Descobri que as palavras guardam histórias. Percorrem o tempo registrando emoções, atravessam vidas.

Entendi o fascínio dos poetas ao brincar com elas, criando versos e rimas que trazem o som, as aventuras e as desventuras. As palavras dançam entre si: criam mundos e vidas. As palavras são vivas. A aventura é seguir a trilha das palavras, desvendar os mistérios ocultos em palavras comuns.

As palavras ganham e perdem significados. São modeláveis a cada povo. Entram e saem de moda. Constróem coisas ao acaso e mudam uma vida. As palavras podem transformar-se em teias de confusão em luzes de elucidação. Nos faltam quando mais as necessitamos. Vem-nos de sopetão em momentos impróprios. A ambição de deixar uma palavra que se incorpore à língua: falada na rua, nos discursos; lida nos livros e poemas; chorada na tristeza. Palavra que traz alegria, felicidade, conforto, amor.

Passear pela história das línguas para nos remeter em que, imaginamos, o sentido as palavras de quando os homens viviam em cavernas envoltos em peles e temiam os trovões.

Sabemos, hoje, que a maior parte das línguas faladas tem uma raiz comum, o indo-europeu. Estudiosos do séc. XIX descobriram que o latim, o sânscrito e idiomas germânicos nasceram do idioma indo-europeu. Ninguém tem o poder de tirar palavras da língua. Um ou outro pode ter a sorte de introduzir palavras à língua. As palavras dizem o destino. Falam com cuidado, são escolhidas. Palavra é passagem para uma vida cheia de significado.

O segredo das palavras está em nunca se traírem. Quando as pessoas querem acreditar em alguma coisa, colocam as palavras na boca da gente. As palavras podem levar alguém muito longe. Doces palavras na boca. Como controlar as palavras.

Palavras são como um barco, capazes de levarem-nos a qualquer mar, conduzidos pelo encanto das palavras. Dizer as palavras certas. Confiar em encontrar a a palavra certa. Os pensamentos não bastam quando tratam de palavras?

As palavras são diamantes solitários e, no entanto, criam relações, promovem mundos. Se as palavras passam de pessoa para pessoa é porque os seres se conhecem, se comunicam, fazem trocas. Palavras são interligações entre todos nós. Fui deixando-me levar pelas palavras doces. Senti a verdade de uma palavra. Encantamento pela palavra. Entendam: caçar as palavras pouco significa. Inventar uma também. Porque as palavras precisam do nosso sangue para viver e brilhar na constelação das existências. Sobrevivem com nossos sentimentos, sonhos, mágoas e aspirações. Sozinhas são ocas. Juntadas a nossa vida, atingem a eternidade. Viver milhares de palavras é viver milhares de emoções e de experiências”¹⁶.

Saussure (1976) faz distinção entre palavras, língua e linguagem e ressalta a palavra como sendo a manifestação lingüística do indivíduo. Diferentemente da língua, que é uma função social e utilizada passivamente pelo indivíduo, a palavra é o ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir as combinações para as quais o falante utiliza o código da língua para exprimir o pensamento pessoal. É o mecanismo psicológico que permite ao falante exteriorizar certas combinações lingüísticas.

O termo palavra tem uma ambigüidade evidente. Por um lado pode ser um acontecimento individual, novo a cada vez que ocorre; e por outro, o mesmo por mais que a pronunciemos. No primeiro caso, cada vez que a utilizamos lhe imprimiremos novos sentidos. Assim, se numa página tivermos cinco vezes a palavra leitura, a mesma poderá ter cinco significados diferentes. No segundo caso, leitura terá sempre o mesmo significado. No primeiro caso, advirá a dificuldade de aproximações do termo palavra, pois ela se reescreve sempre que é pronunciada. No segundo haverá a repetição.¹⁷

¹⁶ Trecho livremente escrito a partir de “O caçador de Palavras”, de Walcir Carrasco, 1993.

¹⁷ Embora saibamos que a repetição não existe: *não entramos duas vezes no mesmo rio, pois o rio não será o mesmo e nem nós.*

A língua é um conjunto organizado de signos chamados lingüísticos. Há distinção entre língua e linguagem estabelecida por Saussure (1978). Para o autor, língua é o conjunto dos costumes lingüísticos que permitem a um sujeito compreender e fazer-se compreender. Neste, a língua é vista como sistema¹⁸ ou estrutura, de tal forma organizado que qualquer modificação pode alterar todo o conjunto da manifestação, pois os elementos do conjuntivos são organicamente condicionados. Saussure dizia ainda que a língua é um sistema cujas partes todas devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica e, acrescentamos, coerente. A língua supõe uma massa falante que a constitui como realidade social.

Linguagem é, em geral, o uso de signos em situação de intersubjetividade¹⁹ que possibilitam a comunicação. É entendida, primeiramente, como possibilidade de escolha dos signos, a palavra dicionarizada e cabível ao contexto comunicativo; depois como possibilidade de combinação de tais signos de maneira limitada e de acordo com estruturas sintáticas da linguagem. Quanto ao primeiro entendimento, nele constam palavras que lexicamente são signos intersubjetivos que podem fazer parte de um discurso com função determinada: só podem combinar-se com os outros signos de maneira limitada e reconhecível. Se a língua foi estabelecida, por Saussure, como produto social da faculdade de linguagem e, ao mesmo tempo, como um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos, a linguagem então é multiforme e heteróclita²⁰, sobreposta a domínios

¹⁸ Conjunto ou totalidade de relações, ver sistêmico.

¹⁹ Trataremos adiante da intersubjetividade, cap. 2.

²⁰ Que se desvia dos princípios da analogia gramatical ou das normas de arte e tem uma certa autonomia. Assim as os fins que a história realiza não são os mesmos que os indivíduos ou as comunidades se propõem: os fins, nesse caso, resultam da combinação., da correlação e do conflito das vontades humanas, e das condições objetivas da *tradução* da história saída de fins particulares, transformados em meios para atingir a fins mais amplos.

físico, filosófico e psicológico e, ainda, individual e social. Não é passível de classificação em nenhuma categoria de fatos humanos porque não se sabe como determinar a unidade de linguagem. Dentro dos princípios da Interdisciplinaridade, a intersubjetividade é a base do encontro entre o *Eu* e o *Outro*.

Discutida sob a égide da intersubjetividade, podemos dizer então que há um ponto de embate entre a semelhança do problema da linguagem com o problema da intersubjetividade dos signos. E este embate é o próprio fundamento intersubjetivo. Dizer que a linguagem tem origem em convenções significa dizer que a intersubjetividade é fruto de um acordo, de um contrato entre os homens. E dizer que a linguagem se origina da natureza, significa que a intersubjetividade é garantida pela relação entre o signo lingüístico e o objeto designado ou com o estado subjetivo a que o objeto se refere. Podemos apontar quatro acepções para a questão da linguagem: linguagem como convenção, linguagem como natureza, linguagem como escolha e linguagem como acaso. A linguagem como convenção e como natureza tem em comum a afirmação do caráter necessário da relação entre o signo lingüístico e seu objeto, qualquer que seja. Convencionalmente afirma-se a perfeita arbitrariedade de todos os usos lingüísticos reconhecendo em todos a mesma validade, pois nesse caso os signos lingüísticos são naturais e suscitados pelo objeto que expressa. São todos válidos e é impossível modificá-los ou corrigí-los: é impossível dizer o que não é, porque dizer o que não é, é não dizer. Dentro da perfeita arbitrariedade subjaz a convenção.

A interpretação da linguagem como convenção trata também da infabilidade do ser necessário e único, que devia levá-lo a ver nas palavras nada mais do que coisas ilusórias. A interpretação convencional da linguagem pode ser vista como homonímio, na qual as coisas diferentes são designadas pelo mesmo

nome, como diversidade de nomes para a mesma coisa; como possibilidade de mudar o nome e como falta de analogias dos nomes. Há certa insistência na diversidade entre os nomes e as coisas e na conseqüente imprevisibilidade de se comunicar o conhecimento das coisas através dos nomes, pois o nome não manifesta todas as coisas existentes, da mesma forma que as coisas existentes não manifestam sua natureza inteiramente pela palavra.

O convencionalismo ao afirmar a arbitrariedade da referência lingüística, insere a representação ou conceito mental – idéia ou palavra ou qualquer outra designação que venha a ter e que cinde e articula a relação entre nome e o seu designado. A inclusão do termo convencional permite reconhecer, ao mesmo tempo, o convencionalismo da linguagem e a necessidade de seus significados. Daí, temos que um nome é um vocábulo semântico segundo convenções. Nada é nome por natureza, mas somente depois de se tornar símbolo. As palavras, como sons vocais ou código escrito, não são as mesmas para todos, no entanto, referem-se às afeições da alma que são as mesmas para todos e constituem imagens de objetos que são os mesmos para todos. Sendo os objetos, as afeições da alma e as palavras escritas ou faladas as mesmas para todos, dizemos que a relação palavra-imagem mental é convencional, e que a relação imagem mental e coisa, é natural. A relação palavras-imagem mental pode mudar sem que mude a relação imagem mental e coisa. E é apenas a imitabilidade ou a necessidade da relação imagem mental e coisa que determina a estrutura geral da linguagem, pois não depende do convencionalismo dos sinais. Para Aristóteles²¹ é esse o caráter que dá as determinações de verdadeiro e falso, ou

²¹ In Os Pensadores, Vol. IV, 1973, p. 456.

seja, unir ou separar os signos, reproduz ou não a união ou a separação das coisas.

As palavras são empregadas pelo homem como signos de suas idéias. Não há conexão natural entre determinados sons articulados e certas idéias, se tal acontecesse haveria uma só língua entre os homens. A palavra é arbitrária e é aceita como marca de certa idéia.

Wittgenstein (1975) admitiu a arbitrariedade, e portanto a equivalência de todos os jogos lingüísticos em uso, e que tais jogos podem ter caracteres e regras diferenciadas com inter-relações também diferenciadas. Mas é preciso que as relações estabelecidas tenham sentido e se há sentido a ordem das relações é perfeita na mais vaga das proposições. Assim a língua perfeita é algo já existente no uso. Para Wittgenstein *o ideal deve* ser encontrado na realidade. Enquanto não virmos como se encontra nela não entenderemos a natureza desse deve. Achamos que deve estar na realidade porque achamos que já o vimos.* (1975: 105) E a reconhecemos porque temos internalizada sua gramática, no caso, sua manifestação organizada sintaticamente.

No âmago da língua instituída pelo uso inserem-se elementos construídos pelos seus usuários com todas as propriedades estabelecidas por meio de regras que levam em conta a sintaxe e a semântica da língua. É o denominado sistema semântico, construído em consonância com os fatos da língua. A semântica está harmonicamente ligada à sintaxe para que possa produzir sentido, e dizemos que onde há sentido há ordem perfeita, pois obedece regras não convencionais escolhidas com base nos dados sintáticos de fatos organizados em base

* Grifo meu

semântica²², ou seja: um nome é um vocábulo semântico seguindo convenção. Nada é nome por natureza mas apenas depois de se tornar palavra.

De certa forma a linguagem revela seu objeto quer seja pela interjeição, pela onomatopéia, metáfora e pela linguagem lógica. Assim, pela interjeição, admitimos que a natureza obrigou os homens a emitirem vários sons e a utilidade levou-os a dar a cada coisa um nome; pela onomatopéia, ou etapa mimética, as raízes lingüísticas são imitações dos sons naturais. O som notado como sinal distintivo passa a ser refletido numa idéia e emitido como palavra. A linguagem humana se forma do conjunto dessas palavras.

Revelada pela metáfora, a linguagem não é imitação mas criação²³, e que a criação lingüística não leva a conceitos ou a termos gerais, mas sim a imagens que são sempre individuais, particulares e cambiantes. O que a criação lingüística expressa não é um fato objetivo ou racional, mas subjetivo e emotivo, e a subjetividade e emotibilidade são propriamente o objeto da linguagem. Observamos que as línguas latinas formam quase todas as palavras por transferência de naturezas, por propriedades naturais ou por efeitos sensíveis. E que igualmente a metáfora constitui o maior corpo de todas as línguas.

A forma natural da linguagem considera a expressão ou imagem da *essência* ou do *ser* das coisas, manifesta o que era ou é. Nesta linha, os signos lingüísticos são escolhidos arbitrariamente, mas não seus modos de combinação dos conceitos mentais, que também correspondem dos modos de combinação das coisas. E isso nos leva a dizer que devemos atribuir sempre um significado às palavras que usamos se desejamos falar com algum significado, e não por

²² Parte da lingüística que estuda e analisa a função significativa dos signos, os nexos entre os signos lingüísticos (palavras, frases) e suas significações

²³ O que a distingue da abordagem onomatopaica.

simples falar por falar, e o significado que atribuímos às palavras deve ser algo do qual já tenhamos conhecimento. Assim, a linguagem é o desvelamento do homem e o homem tem acesso ao ser, e a ser, pela linguagem. Quanto a palavra é desvelada, ela só o faz em situação comunicativa, pelo seu emprego, só este constitui o significado das palavras. A palavra deve ajustar-se ao seu objetivo, num discurso cuja organização reflita as regras extensionais e intensionais²⁴.

A Palavra, para Freire²⁵,

(...) é som articulado com uma ou mais sílabas que tem um sentido; vocábulo, termo. Frase ou grupo de termos. Vocábulo representado graficamente. Afirmção, asserto, doutrina. Faculdade que a espécie humana tem de exprimir suas idéias, por meio da voz; fala. Permissão ou licença de falar. Oração, discurso. Elocução. Comunicação rápida. Promessa verbal pela qual alguém se obriga a alguma coisa. Afirmção, declaração. Promessas vagas, discursos vãos (em oposição a ação, a obras). Ordem, comando.

A palavra, única ou combinadas com expressões e significações constroem o discurso. E discurso é tanto linguagem comum, espontânea, comunicativa, quanto a prática complexa, trabalhada, delimitada de um saber particular.

Compreende-se então que o discurso se organiza com palavras em expressões e frases que, dispostas numa ordem intencionada, declara os pensamentos, paixões e posições sociais e políticas de quem o arquiteta.

Quem arquiteta o discurso está “com a palavra” e, por conseguinte provisoriamente, com o poder.

Barthes (1980:8) após ser recebido no Collège de France, na sua aula inaugural, organizou um discurso que falava de “*uma alegria, mais do que uma*

²⁴ Extensão, qualidade externa de uma noção (denotação); intensão, o sentido atribuído à noção (conotação).

²⁵ In Laudelino Freire, 1954.

*honra*²⁶ ser acolhido numa casa onde reinam “a ciência, o saber, o rigor e a invenção disciplinada”. Diz da alegria de reencontrar ali a “*lembrança ou a presença de ilustres autores como Michelot, Foucault* (que apresentou Barthes à Assembléia dos Professores).

Continuando, revela a alegria de

entrar num lugar: fora do poder. Pois se me é permitido (pode ser dito) interpretar, por minha vez, o Colégio, direi que, na ordem das instituições, ele é como uma das últimas astúcias da História; a honra é geralmente uma sobra de poder, aqui ela é sua subtração, sua parte intocada: o professor não tem aqui outra atividade senão a de pesquisar: “ensinar, falar simplesmente.

E de estar fora de toda sanção *institucional, não constitui uma atividade que seja, por direito, pura de qualquer poder: o poder aí está emboscado em todo e qualquer discurso, mesmo quando este parte de um lugar fora do poder.*

É na primeira parte de Aula que Barthes se atém mais ao que acerca o *poder*. Na segunda, só um pouco.

Eco, ao comentar criticamente a *Aula*, trata de perto a primeira parte que aborda a questão do poder e diz: *A aula inaugural de Barthes é construída com esplêndida retórica e começa com o elogio da dignidade da qual ele se presta a ser investido*

E prossegue:

(...) os professores do Collège de France, limitam-se a falar: não dão exames, não estão investidos do poder de aprovar ou reprovar, vai-se ouvi-los por amor ao que dizem. Esta a satisfação de Barthes: ingresso num lugar que está fora do poder. Hipocrisia, lógico, porque nada

²⁶ P. 8 – Aula.

confere mais poder cultural, na França, que lecionar no Collège de France, produzindo saber. (1984:314)

Eco afirma que Barthes em *Aula, versa sobre o jogo com a linguagem. E vai além: Barthes, embora com candura, joga: adianta uma definição de poder e pressupõe uma outra.* (p. 315)

A definição a que Eco se refere é a seguinte:

O poder está presente nos mecanismos mais sutis de permuta social não somente no Estado, nas classes, nos grupos, mas também nas modas, opiniões correntes, espetáculos, jogos, esportes, informações, relações familiares e particulares e até nos impulsos liberadores que procuram contestá-lo (p. 315)

Eco destaca de Barthes, mostrando como consequência o que segue: *chamo discurso de poder a todo discurso que gera a culpa e, por conseguinte, a culpabilidade de quem o recebe.* (idem)

Diz Eco, que nesta altura do discurso Barthes revoluciona o que seja o poder, mas que *este renascerá no interior do novo estado de coisas* (idem).

Renasce quando Barthes assegura que:

O poder é o parasita de um organismo transsocial, ligado a toda a história do homem, e não apenas a sua história política, histórica. Esse objeto em que se inscreve o poder, por toda a eternidade humana, é a linguagem – ou para ser mais preciso, a sua expressão imposta: a língua (1980: 11).

Acrescento que a língua implica a habilidade de falar.

A essas palavras, retruca Eco: *não é faculdade do falar que propõe o poder, é a faculdade de falar enquanto se obstina numa ordem, num sistema de regras, a língua.* (p. 315)

E continua:

(...) a língua obriga a enunciar uma ação propondo-me como sujeito, de modo que a partir desse momento, o que faço será consequência do que sou. A língua me obriga a escolher (...) me proíbe conceber (...) faz com que me empenhe com o outro, ou através do vós ou através do tu: não tenho direito de deixar imprecisa a minha relação afetiva ou social. (p. 315)

Conclui Eco, citando Barthes:

Em virtude da sua própria estrutura, a língua implica uma relação fatal de alienação. A língua é poder porque me obriga a usar estereótipos já pré-fabricados, entre os quais as próprias palavras, e que é tão fatalmente estruturada que, escravos nos seu interior não conseguimos ser livres no seu exterior, porque nada é externo à língua. (p. 315)

O jogo *de e com* as palavras²⁷ pode ser encontrado operante tanto nas práticas literárias quanto em textos científicos e históricos e em quase todos os gêneros textuais. A palavra põe em evidência a linguagem, elaborando um jogo que é menos mensurado pelo enunciado e muito mais pela descoberta do *sal das palavras*²⁸ dando força e sabor ao jogo.

A palavra recuperada pela força da língua, “está pronta a desdizer-se: diz e renega o que disse, persiste e se desarticula com volubilidade, não destrói os signos, faz com que brinquem e se diverte com eles”. (Eco, 1984: 316)

Do outro lado, a língua é coerciva, *mas sua coercividade não depende de uma decisão individual, nem de um centro irradiador de regras; é produto social, nasce como um mecanismo coercivo próprio por causa do consenso de todos* (...). (Eco, 1984: 318)

²⁷ Em Eco: jogo com a linguagem, p. 314.

²⁸ Eco, Humberto. A língua o poder e

A palavra que se faz língua, que se faz linguagem, nunca está só. Ela está sempre em situação discursiva acompanhada, que é onde assume seu significado.

Diz Baccega: *As palavras têm vida. Vestem-se de significado. Mascaram-se. Contagiam-se com outras palavras próximas.* (1995: 6) E só existem no intercâmbio da vida social.

A língua além de comunicar, é reflexo de movimentos sociais e, por isso, lugar de conflitos. Esses conflitos se concretizam no discurso. Afirma Baccega. *Neles as realizações lingüísticas trazem inscritas as diferenças de interesses, as propostas de direções diversas para o mesmo processo.* (1995:48) Acrescento: histórico e contextual.

Podemos dizer que todas as palavras carregam sentido, mas não há como distinguir palavras que atuem exclusivamente em determinados campos. *O emocional, o volitivo, o cognitivo estarão todos presentes em uma mesma palavra.* (Boccega, 1995: 49)

Logo, a mesma palavra poderá aparecer nos mais variados discursos. E a escolha da palavra para criar o discurso será conforme a experiência individual, as convenções da época, a perspectiva política e emocional, enfim: o discurso estará conforme ao contexto do emissor, na faina de produzir um *efeito de sentido.*

1.2 - Não só as Palavras falam

O silêncio não é a ausência da fala, é o dizer-se tudo sem nenhuma palavra.”

Mia Couto, 2005: 14

Sabemos que a fala e a escrita não são os únicos sistemas de comunicação, embora a comunicação humana não consiga superar o apoio da palavra como reverso competente e exclusivo para traduzir os demais *sistemas* e dar-lhes lugar na compreensão da mensagem. Há sempre uma representação assegurando a comunicação entre emissor e receptor. Representações significativas que falam sem palavras. *Porque antes de ser palavra o sentido já foi silêncio.* (Orlandi, 1992:162) Silêncio prehe de representações. *As palavras não são nada mais do que signos, representação das coisas do mundo.* (Greimas e Courtés, 1979:382)

1.2.1. O silêncio comunica

O homem calava cobras e lagartos.

Mia Couto, 2006: 14

Orlandi diz que: *há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio.* (1992.11) A autora curiosamente separa silêncio de implícito, e destaca o silenciamento *que já não é silêncio, mas pôr em silêncio* e exemplifica com o papel da censura.

O silêncio atravessa as palavras, existe entre as Palavras, nas entrelinhas, indicando que o sentido pode sempre ser outro. As Palavras têm muitos sentidos a não se dizer e, além disso, colocamos no silêncio muitas delas.

Lembrando que da perspectiva discursiva, as palavras são discursos na sua relação com os sentidos e que todo discurso é uma fala que fala com as palavras do outro.²⁹ Não estamos na Palavra para falar delas, mas falar com elas. E ainda que o sentido não está alocado em lugar nenhum mas ele se produz nas relações dos sujeitos do sentido pela sua inscrição *no jogo das múltiplas formações discursivas que constituem as distintas regiões do dizível para os sujeitos*. (Orlandi, 1992: 166)

E, de alguma forma, o dizível para o sujeito, se alia a sua atitude e ao contexto no qual está o objeto a ser dito.

1.3 - A busca do *Outro*

Sabia de qualquer modo que precisava conhecer muito melhor um dos interlocutores (...) para que aprendesse a ouvir melhor o outro.

Lima, 1995:28

Não se pode pensar no ato comunicativo sem levar em conta a saga da busca pelo *Outro* - entendendo a presença da intersubjetividade como vivência e como representação das grandezas e das mazelas de nossa espécie.

²⁹ Em intertextualidade.

Ser humano é ser comunicante, e marcado pelo corte que os separou do restante dos seres e das coisas do mundo, configurado na capacidade de representação simbólica desse mesmo mundo por intermédio da linguagem, exercitada e legitimada no âmbito da comunicação.

É um desafio com o qual os estudiosos (sejam eles psicólogos, sociólogos, antropólogos, psicanalistas, cientistas políticos, filósofos, engenheiros, semioticistas, lingüistas, semiólogos ou comunicólogos) vêm lidando há tempos é com a compreensão da subjetividade, do diálogo possível, da construção da identidade e dos laços sociais, sempre buscando o *outro* dentro da esfera comunicacional. Essa busca se dá a partir de um olhar mais atento reverberado da inter-subjetividade. Inclusive porque o *eu* e o *outro* se sagram pela linguagem. A relação eu/outro está marcada pela presença da linguagem. A linguagem como uso de signos intersubjetivos que possibilitam a comunicação.

Na década de 1930 e, sobretudo, na de 1940, acontecem os primeiros estudos daqueles que tiveram preocupações no universo da comunicação dos *media*. A comunicação em si passou a ser objeto de estudo com um caráter instrumental e pragmático. Tais estudos pretendiam responder às necessidades e aos problemas da nova realidade comunicativa que se instaurava na primeira metade do século XX. Lasswell (1978), foi um dos muitos pesquisadores imbuídos pelo estudo dos efeitos e das funções dos meios de comunicação de massa e foi também observador dos elementos internos do processo comunicativo.

Das pesquisas de comunicação surgiram os estudos dos efeitos na comunicação, alicerçados no binômio estímulo-resposta (a partir de Pavlov apud Berlo, 1960:16), que transpostos para a área da comunicação, conferiam

onipotência aos *mass média*. De acordo com os estudos realizados, cada indivíduo, desconsiderando-se os fatores históricos, sociais e emocionais de sua vida, era diretamente atingido e manipulado pelas mensagens veiculadas nas mídias disponíveis. Historicamente localizadas no período entre as 1ª e 2ª guerras, marcadas pelos regimes totalitários, as relações interpessoais não interessavam ao poder constituído, e cada pessoa era encarada como um ser passivo e submisso, sem vontade própria, cujo pensamento era aparentemente inibido quando estava agrupada.

Para o estudo dos *efeitos da comunicação*, o mecanismo da persuasão era de grande interesse. A mídia agia inoculando suas “*verdades*”, modificando o comportamento social por meio de manipulações, e buscando a organização otimizada das mensagens com vistas aos interesses do mercado.

Paralela à abordagem dos efeitos comunicativos estava a teoria funcionalista que se preocupava com as funções dos meios de comunicação de massas (MCM) numa linha sóciopolítica se apartando do indivíduo e concentrando-se na sociedade. Foram estabelecidos modelos e funções, (como o de Lasswell), visando a compreender como a dinâmica do sistema social definia o campo de interesse de uma teoria das *mass media*. Nos anos 1940 e 1950, o funcionalismo da mídia redescobriu a importância dos grupos primários, segmentando e classificando os agrupamentos humanos.

Uma abordagem empírica³⁰ tentou mostrar que os efeitos da comunicação não podem ser atribuídos totalmente à esfera do indivíduo, mas também à rede de relações entre eles. Abriu-se então a possibilidade para a influência das relações informais entre as pessoas no resultado, por exemplo, de uma

³⁰ Conhecimento que provém, sob perspectivas diversas, da experiência.

campanha publicitária. O processo de influência é indireto e depende da presença não apenas dos MCM em si, mas, sobretudo, de líderes de opinião.

Há ainda no âmbito funcionalista os estudos sobre a decisão de grupo, o fenômeno do formador de opinião. As *reações* de cada membro no interior do grupo e diante de uma mensagem comunicada por diferentes mídias, procuram mostrar a conduta do indivíduo como resultado de suas relações com o meio físico e social que reflete e refrata seus atos, ou seja, ao mesmo tempo ele é modificado pelo MCM e modifica o grupo.

Nos anos 1950, uma voz dissidente buscou relacionar as experiências pessoais vividas na realidade cotidiana às questões já cristalizadas nas estruturas sociais, buscando uma resposta à pergunta: que tipo de homem e de mulher a sociedade estava criando?

Essa busca levou à criação de estudos quantitativos da comunicação. Tais estudos estabeleciam a comunicação como sistema (e não como processo) de transmissão de uma mensagem, por meio de uma fonte de informação, através de um canal, a um destinatário. A comunicação tinha então um modelo linear, unidirecional somente mais tarde abrem-se as primeiras referências substantivas para o estudo da complexidade comunicacional.

Na Escola de Frankfurt³¹, Adorno (2001), além de outros acadêmicos, influenciados, principalmente pela psicologia do profundo, buscavam a crítica da sociedade como um todo, preocupados com a superestrutura ideológica e com a

³¹ É o nome dado a um grupo de filósofos e cientistas sociais de tendências marxistas no final dos anos 1920. A Escola se associa diretamente à *Teoria Crítica da Sociedade*. Deve-se a ela a criação de conceitos como *Indústria Cultural* e *Cultura de Massa*. Tem como componentes: Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin, Herbert Marcuse entre outros.

Chama-se Escola de Frankfurt porque o grupo emergiu no Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt-am-Main, na Alemanha. Os membros da Escola eram predominantemente judeus que, com a chegada de Hitler, migraram para Genebra, depois para Paris e finalmente para Nova Iorque.

cultura. Abordaram, sobretudo, a indústria cultural, dentro da perspectiva da manipulação. Dentre os seus temas de interesse está a indústria cultural, sistema em que os produtos culturais se conjugam harmonicamente. Nela, existe a estandarização, a organização, a estereotipagem e a baixa qualidade dos produtos. Seu principal objetivo resume-se em vender bem, agradar e não inovar. A indústria cultural é multiestratificada - as mensagens ora são explícitas, ora são ocultas. Os indivíduos aderem acriticamente aos valores impostos. Desmorona-se a individualidade para surgir uma pseudo-individualidade, calcada na adesão irreflexiva aos valores de consumo. Os indivíduos não passam de fantoches manipulados pelas normas sociais e são vistos como desprovidos de autonomia, de consciência para julgar e de senso crítico. A mentalidade das massas seria imutável, segundo criticavam-na os frankfurtianos. Em relação ao cinema, acreditavam que os filmes paralisavam a imaginação e impediam o trabalho intelectual. *As massas são meros 'acessórios' da máquina. O consumidor não é rei, como pretende a indústria cultural; não é sujeito, mas seu objeto.* (Rabaça e Barbosa, 1978:12)

Mas Adorno discorda do próprio uso da expressão “Cultura de Massa”, pois esta pode levar à compreensão enganosa de ser uma “cultura surgida espontaneamente das próprias massas, ou seja, uma forma atual de cultura popular. (2001:121)

Uma discussão importante dos frankfurtianos era a conjugação entre arte e tecnologia (imbuídos de uma visão erudita da vida, viam o princípio de reprodução como não benéfico, a partir do momento em que a intromissão da tecnologia no ambiente da cultura dessacralizaria a arte). Membro importante dessa escola, Walter Benjamin - que voltou a despertar, a partir dos anos 1980, grande

interesse nos comunicólogos, enquanto que Adorno saiu do cenário de discussões midiológicas nos anos 1970. Marcuse, talvez o maior nome da Escola de Frankfurt, verdadeiro emblema de maio de 68, demonstrava a irracionalidade de um modelo de organização social que subjuga o indivíduo, em vez de libertá-lo. A linguagem do discurso mediático era tida como unidimensional: a instrumentalização das coisas tornava-se a instrumentalização dos indivíduos.

Até aqui, expusemos os estudos que achamos ter mais interesse para um suposto processo sistemático e universal da comunicação do que para construção intersubjetiva do processo comunicativo, e mostramos, embora rapidamente que os frankfurtianos acreditavam em um indivíduo incapaz de reagir às mensagens e jamais visto como alguém capaz de transitar em um mundo compartilhado intersubjetivamente. Tais estudos tiveram importância para seus respectivos momentos históricos quando, ainda incipiente o campo de pesquisa da comunicação social, foram seus pesquisadores beber em fontes mais seguras, como as ciências exatas e biológicas. Porém, houve campos de pesquisa e estudiosos que se configuraram como fundamentais para estabelecer uma conduta e um corpo textual para as pesquisas do *Outro* na esfera da comunicação social.

A preocupação com o *Outro* existiu da primeira década do século XX até o início dos anos 1940, e visava a estudar o interacionismo social. Seus estudiosos percebiam a luta pelo espaço regendo as relações interindividuais.

Charles Horton Cooley, representante do Interacionismo Simbólico³², desenvolveu estudos que procuravam demonstrar que a comunicação humana

³² Processo mediante o qual os seres humanos podem arbitrariamente fazer que certas coisas representem outras.

existia em decorrência das diversidades individuais. Estudou os grupos primários - onde existem associação e cooperação íntima entre os indivíduos - a construção do *eu*, o aprofundamento da experiência individual e a desintegração das relações sociais.

Dizia que *as pessoas são capazes de relacionar-se umas com as outras, não baseadas em suas características objetivas, mas somente por meio de impressões (idéias pessoais) que criam a respeito das outras, graças às suas interações.* (Cooley, apud Rabaça e Barbosa, 1978: 122)

Criamos idéias pessoais para cada indivíduo que conhecemos, e idéias mais gerais para pessoas de diferentes categorias, tomadas como coletividade. A idéia pessoal é uma construção de significados, um conjunto de atribuições imaginadas, que projetamos em cada um de nossos amigos e conhecidos, como se fossem interpretações de suas reais *personae*.

Criando essas duplicatas de pessoas reais em nossas mentes é que podemos nos empenhar em interação social com as mesmas. Usamos a idéia pessoal que temos de cada pessoa como base para prever seu comportamento ou o de outras pessoas que se pareçam com ela. A idéia pessoal, dessa forma, torna-se a pessoa real. É só no interacionalismo simbólico que um homem existe para *outro*, e atua diretamente sobre o *Eu* e o *Outro*. A sociedade seria, em suma, uma relação intersticial entre idéias pessoais.

É necessário, ainda que seja desenvolvido o pensamento que tenhamos também uma idéia pessoal minuciosa de nós mesmos. Isso nos permitirá um conhecimento que nos ajudará a definir como devemos agir no relacionamento com outras pessoas. Saber que somos masculinos ou femininos, gordos ou

magros, bonitos ou feios, inteligentes ou medíocres é importante para a formação de nossas reações a outros acerca dos quais temos idéias pessoais. Estendendo tal conceito para o campo da comunicação, podemos afirmar que é também a partir do(s) outro(s) - nosso(s) espelho(s) - que o nosso *eu* se constituirá.

Todo comportamento na presença de outra pessoa é comunicação. A essência da comunicação reside em processos relacionais e interacionais, e não mais ao império dos MCM sobre os indivíduos *alienados em suas massas amorfas*³³. Todo o comportamento humano passa a ter valor comunicativo e todas as relações humanas são um vasto sistema de comunicação.

Para Watzlawick (1993), as perturbações psíquicas remetem a perturbações da comunicação, a qual também passa a ser estudada como processo social permanente, que integra múltiplos modos de comportamento: a fala, a gestualidade, o olhar, o espaço interindividual. Os imprevistos do comportamento humano são reveladores do meio social. A análise do contexto se sobrepõe à análise do conteúdo.

Watzlawick mostrava que a interdependência entre indivíduo e meio foi menosprezada pela exploração psicanalítica e que, justamente aí, o conceito de troca de informação (comunicação) tornava-se indispensável. Ele realizou pesquisas no campo mental, estudando os modos de comunicação dos esquizofrênicos que, ao tentarem negar que se comunicam, acabam por fazê-lo. Também foi Watzlawick que afirmou que a comunicação cria o que chamamos realidade.

³³ Segundo a Escola de Frankfurt.

Dentro dessa perspectiva, Watzlawick mostra, ainda, que as pessoas em convivência com outras, não comunicam fatos situados fora de suas relações, mas oferecem mutuamente definições dessa relação com implicação delas próprias. Ele defendia um “construtivismo radical”, que faz da “realidade” o puro correlato do espírito, da consciência, da linguagem e da interpretação. E o protótipo de sua metacomunicação consiste em perceber como *eu* vejo a *mim* próprio em relação a *você* nesta dada situação específica. O conceito de *eu* para Watzlawick tem de ser continuamente reconstruído se quisermos existir como pessoas e não como objetos. O conceito é reconstruído, em especial, na atividade comunicativa. Percebemos, aqui semelhanças com o pensamento de Bakhtin (1981).

Pierre Bourdieu (citado por Foucault, 1996), preocupou-se com a violência oculta. A sociedade, para ele, é tida como sistema de relações de força e de sentido entre gêneros e classes. Foucault (1996), por sua vez, reconheceu os dispositivos da comunicação-poder e pensou num modelo de organização em “panóptico”: o dispositivo televisual controlando e vigiando o indivíduo e assegurando a produção positiva de comportamentos. A TV seria a máquina de organização, o panóptico invertido.

Na década de 1950, nasceu a Escola Francesa. Um nome importantíssimo dessa escola é o de Edgar Morin, que identificou uma nova forma de cultura na sociedade: a cultura de massa³⁴. A cultura, para Morin (2000) ele, é um sistema constituído de valores, símbolos, imagens e mitos que dizem respeito à vida prática e/ou ao imaginário coletivo, compondo uma dimensão simbólica que permite aos indivíduos se localizarem no grupo. A sociedade não pode ser

³⁴ Expressão, anteriormente, criticada por Adorno, é agora retomada por Morin com outro enfoque.

conhecida a partir de indivíduos e grupos isolados. Tem-se de juntar as partes ao todo e o todo às partes.

Outra de suas contribuições é quanto ao estudo dos paradigmas. Segundo Morin, paradigmas são estruturas de pensamento que comandam nosso discurso de maneira inconsciente. O paradigma da separação, por exemplo: separou-se o sujeito do conhecimento, do objeto do conhecimento e ficou cada vez mais difícil se estabelecer ligações.

A teoria da dependência, com destaque para Paulo Freire (1996), mostrou reflexões sobre a comunicação e a organização popular e os saberes necessários à prática crítico-educativa.

Concomitantemente a este período entra-se em um período muito importante, que é o do retorno do cotidiano, centralizando os enfoques de análise sobre a pessoa, sobre o grupo e sobre as relações intersubjetivas na experiência da vida cotidiana.

O mundo social passa a ser interpretado em função de categorias e construções do senso comum, que são os recursos aos quais recorrem os atores sociais para alcançar uma compreensão intersubjetiva e para conseguir orientar-se uns em relação aos outros. Todos vivem dos tempos sociais diferenciados que remetem a outras relações com o saber e a outras tantas posições nas redes de relações intersubjetivas.

O interacionismo simbólico configurou-se como uma corrente de estudos da Escola Americana. Para esta Escola, a interação é elemento constituinte das formas de comportamento. A natureza dos objetos do mundo é social e simbólica. O ser humano é sujeito e agente: interpreta e simboliza.

A fonte de significados é a interação social, a utilização dos significados ocorre através de um processo de interpretação e os acidentes do comportamento humano revelam a trama do meio social e as regras constitutivas dos ritos de interação.

O interacionismo simbólico trabalhava a convergência sociedade-indivíduo na comunicação e a tríade sociedade-indivíduo-mente como fundantes do ato social. O colocar-se no lugar do outro era o posicionamento de seu interesse e a chave do pensamento humano individual é a capacidade para se comunicar com os outros para *eu* estar com o *outro*, veículo minha subjetividade pela linguagem. Viver com o *outro* é organizar as diferentes subjetividades, capturando as generalidades na singularidades.

Necessitamos assumir o papel das pessoas para nos relacionarmos com elas. Existem quesitos que devem ser apreendidos para desempenharmos os papéis específicos de um grupo, num grupo. Em seguida, devemos empregar as concepções apreendidas a fim de antecipar como as outras pessoas, em determinados papéis, reagirão a nossos atos comunicativos.

Toda compreensão comunicativa é interpretativa, no sentido de que está sempre vinculada a apreensão de significado do que foi expresso. Esse significado pertence ao universo subjetivo, de um indivíduo e torna-se acessível à compreensão na atmosfera da empatia do emissor que pode ser tomada como um processo intersubjetivo, envolvendo a interação entre dois universos pessoais, ou seja, entre duas subjetividades, que gera um campo intersubjetivo.

Pode-se dizer que intersubjetividade é tudo o que está além e aquém de minha subjetividade. Compartilhamos o que damos conta de fazê-lo mediante acordos feitos em comum.

O sentido, por sua vez, é construído no espaço entre, por meio de mediações simbólicas compartilhadas como, por exemplo, conceitos e jogos de linguagens. Ressaltamos que o *eu* e o *outro* se sagram pela linguagem.

A Semiologia³⁵, inserida inicialmente no Estruturalismo³⁶, deixou importante legado para os estudos comunicativos, em especial no que concerne à interação lingüística. Ferdinand de Saussure, lingüista do início do século XX, estabelecia a língua como instituição social e a palavra como ato individual criando, assim, os termos *langue* e *parole*. Roland Barthes (1971) fixou as linhas da semiologia, normatizando os termos significante e significado, denotação e conotação para os estudos do discurso mediático. Greimas (1976) empregou os termos prático-mítico, equivalentes a denotação-conotação. Para ele, a análise estrutural se esforça por englobar e sistematizar os fatos que vão além da linguagem primeira.

Ainda na mesma época, destacamos os estudos de análise da conversação que mostrava a conversa como lugar privilegiado das trocas simbólicas, como uma ação, uma forma predominante de interação social e de acontecimento da palavra.

Entretanto, destacamos a Filosofia da Linguagem, de Ludwig Wittgenstein (1975), como campo do saber que não pode ficar isento de alguns apontamentos significativos. Este filósofo alemão deixou contribuições de grande valor ao tratar

³⁵ Ciência que estuda a vida dos signos no interior da vida social

³⁶ Princípio segundo o qual o objeto visado é a relação ou estrutura, e não os termos ou as classes.

da lingüística comunicativa ou pragmático-enunciativa, que estuda as relações entre locutor e receptor.

Para Wittgenstein (1975), a duplicação eu-mundo se reflete no pensar. A linguagem é o veículo do pensamento. Ela é o meio no qual o *eu* e o *mundo* se duplicam e se referem *um* ao *outro*. O pensar não é processo simultâneo à linguagem, mas está incrustado nela; o pensar e a linguagem formam um só conjunto. Com essas considerações sobre a abordagem wittgensteiniana, podemos concluir que não se pode falar sem pensar, nem pensar sem falar. Mesmo quando penso, falo interiormente, em situação solilóquia.

Devemos chamar de pensamento a alguma coisa que tem uma expressão articulada. A expressão usa signos. Nos signos, expressivos, se consuma uma ligação com o mundo. Wittgenstein propunha ainda que a linguagem e o pensar formam uma unidade, a primeira não pode estar contida no segundo, não pode encontrar-se no espírito. O pensar, por sua vez, não se dá separadamente da expressão dos pensamentos; um e outro não são processos distintos. Não se pensa antes, nem ao mesmo tempo, nem depois do pensar ou do falar. Alguém que diga penso sem palavras, tem de expressar tal pensamento em palavras.

A linguagem não é algo de efeito ela é essencialmente latente. Nossos modos de falar é que nos levam a considerar a linguagem como algo efetivo. Exemplo: Portanto, você quis dizer exatamente... é uma forma de se falar a alguém. A pessoa foi tentada a empregar a sentença acima destacada, mas o que propriamente "se quis dizer", o que "se pensou" já estava presente no espírito do comunicante, mesmo antes que fosse expressado. Isso porque a forma total de uma proposição é projetada desde o seu começo.

A linguagem, segundo Wittgenstein (1985), é um poder institucionalizado, é a prática por excelência comunitária dos homens. A linguagem de que tratamos aqui é a linguagem de nossa vida cotidiana. Apenas se pode dizer algo quando se aprendeu a falar. Por meio da linguagem nos entendemos, nos motivamos mutuamente, atuamos de alguma forma. Sem linguagem não poderíamos nos entender uns aos outros, não existe entendimento sem linguagem. A idéia de linguagem repousa na idéia de entendimento, ou seja, na idéia de forma comum de vida. A linguagem entre pensamento e realidade é reproduzida pela linguagem por meio de uma informação partilhada, da uma interação social.

Em as palavras e as coisas, explica Foucault, não se trata de coisas nem palavras. Nem tampouco de objeto ou sujeitos. Nem de frases ou proposições, de análise gramatical, lógica ou semântica. Longe de serem síntese de palavras e de coisas, longe de serem composições de frases e de proposições, os enunciados, ao contrário, são anteriores às frases ou às proposições que os supõem implicitamente, são formadores de palavras e de objetos (Deleuze, 2005: 24)

Somente posso dar um nome, denominar algo, se já conto com a presença da linguagem. Se já não existisse, por exemplo: o comportamento da dor, não poderíamos ensinar a uma criança o uso da expressão dor de cabeça. O motivo de denominar alguma coisa de algum modo necessita de uma justificação na linguagem comum, conformada pela palavra. Não há sensações privadas. Ao captar e expressar uma sensação, ela já não é privada. O que importa é mostrar sobre que base falamos, sobre o que nos entendemos reciprocamente.

Posto que os objetos desempenham um papel tão importante para nós, e já que isso marca tão fortemente a linguagem da vida cotidiana, é difícil descrever, nesta mesma linguagem, os autênticos fenômenos. Com muita freqüência buscamos coisas e objetos onde não há nada.

Wittgenstein mostrou-nos que, quando duas pessoas falam, afetam-se mutuamente. O que permitiu pensar-se uma alternativa dialógica para a linguagem. Um passo importante tinha sido dado ao se discutir a intervenção que ocorre nas subjetividades quando duas pessoas dialogam, uma vez que o inconsciente é estruturado como uma linguagem e, por isso, manifesta-se entre os seres, no espaço entre-dois. Iser (1979) chama esse espaço de *vazio constitutivo*. O inconsciente só passará a existir no ato de um dizer, não há fala que não seja afetada pelo inconsciente. O inconsciente, e também a linguagem, vêm para ligar os seres, atravessando e envolvendo os falantes. Assim, em qualquer diálogo, ocorre a manifestação do inconsciente. A fala nos antecede, nos revira e nos atinge, não há como fugir dela.

É também pela fala que nos conhecemos. Relembramos mais uma vez que o ser humano é causa e consequência da linguagem.

Para Bakhtin (1981), a linguagem, como criação coletiva, distanciando-se do abstracionismo do sistema lingüístico saussuriano, volta-se para o diálogo entre o *eu* e o *outro*, entre muitos *eus* e muitos *outros*. Para ele, o discurso é uma situação, é o resultado da interação dos interlocutores. A intersubjetividade dialógica, dessa forma, passa a ter uma nova valoração: além de expressão de elementos inconscientes, ela surge também como elemento social.

Wittgenstein (1975), coroa a área da linguagem com sua concepção de *jogos de linguagem*. Ele era mais consciente do que qualquer outro filósofo sobre a contingência, a historicidade e a imprevisibilidade de nossos jogos de linguagem e de nossas formas de vida, e desenvolveu uma teoria da significação que leva em consideração as condições pragmáticas do uso lingüístico. Dentro da noção

wittgensteiniana, podemos dizer que o conceito de linguagem está contido no conceito de comunicação, que também é um conceito de cultura.

Wittgenstein não aceita a imagem do mundo como algo ontologicamente dado. Ao contrário, ele a vê como o resultado de interpretações lingüísticas, e, nesse aspecto, assemelha-se a Bakhtin (1981). Segundo Wittgenstein, as interlocuções entre as pessoas se constroem a partir de três momentos: quando alguém fala, quando alguém responde, correspondendo ao convite para um dado jogo de linguagem e quando o terceiro, proferimento a comunicação, atesta que houve um acordo entre os interlocutores, que têm conhecimento de que se comunicam e que sabem qual é o jogo no qual estão envolvidos.

Bakhtin (1981), isolado em seu país, ex-URSS, muitas vezes em situação de verdadeiro exílio, não deixou de pensar na relação intersubjetiva. Dentre alguns de seus estudos, destacamos o discurso como situação, como contexto. Cada um de nós torna-se, na concepção bakhtiniana, responsável por nossas atividades, que ocorrem na fronteira do *eu* e do *outro*. Nesse espaço, acontece a vida. O *eu* precisa do(s) *outro(s)* para ser autor de si mesmo e não existe fora do ambiente social. Posso ver o que você não pode ver, e você vê o que eu não vejo. O *eu* se constrói em colaboração situacional ou contextual. A filosofia da linguagem de Bakhtin está baseada no dialogismo, como ele diz: *Nossa identidade forja-se no intercâmbio de linguagem com outros, à medida que começamos a nos ver através dos olhos de outros.* (1981:110)

A forma simples e adequada de se expressar verbalmente acontece por meio do diálogo aberto-e-fechado. A vida, em sua verdadeira natureza, é dialógica. Viver significa participar em diálogos: fazer perguntas, responder,

concordar e por aí em diante. Em um diálogo a pessoa participa, na situação dialógica, completamente da vida do outro: com seus olhos, lábios, mãos, alma, espírito, ações e até com seus silêncios.

Quando o diálogo é mantido em uma situação face a face - um dialogante vê e percebe o *outro* - esse *outro* torna-se real para o primeiro, e vice-versa. O outro torna-se mais real do que *eu* e, nessa interlocução, o *eu* fica acessível ao *outro*. Por outro lado, *eu* somente sou acessível a mim mesmo a partir da atitude que o outro mantém para comigo, dentro de uma perspectiva especular. A atitude do outro é uma resposta a *mim*.

Somente nas últimas décadas é que o sonho dos defensores da relação *eu* - *outro* como relação fundamental para a compreensão do processo comunicativo pôde ser melhor contemplado.

O primeiro paradigma, chamado de Clássico ou Paradigma da Teoria da Informação, representado principalmente por Lasswell³⁷, naturalizou a idéia de transmissão linear e unilateral, dividindo claramente papéis e funções no processo comunicativo. Como já foi visto, Lasswell trabalha com um modelo fechado, atemporal e generalizável. Os interlocutores são vistos como agentes técnicos, isolados e de fora de uma relação. Não há um tempo e um espaço partilhados entre emissor e receptor. Este é, portanto, um modelo fácil de ser aplicado, devido à linearidade didática com que é criado. É um esquema que acionado, se faz processo.

O Modelo clássico vigorou a partir dos anos 1940. A complexidade dos MCM e do processo comunicativo foi aumentando.

³⁷ In Esquema Del proceso de la Communication, Ciespal, Quito – Equador, 1969, p. 2.

A partir das contribuições do Interacionismo Simbólico, foi estabelecido o Modelo Interacional. O ser humano é visto como ser em ação, ação esta que é resultado de um processo de interpretação, e o ato comunicativo é visto como processo de significação, e não apenas como um fenômeno transmissivo. A interação social forma os comportamentos e fornece significados para a construção social. Uma sociedade interativa é onde existe a influência recíproca dos sujeitos, além da complexidade que permeia a atividade humana. A compreensão dos fenômenos comunicativos, que envolvem os MCM, deve neste modelo ser buscada também fora dele, ou seja, na vida social e em indivíduos concretos que se interrelacionam.

O modelo interacional em questão discute o mundo criado pela mídia e afeta as maneiras pelas quais os indivíduos e os grupos interpretam seus mundos interpessoal e pessoal. A mídia também pode ser índice das transformações sociais e espelho de tais transformações. Nossas redes interpessoais de amigos, nossa família e nossos colegas de trabalho são também dependentes de recursos de informação da mídia.

Paralelamente a este modelo, foi estabelecido o modelo das Interações Comunicacionais, no qual também é preciso valorizar a vida social, fonte da dimensão subjetiva. Os interlocutores são respeitados por sua bagagem cultural, são sujeitos reais, com desejos, objetivos, necessidades, valores, afetos. Criam e estabelecem expectativas em relação ao *outro*.

E, ao pensarmos na presença do afeto, lembramos que sempre amamos aquele que carrega um traço do objeto anteriormente amado, de tal forma que se pode dizer que todos os seres por nós amados se assemelham por um traço comum

aos nossos antigos amados, os quais já amamos pois o *outro* sempre possui algo de mim, ao mesmo tempo que introjeto e projeto elementos advindos da alteridade³⁸.

Patrick Tacussel levanta uma questão instigante:

...como fazer para que o que faz sentido para mim em situações, objetos ou realidades mais ou menos fortes, seja ao mesmo tempo fundador de uma experiência comum, faça sentido para outros, sem que para tanto se esgote seu próprio sentido ao ser compartilhado? (1998:3-12)

Tenho, por conseguinte, percebido que as teorias que venho examinando que trabalham com o conceitos e o desenvolvimento da intersubjetividade estão, de alguma forma, confirmando a riqueza humana presente nas pluralidades de variáveis da vida social, variáveis estas que fazem parte, ao mesmo tempo, da teia comunicacional e da teia mediática. Assim, uma dada história não será a mesma e as reações, apreensões e colaborações advindas de seu contexto não serão jamais idênticas se o indivíduo nasceu, por exemplo, em uma casa com muitas pessoas, se foi órfão, filho único, se teve um irmão ou uma irmã, dois irmãos, cinco, dez; ou ainda, haverá influência da cultura em que se foi criado: a cultura do país, do estado ou província, da região, da cidade, do bairro, dos livros que se leu por gosto, dos livros que leu por obrigação, da religião professada ou da que rejeitou; das amizades instituídas, dos vínculos que se desarmonizaram, da educação familiar e acadêmica recebida, das experiências sensoriais e sexuais, dos *hobbies* que praticou e pratica, dos filmes assistidos, das doenças que teve, dos veículos de mídia aos quais teve acesso, das novelas que acompanhou na TV, dos telejornais, das viagens, dos jogos prediletos, dos sonhos realizados, das frustrações e traumas, dos desejos reprimidos, dos medos e das paixões, enfim de todo o conhecimento de mundo, conhecimento lingüístico, textual e sensorial. Não se pode pensar a comunicação e

³⁸ Veremos adiante.

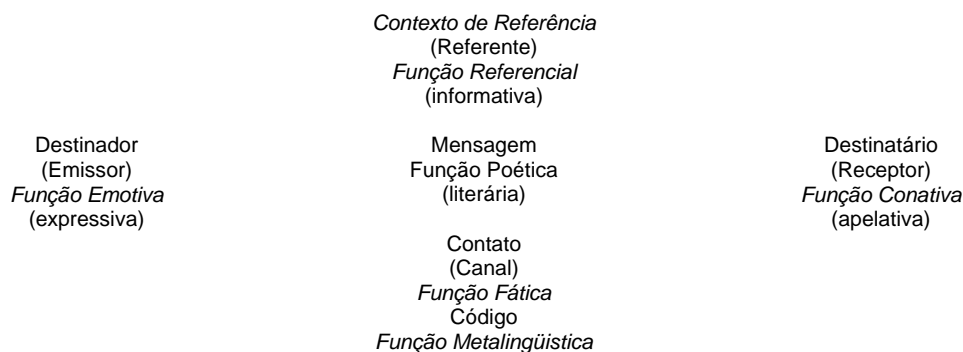
os sujeitos como independentes das inferências históricas, sociais, étnicas, estéticas, psicológicas, languageiras, econômicas, sociológicas, se se quiser empreender “bons acertos” no campo da intersubjetividade. E, percebe-se que, em meio a tantas diferenciações e esquemas, há similitudes básicas que nos aproximam uns dos outros, a cultura e a comunicação alocam as relações intersubjetivas. E o reconhecimento dos alocamentos / deslocamentos são aferidos pela Palavra, pinçadas do recôndito do ser e exibidas após serem minuciosa e delicadamente oferecidas à comunicação.

As palavras são oferecidas à comunicação, pela mensagem, entendida, aqui, como *grupo finito e ordenado de elementos de percepção tirados de um repertório e reunidos numa estrutura* (Rabaça e Barbosa, 1978:306).

Wilbour Schramn (Ciespal, 1969) em seu modelo comunicativo mostra ser indispensável algum campo da experiência comum para que uma mensagem, codificada pelo emissor, possa ser levada ser compreendida pelo receptor, e alcance os efeitos almejados.

No quadro abaixo, as funções da linguagem, de Jakobson (1970), nos mostra, em esquema, a localização, o lugar da mensagem na comunicação:

Funções da Linguagem, segundo Roman Jakobson (1970:129)



Deste quadro, traremos à baila, a função poética.

1.4 - Poesia: a excelência da comunicação

A poesia nada tem de inefável. Faz-se de palavras que, pela magia do trabalho prosódico do poeta, alcançam um sentido além-do-sentido.

Spitzer, 2003: 36

A poesia é um modo privilegiado de expressão lingüística, modo pelo qual as emoções alheias passam a ser as nossas à medida que evoca a participação emocional, a empatia como capacidade de nos identificarmos com outra pessoa, de sentirmos o que ela sente, de desejarmos o que ela deseja, e, projeta as emoções do indivíduo no objeto estético, aqui ela parece ser independente da associação de idéias e estar profundamente arraigada na própria estrutura do espírito humano.

A poesia não tem o intuito de representar as coisas reais, e sim de representar as coisas segundo a verossimilhança e a necessidade contextual da comunicação. Neste ponto alia a intencionalidade da comunicação com intensionalidade,³⁹ a partir da delicada e sensível escolha e arranjadas palavras que acontecem para a obtenção do efeito pretendido. Essa é escolha poética que abre alas para a linguagem eficiente.

Embora a poesia seja tradução perfeita da função poética da linguagem, vemos que essa função é também exercida no cuidado zeloso com a mensagem, sua composição sintática e sua referencialidade pretendida.

³⁹ De intenso

Poesia são as palavras dispostas na mais perfeita ordem. (Coleridge, apud Haiakawa, 1963:121)

Jakobson (1970: 35), ao falar de funções da linguagem, aloca a função poética junto do lugar que abriga a função referencial, a função fática e a função metalingüística⁴⁰. Alocando a função emotiva ou expressiva junto ao emissor e a conotativa ao receptor:

A função poética não se ocupa apenas da poesia embora cremos que tal função se sobreponha às demais. Mas também está ao lado da forma de poesia, quando alguma outra função se alia à poética para revestir de rigor a comunicação almejada. Uma vez que: *Poesia é a linguagem no seu mais alto grau de eficácia* (Hayakawa, 1963:11).

Podemos dizer também que estaremos praticando a função poética da linguagem sempre que nos preocuparmos com a escolha da palavra certa, da palavra mais adequada para expressarmo-nos no afã de alcançar o receptor visado. *Que é que faz de uma mensagem verbal uma obra de arte?*(Jakobson, 1970:19)

Diz Maiakóvsky: *É preciso conduzir a palavra até o limite extremo da expressividade* (1977:47)

⁴⁰ Conforme quadro.

1.5 - Paráfrase, o duto da intenção

O texto é algo que é feito com linguagem, ou seja, de linguagem, mas que ao mesmo tempo a transforma, amplia, complementa, perturba ou reduz.

Max Bense apud Dubois, 1970:12

No afã de alcançarmos o nosso receptor e até mesmo alcançarmos o outro em nós, a reformulação enunciativa em paráfrase é um dos recursos que mais lançamos mão para que a interação se dê eficazmente.

Para tratar desse item, revi parte da minha dissertação de mestrado⁴¹, com o propósito de apresentar um exame das abordagens do fenômeno parafrástico e sua importância para o intento interativo comunicacional.

Tomaremos inicialmente, como referência, o termo paráfrase dos dicionários. Em seguida, trataremos o uso da paráfrase indicado em alguns livros técnicos de redação e, ainda, a paráfrase vista por dois autores de filosofia do Direito. Incluiremos, também, a visão de Umberto Eco sobre o assunto. Depois abordaremos os trabalhos de Robert Martin (1976), Catherine Fuchs (1994) e de Herman Parret (1988).

Em Greimas & Courtés (1979: 325), encontramos a paráfrase como sendo uma operação metalingüística que consiste em produzir, no interior de um mesmo discurso, uma unidade discursiva que seja semanticamente equivalente a uma outra unidade produzida anteriormente. É uma tradução intralingüística do discurso.

⁴¹ Defendida na USP, no Programa de Semiótica e Lingüística Geral.

A paráfrase pode apresentar-se também como uma atividade natural de substituição: substituímos uma palavra por outra mais adequada, e partilhada, ao contexto comunicativo, e como tal diz respeito à dimensão paradigmática da linguagem. Um conjunto de elementos que podem substituir-se uns aos outros no mesmo contexto.

Uma classe de paráfrases tem, como denominador comum, uma equivalência semântica intuitivamente postulada. Nessa perspectiva, uma classe de paráfrases é caracterizada por uma estrutura profunda única, que permite a geração de um conjunto de paráfrases correspondentes, como tantas outras estruturas de superfície, que resultam do jogo das diferentes transformações com vistas a conduzir uma ação comunicativa, ou seja: de um mesmo texto matriz, podemos produzir muitas palavras.

Distinguem, Greimas & Courtés, dois tipos de paráfrases: a) substitutivas, ou denotativas⁴² que visam a equivalência direta com o enunciado parafraseado; b) paráfrases oblíquas⁴³ parcialmente conotativas, cujo conteúdo torna não-ambíguo o enunciado de referência.

A paráfrase pode ainda ser concebida como o modo paradigmático de produção e de reconhecimento da significação, que consiste na sua apreensão enquanto intencionalidade⁴⁴. Nestes termos, um parassinônimo⁴⁵, uma definição discursiva ou uma seqüência podem ser consideradas como paráfrases de um palavra, de um enunciado e de qualquer segmento discursivo.

⁴² A reformulação cobriria totalmente o texto matricial em sua extensão.

⁴³ A reformulação, embora parcial, reverteria ao conceito total do texto matricial.

⁴⁴ Cujas abrangências trataremos adiante.

⁴⁵ Identidade parcial de um ou mais lexemas.

A paráfrase é discutida também a partir da afirmação: A é paráfrase de B, se A contiver a mesma informação que B. E ainda que a frase passiva é paráfrase da frase ativa e é paráfrase o desenvolvimento explicativo de uma unidade ou de um texto ou de outro qualquer enunciado.

Na asserção lexicografa⁴⁶ para dizerem o que a palavra terá tantas acepções quantas forem as palavras sinônimas geradas que não sejam sinônimas entre si. O tratamento lexicográfico homônimo determina que a cada entrada léxica deve haver uma só paráfrase, as palavras, nesse tratamento, não podem ser ambíguas⁴⁷. O tratamento polissêmico toma como entrada uma palavra gráfica definida por “um conjunto de paráfrases que têm traços comuns”.

Em seguida, tratando da noção de equivalência lingüística. Greimas & Courtés afirmam que equivalência lingüística leva a assimilações semânticas entendidas por simplificações dos mecanismos da paráfrase. Está demonstrado que uma palavra de emprego geral numa dada sincronia está em relação de paráfrase com enunciados subjacentes diferentes, opostos, eventualmente, de forma radical. Assim, a escolha de uma palavra é diretamente relacionada ao momento da enunciação.

Os autores falam também da transformação parafrástica, que não acrescenta informação suplementar em relação a frase sobre a qual foi efetuada a operação, assim, a transformação de nominalização é uma transformação

⁴⁶ Léxico é a lista exaustiva de todas as lexias de um estado da língua natural.

⁴⁷ Desfazer ambigüidades é uma das funções da paráfrase.

parafrástica⁴⁸. Algumas transformações parafrásticas de apagamento tornam a frase ambígua⁴⁹, já que aí poderia vir a frase base⁵⁰.

Até aqui, deteremos a idéia de que a paráfrase é uma atividade de substituição sinonímica que pressupõe a presença de um enunciado de origem, e um enunciado equivalente.

Em outras áreas de conhecimento, como no Direito por exemplo, a indicação do uso da paráfrase também está presente. Assim, encontramos o termo paráfrase, em Ferraz (1996: 282-3) que a utiliza como recurso interpretativo, ao lado da hermenêutica⁵¹. Diz o autor que, ao se utilizar de seus métodos, a hermenêutica identifica o sentido da norma, dizendo como ela deve ser ideal. Ao fazê-lo, porém, não cria um sinônimo para o símbolo normativo, mas realiza uma *paráfrase*, isto é, uma reformulação de um texto cujo resultado é um substituto mais persuasivo, por estar exarado em termos mais convenientes. Assim, a paráfrase interpretativa não elimina o texto pondo outro em seu lugar, mas o mantém de uma forma mais conveniente aos propósitos comunicacionais, reforça-o, dando-lhes por base de referência o *dever-ser* ideal do legislador racional, para um efetivo controle da conotação e da denotação, ou seja, ao interpretar, a hermenêutica produz um acréscimo à função motivadora para alcançar a conveniente interpretação.

Ferraz completa dizendo: *É uma regra dogmática a exigência de que, ao interpretar, o hermeneuta não se cinja a um único método, mas aplique todos. É o critério da boa interpretação* (p. 283).

⁴⁸ Como exemplo: *O general traiu. A traição do general.*

⁴⁹ *Eu julgo que meu filho está enfermo*, em: *Eu julgo meu filho enfermo.*

⁵⁰ Eu ponho em julgamento meu filho enfermo.

⁵¹ Entendida, aqui, como teoria geral da compreensão e interpretação das formas de expressões comunicativas.

Coelho, na mesma linha do Prof. Ferraz⁷, diz: *A paráfrase que a interpretação realiza da norma, não se revela sempre um exercício de decodificação rigorosa, mas varia de acordo com as circunstâncias* (1995: 103). Para esses dois autores, a paráfrase é um recurso que reformula o texto original, tornando-o mais persuasivo e mais conveniente. O que nos conduz a discutir a intensionalidade a diante.

Dos autores técnicos que incluem em suas obras o assunto paráfrase, destacaremos Garcia (1974) e Medeiros (1991) e acrescentaremos algumas palavras de Eco (1991).

Garcia (1974) aloca, a paráfrase no item *aprimoramento do vocabulário*⁸. Para o autor a paráfrase é uma dentre as várias formas de composição — separa-a da interpretação, do resumo, das amplificações, das traduções. Diz que a paráfrase constitui exercícios dos mais proveitosos *principalmente quando não se limita a substituir por sinônimos palavras ou expressões de determinado trecho* (p. 166).

A verdadeira paráfrase deve ser como que tradução dentro da própria língua (Garcia, 1974: 167). Exemplifica o que diz, com uma cantiga de amor (século XVI) e, em seguida, parafraseia-a. Ele, ao parafrasear, segue pari-passu todos os momentos do texto original. Quanto a isso, a paráfrase difere do simples resumo — que se mantém fiel ao original apenas no que diz respeito à essência da idéia.

⁷ Ambos concordam quanto à importância da paráfrase para a viabilização do conhecimento científico do Direito e para circunscrever a interpretação da norma. E concordam, também, que a interpretação sendo tendenciosa inviabiliza o fechamento da paráfrase em determinadas modalidades.

⁸ Livro nosso

Garcia assume a paráfrase como “tradução” diacrônica de um *momento* para *outro* do uso da língua e como um exercício de “aprimoramento do vocabulário”.

Para Medeiros, *parafrasear é traduzir as palavras de um texto mantendo as idéias originais*. (1991:10) A paráfrase inclui o desenvolvimento de um texto, o comentário, a explicitação, o resumo. Para ele é na substituição de uma palavra por outra que revela-se a paráfrase que mais se aproxima do original.

Na paráfrase ocorre uma transformação formal que não acrescenta informação nova em relação à frase sobre a qual foi efetuada a transformação. Medeiros ao dar noções de como parafrasear um texto, ressalta que: *Este assunto é considerado hoje uma técnica tanto para o aprimoramento da redação como para a realização de uma pesquisa* (1991: 10), e ilustra dizendo que a redação de um texto acadêmico não se fixa na transcrição contínua do texto base, daí a necessidade de valer-se da paráfrase para expor idéias constantes dos textos em um novo contexto. Para ele, a paráfrase é preferível à transcrição.

Segundo Medeiros, a prática da identificação da idéia principal e hierarquização das secundárias para a melhoria da qualidade da leitura, pode ser enriquecida pela paráfrase.

O autor acrescenta, ainda, que:

Ilusoriamente, acredita-se na unidade de um texto. Quanto muito é nova a forma. Na maioria das vezes, os outros parafraseiam textos, resumem obras, resenham livros com o objetivo de esclarecer, elucidar e chegar a resultados previamente estabelecidos”. “Há passagens dentro de um texto que servem para esclarecer são, pois, paráfrases de passagens anteriores. (p. 29 e 65)

Eco, destaca que:

Ao elaborar a ficha de leitura, você resumiu vários pontos que lhe interessavam, isto é, fez paráfrases e repetiu com suas próprias palavras o pensamento do autor, e também reproduziu trechos inteiros entre aspas. (1991: 128)

E diz que uma paráfrase não é plágio quando *for muito mais curta que o original*. Mas, há casos em que o autor diz coisas de grande conteúdo numa frase ou períodos curtíssimos, de sorte que a paráfrase deve ser muito mais longa que o trecho original, às vezes é inevitável e mesmo útil que certos termos permaneçam imutáveis.

Eco acrescenta, com muita propriedade, que: *a prova mais cabal de compreensão de um texto é dada quando conseguimos parafraseá-lo sem tê-lo diante dos olhos, significando que não só não copiamos como o entendemos* (p. 128).

Tanto Garcia quanto Medeiros tratam a paráfrase como tradução dentro da própria língua. Medeiros emprega o termo transformação por reformulação. Garcia distingue paráfrase de resumo Eco, por sua vez, a considera, sobretudo, como atividade para resumir vários pontos que interessam ao parafraseador.

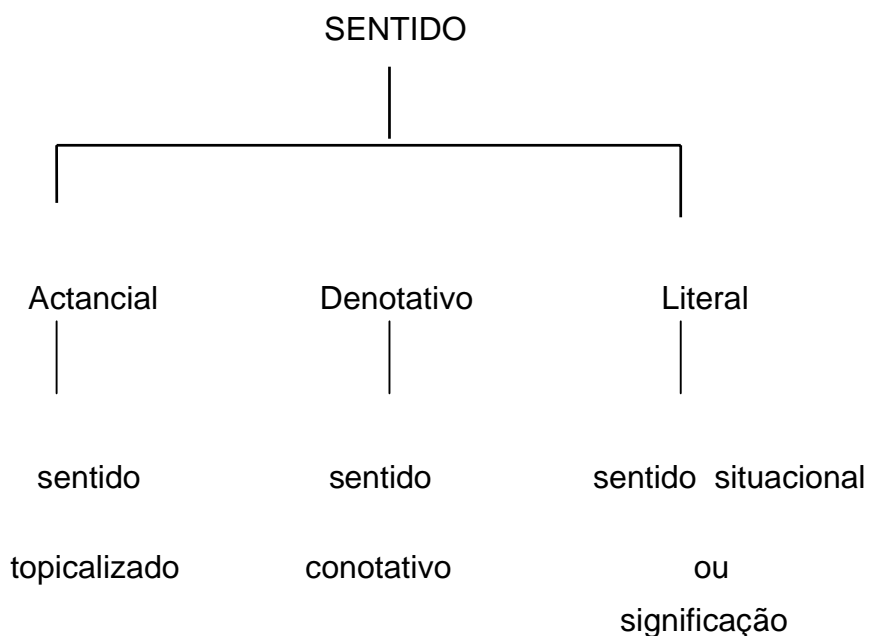
Os estudos lingüísticos-enunciativos sobre a paráfrase procuram sintetizar os delineamentos teóricos em que se baseiam os demais autores escolhidos, no que concerne ao estudo de paráfrases.

Martin define a paráfrase do seguinte modo: *Duas frases p e q estão em relação de paráfrase lingüística se seus sentidos forem os mesmos e se eles não se separarem pelas suas topicalizações e suas conotações* (1976: 118).

Paráfrase pragmática: *Duas frases p e q estão em relação de paráfrase pragmática, se, malgrado suas diferenças de sentido, têm o mesmo sentido situacional ou significação* (p. 118).

É o sentido situacional que transfere o problema da paráfrase para o campo da pragmática e desdobra-as em tantas variedades quantas forem as situações nas quais elas se apresentam. Nesta perspectiva, uma mesma frase admite um número infinito de paráfrases, e a equivalência entre a frase inicial e sua paráfrase é dada pela situação contextual. A situação contextual abarca o conjunto das condições psicológicas, sociais e históricas do momento da produção da paráfrase.

Martin esquematiza o sentido: (p. 118)



Martin chega às definições da paráfrase percorrendo um caminho que se inicia como questionamento da afirmação presente em ambas as relações de paráfrase: *mesmo sentido* ou *invariança de sentido*.

Intuitivamente, os usuários da língua conhecem e reconhecem a paráfrase: faz parte de sua competência. O falante sabe reconhecer a paráfrase e sabe exprimir uma mesma idéia de diversas formas: é sua competência metalingüística, e é capaz de substituir uma frase dada por outras frases sentidas como equivalentes: é sua competência lingüística. O falante tem facilidade de parafrasear-se e parafrasear os outros, mas não é capaz de dizer o que é a identidade de sentido, pois o sujeito falante põe sua intuição em prática e a paráfrase parece-lhe uma evidente realidade.

Martin faculta a parafrasagem à competência, e distingue a competência metalingüística para o reconhecimento da paráfrase e a competência lingüística para a produção de paráfrases. O reconhecimento de uma idéia ou de uma informação numa dada seqüência levará a modos de *equivalência lingüística*, apoiando modos de *equivalência de sentidos ou metalingüística*.

A *invariança* de sentido se move entre duas posições aparentemente extremas: *para alguns a paráfrase não existe* (p. 79), pois qualquer mudança no plano dos significantes, altera o plano do significado. Outros, admitem que numa mesma frase, *dependendo da situação*, há um número infinito de paráfrases. Conforme a situação, teremos significações diferentes. Parece que ambas as posições levam a pensar que a paráfrase lingüística não existe, pois, para Martin a relação de paráfrase se estabelece se *os sentidos forem os mesmos e se não se separarem pelas suas topicalizações e conotações* (p. 118).

A *invariança* de sentido é o principal valor operatório para o estabelecimento da relação de paráfrase, e pode ser constituída pela ligação que existe com a noção que o autor chama de *transformação*. Martin coloca a

invariança nas condições *extensionais* da linguagem, ou seja, numa correspondência termo a termo entre frases de um conjunto enunciativo e frases transformadas no mesmo conjunto.

Invariança e transformação são constitutivas da noção de *paráfrases extensionais*, dentro das dimensões de equivalência e de *paráfrases intensionais*, resultantes de projeções de equivalência sobre as relações produzidas.

Para o autor, tanto as *paráfrases lingüísticas* ou *semânticas* quanto as *situacionais* ou *pragmáticas* necessitam do contexto das inferências de sentido para terem equivalência lingüístico-pragmática⁵². Para a equivalência pragmática será considerada a situação discursiva, na qual toda a referência se fará presente, produzindo, a partir de equivalência de intenções, efeitos objetivados. Os mecanismos produtores de paráfrase pragmática requerem designações de *contextos* e correspondência discursiva. Para a equivalência semântica, a relação será extensional de forma a forma. Os mecanismos que produzem a paráfrase semântica compõem-se de identidade lexical e correspondência de sentido.

A respeito de equivalência de *intenção*, dizemos que é possível reconhecermos uma paráfrase como sendo pragmática, se numa dada situação a paráfrase se referir a uma mesma intenção de comunicação, se houver um mesmo dado de experiência independente da língua mas comum a muitas pessoas, de modo que duas frases distintas possam levar a uma mesma ação⁵³.

Martin observa, ainda, que a intenção do enunciador pode ser uma, mas que o interlocutor pode entender de modo não objetivado o que deseja o

⁵² Contextual.

⁵³ No exemplo, adaptado de Martin: *Há uma corrente de ar / pode remeter a vejo que ninguém fechou a janela*. A relação entre *corrente de ar* e *fechamento de janela* é um dado de experiência do universo comum das pessoas, e é independente da língua. As duas frases, em si, têm sentido diferente mas têm o mesmo sentido situacional, ligado pela interpretação comum que conduzem a uma mesma ação: *fechar a janela*.

enunciador, pois o sentido situacional ou pragmático é um sentido interpretativo dado por uma pessoa a um enunciado⁵⁴. O que vai determinar se há ou não uma relação de paráfrase pragmática, é sabermos com que intenção a frase foi proferida.

A extensionalidade e a referencialidade ou ainda, a conotação e a intensionalidade levam á redimensão da lógica de relações de sentido para a produção de um novo discurso.

Todo o sistema interpretativo resultará dos mecanismos parafrásticos evidenciados nesse sistema, e se voltará para a significação, fazendo da paráfrase instrumento de produção de sentido.

Martin é importante para o nosso trabalho, primeiramente, ao questionar o que seja *mesmo sentido*. Com esse questionamento em pauta, ele torna o *mesmo sentido* entre o texto-matriz e sua paráfrase como base do reconhecimento desta. E desdobra as paráfrases em lingüísticas ou semânticas, e situacionais ou pragmáticas. São lingüísticas ou semânticas quando a relação entre o texto-matriz e sua paráfrase tiver uma equivalência lógico extensional, quando houver identidade lexical e correspondência de sentido entre os enunciados parafraseado e parafraseador. São paráfrases pragmáticas ou situacionais, quando a situação discursiva produzir, a partir de equivalência de intenções, paráfrases que serão reconhecidas a partir das inferências contextuais.

Fuchs (1994) perpassa a lingüística guindando paráfrases. Para a autora a paráfrase pode, de início, ser definida como *duas maneiras diferentes de dizer a mesma coisa* e difere da sinonímia, que *dá nomes diferentes para a mesma coisa*,

⁵⁴ Assim, a frase *há uma corrente de ar* pode agir como estímulo para o interlocutor *fechar a janela*, para ele *vestir o agasalho*, para *deixar o aposento*.

e da tradução, que trabalha a restituição de sentido de uma língua para uma outra.

A partir da resposta à questão: como dizer a mesma coisa de maneiras diferentes? Fuchs traça um panorama histórico da paráfrase, localizando-a, antes na retórica. Assim, a gramática, a princípio, não se interessou mais profundamente pelo problema da paráfrase no plano da frase, ficou no plano do sinônimo. Com relação à semântica, era reconhecida uma certa equivalência, por exemplo, entre a frase ativa e passiva, entre o discurso direto e o indireto.

Na Retórica antiga a noção de paráfrase se aplicava aos exercícios de reformulação de textos de autores, que partiam dos exercícios preparatórios à arte da oratória e a exegese dos textos sagrados, principalmente no campo do comentário bíblico e, mais tarde (séc. XVII) para esclarecer textos literários.

A paráfrase aparece, também, na retórica de Aristóteles (1993), que a caracteriza por intermédio dos mecanismos da produção diversificada dos discursos em situação, ou seja, a diversidade de formulações possíveis de uma mesma idéia.

As operações parafrásticas já estavam inscritas, como vimos, nas reformulações de textos, nos comentários bíblicos e literários e na produção diversificada dos discursos em situação. Assim, os objetivos concretos impelem e, ao mesmo tempo, se acomodam na prática espontânea da paráfrase como reprodução do mesmo conteúdo, mesmo que, em teoria, sejam apontadas as diferenças de sentido instauradas necessariamente em toda reformulação que implica paráfrase.

Na Lógica, estabelece-se a condição de equivalência entre as proposições, cujo exemplo típico é o da dupla negação contraditória que renasce como afirmação⁵⁵. Ainda em meio à Lógica, nasce o critério de *identidade extensional* e é travada a discussão (por volta de 1940-50) em torno da noção chave de semântica lógica, ou seja, a da sinonímia entre expressões de um sistema formal: a partir de alguns tópicos é que o sentido (intensional) de uma expressão não se confunde com sua referência (extensão) e a sinonímia pode ser caracterizada no plano do sentido e não somente da referência. Assim, duas expressões podem denotar a mesma referência sem serem sinônimas entre si⁵⁶. Isto é apoiado na constatação de que em certos contextos (ditos opacos - intensionais) a substituição de uma expressão B por uma expressão A de mesma denotação, no interior de uma proposição P, pode conduzir, a despeito da identificação extensional de A e de B, a modificar o valor de verdade de P, pois há uma proposição P¹ que não equivale à proposição inicial⁵⁷.

Em certos contextos, a substituição de uma expressão por outra de mesma denotação, no interior de uma proposição, pode levar, mesmo tendo a mesma identificação referencial, à modificação do valor de verdade, pois a proposição resultante não equivale à proposição inicial.

Podemos, também, estabelecer a sinonímia entre expressões que levam em conta não somente a identidade no plano da referência e igualmente a identidade no plano do sentido. Não é suficiente, para a sinonímia, que as expressões denotem o mesmo objeto ou o mesmo estado de coisas, mas sim que

⁵⁵ Como exemplo: – Isto não é nada \equiv Isto é alguma coisa.

⁵⁶ Como exemplo: – Em: A estrela da manhã \equiv estrela da tarde, temos como referência Vênus.

⁵⁷ É o caso de:

Tegucigalpa = a capital de Honduras, a preposição P: Pedro crê que Tegucigalpa está na Nicarágua pode ser verdade, e a preposição P¹: Pedro crê que a Capital de Honduras é na Nicarágua, ser falsa. (Fuchs, 1982: 16)

o ponto de vista sobre a referência seja o mesmo ou comparável: que digam a *mesma coisa* ou *coisas parecidas*.

Na Retórica e na Lógica antigas, as seqüências parafrásticas não eram estudadas por elas mesmas. Suas formas, suas estruturas, seus semantismos lingüísticos mereceram reflexões somente na lingüística contemporânea, nas correntes marcadas pela Sintaxe e pela Semântica.

Nas correntes sintáticas há o esforço de registrar os detalhes sintáticos correspondentes com regularidade, disponíveis no sistema da língua, entre frases intuitivamente consideradas como tendo o mesmo sentido⁵⁸. A natureza exata do sentido não é questionada e a *identidade* semântica entre as frases é assimilada como uma informação objetiva e referencial.

Nas correntes semânticas, as paráfrases são vistas não somente no registro de suas formas lingüísticas, mas também na análise detalhada das relações semânticas que unem as seqüências parafraseadas. Há nas paráfrases semânticas a tentativa de responder e distinguir uma invariante semântica, ou seja, o mesmo sentido sobre o qual se imprime diversas modificações semânticas com o *mesmo sentido*⁵⁹, feitas por substituições sinonímicas.

A paráfrase na óptica da lingüística se estabelece como uma relação estável e regular entre as seqüências parafraseante e parafraseada e é reconhecida pelos falantes da língua. É o reconhecimento da paráfrase fundado na própria intuição da língua: considerando-se o *mesmo sentido*, submetendo a paráfrase ao arbítrio de cada um. Nesse ponto Fuchs (1996) concorda com Martin

⁵⁸ . É o caso de: É fácil ajudar João.
 João é fácil de ajudar.
 Ajudar João é fácil.

⁵⁹ Aquilo que permite as operações de paráfrase ou transcodificações e/ou aquilo que fundamenta a atividade enquanto intencionalidade..

(1976). *Fuchs* denomina esse método intuitivo de reconhecimento da paráfrase de *introspectivo*, pois requer a percepção individual para concluir se duas frases são, ou não, paráfrases uma da outra, e afirma que a maioria dos lingüistas recorrem a tal método para o reconhecimento da paráfrase.

Nesse procedimento, a paráfrase é vista como uma propriedade intrínseca dos enunciados da língua como um dado objetivo inscrito de modo estável dentro do sistema lingüístico.

À abordagem *introspectiva*, opõe-se a abordagem *experimental* dos descritivistas (distribucionalistas e estruturalistas), que consideram a introspecção falsa, uma vez que, os próprios lingüistas ficam assujeitados à informalidade para o reconhecimento da paráfrase. Já os experimentalistas, para comprovar a presença de paráfrases, recorrem ao questionamento de informantes e recolhem sob a forma de *corpus*, os dados a serem testados para verificar se realmente as seqüências observadas são parafrásticas e, para tanto, submetem-se ao discernimento dos informantes que representam a competência de uma comunidade lingüística homogênea, concordantes ou não, sobre a identidade de sentido.

Ainda, dentro do método experimental de reconhecimento da paráfrase, *Fuchs* apresenta o questionamento *explícito* e o *implícito*. No *explícito*, a atenção do informante é atraída para o problema da conservação do sentido; no *implícito*, o informante é conduzido a produzir ou identificar as paráfrases sem ter consciência do que faz.

Recorrendo-se à introspecção chega-se ao questionamento explícito, que se apresenta de modo direto, sob a forma de indagações que estabelecem uma

relação de identidade semântica ou de proximidade semântica, *por considerar a prática metalingüística espontânea dos sujeitos* (Fuchs, 1994: 36).

Fuchs ainda destaca os seguintes problemas teóricos nos quais estão envolvidas a paráfrase lingüística: nos da sinonímia, nos tipos de semantismos apreendidos/reconhecidos e no papel do sujeito e da língua nos mecanismos parafrásticos.

O problema teórico da sinonímia, encerra a contradição básica da paráfrase, a saber, a transformação progressiva do mesmo em outro, ou seja, a transformação do *sentido idêntico em sentido diferenciado*. O centro de tal contradição está na ausência de consenso quanto aos falantes em relação à paráfrase, traduzida no caráter móvel e subjetivo das fronteiras que deveriam delimitar o mesmo e o diferente, em função do contexto e da situação⁶⁰. Fuchs (1994) diz que a seqüência percebida ou produzida como tendo o mesmo sentido por determinados sujeitos serão percebidas ou produzidas como tendo um sentido diferente por outros sujeitos.

A insistência sobre as diferenças semânticas entre as seqüências que se querem parafrásticas, retirando-se a paráfrase da identidade total de sentido e projetando-a para a realidade da existência de diferenças semânticas, é passar a considerá-la em termos de semelhança, de equivalência semântica e de proximidade.

Ao nos afastarmos da caracterização da paráfrase como identidade semântica total ou sinonímia absoluta, aproximamo-nos da paráfrase como uma relação de equivalência semântica, *fundada na existência de um ponto semântico*

⁶⁰ Wolfgang Iser nomeia de convergências interativas.

comum sobre o qual se imprime diferentes semantismos secundários (Fuchs, 1994: 53)⁶¹. A Lingüística procura dentro de tal óptica, definir a natureza dos semantismos comuns e dos semantismos diferentes e de estabelecer o nível de equivalência entre as seqüências parafraseadas, bem como os elementos semânticos comuns às paráfrases produzidas, aplicando testes de substituição.

Assim, para se estabelecer a natureza das diferenças semânticas que podem existir entre as paráfrases, recorre-se a testes de *substituições*. A substituição conduz sempre à modificação de algo em relação à seqüência inicial – e tal modificação manifesta diferenças latentes que existem entre as paráfrases. Em alguns casos a substituição se torna impossível, pois altera radicalmente o sentido⁶². Em outros, a substituição pode levar à seqüência de difícil interpretação. Em ambos, as dificuldades que se podem encontrar na substituição num dado contexto, trazem à luz as diferenças entre as seqüências ditas sinonímicas.

Nesse caso, a abordagem lingüística global, nos semantismos apreendidos, a paráfrase, constitui-se por uma relação de equivalência semântica originada de um ponto comum, de um significado de base sobre o qual se grafam semantismos diferentes que modulam significados secundários que podem estabelecer a relação de paráfrase⁶³.

⁶¹ Conforme as noções de pseudo-sinonímia, quase-sinonímia e para-sinonímia.

⁶² É possível dizer: Esta causa tem este efeito.

Este efeito decorre desta causa.

E impossível dizer: A mãe tem uma pompa.

A pompa decorre da mãe.

⁶³ Como exemplo:

Todo mundo sabe que o povo alemão se bate com o fascismo.

Todo mundo sabe que o povo alemão se bate contra o fascismo.

Todo mundo tem conhecimento do combate do povo da Alemanha contra o fascismo.

É de conhecimento de todos que o povo alemão trava combate contra o fascismo.

Todo mundo sabe que continua o combate antifascista do povo alemão.

Quem não sabe que na Alemanha o povo não se submete mais à peste negra?

É inegável que as seqüências lingüísticas não podem ser totalmente idênticas, somente equivalentes, é inegável também que nas atividades parafrásticas em situação, tais seqüências são tratadas pelos falantes como tendo formas idênticas. Podemos dizer, pois, que a equivalência está na língua e a identidade no uso da língua.

A relação parafrástica também pode ser estabelecida pelo conhecimento da *referência* de certos termos. A paráfrase referencial corresponde a uma Semântica definida no nível de um *mundo particular*, que põe em jogo objetos únicos. Ligada ao contexto situacional, a paráfrase referencial define-se pela identidade de verdade, ressaltando o papel do sujeito e da língua ao acionar os mecanismos parafrásticos.

Fuchs, a par do sentido lingüístico e da referência, distingue um tipo de semantismo que se coloca nos complexos *valores pragmáticos* para estabelecer relações parafrásticas. As paráfrases referenciais e as pragmáticas estão inseridas na utilização do sistema da língua pelos sujeitos, em oposição à paráfrase lingüística, que é inserida no sistema da língua. Para a autora, a relação de paráfrase se funda sobre uma *equivalência pragmática*, cujo sentido parafrástico é dado a partir de uma mesma situação extralingüística, fazendo com que o reconhecimento da paráfrase seja uma atividade da competência metalingüística, e a produção atividade da competência lingüística. Para *Fuchs*, a paráfrase é uma atividade metalingüística, e a produção da paráfrase faz, de todo modo, um apelo ao processo de reconhecimento, que compreende a interpretação da seqüência inicial e interpretação antecipada da nova seqüência produzida, identificáveis semanticamente.

Vejo que a autora adentra a perspectiva enunciativa para tratar do aspecto *pragmático* da paráfrase, entre os pólos abstratos da transparência absoluta, no discurso científico ideal, pura denotação, e a opacidade total, vista no discurso poético, ideal, pura conotação.

Para aproximação enunciativa do fenômeno parafrástico, Fuchs pretende estabelecer as condições para uma teoria da paráfrase que leve em conta a dimensão da atividade de linguagem, considerando a natureza metalingüística da paráfrase, ou seja identifica os semantismos de duas seqüências comparadas, constituindo um julgamento sobre as seqüências, efetuado pelos falantes em situação contextual. Sendo a dimensão metalingüística constitutiva da linguagem: “*ela não existe em línguas que não possam funcionar reflexivamente*” (1994: 89).

Portanto, a atividade da parafrasagem tem participação da atividade metalingüística. Reformular uma dada seqüência X para atingir a seqüência Y, ou considerar que uma seqüência Y dada constitui uma reformulação possível de uma outra seqüência X, é avaliar que o conteúdo semântico de Y equivale a X: há um julgamento comparativo sobre os respectivos semantismos, o que revela uma operação de atividade metalingüística, neste caso, implícita, não verbalizada. Em determinadas situações, quando a reformulação é verbalizada, e há a oportunidade de se apreender a atividade metalingüística, em seus traços lingüísticos constituintes, a atividade metalingüística é dita explícita.

Podemos incluir também que:

Um emissor que conhece o sentido das palavras da língua que usa manifesta seu saber pela capacidade de exprimir o mesmo conteúdo de diferentes maneiras e o receptor que conhece o sentido das palavras expressas, manifesta seu entendimento pela capacidade de reconhecer

a equivalência semântica entre as seqüências de formas diferentes.
(Fuchs, 1994: 29)

Instaura-se, aqui, o princípio da comunicação. A atividade metalingüística que apela para a identificação do semantismo, repousa sobre o eixo paradigmático⁶⁴ permitindo substituições num mesmo contexto o que revela o grau de consciência e de realidade da atividade metalingüística de parafraseagem. A atividade metalingüística funciona também sobre o eixo sintagmático⁶⁵, devido à combinação de elementos definíveis e presentes no enunciado, na frase e no discurso. São definíveis pelas relações de seleção ou de semelhança que mantêm entre si, e que possibilita preencher uma eventual insuficiência da atividade paradigmática.

Dentro, ainda, da dimensão paradigmática a atividade metalingüística pode operar a identificação de uma mesma seqüência num contexto sob diferentes formas, a reformulação e a designação de um objeto, de um evento dado ou de uma seqüência, produzindo diferentes paráfrases.

Na metalingüística, a atividade de parafrasear é explicada pela *relação de identificação*, que pode ser simbolizada pela fórmula: (Semantismo de X) \equiv (Semantismo de Y), (para simples visualização) ou seja: “X *significa* a mesma coisa que Y”, pois X designa Y, ou ainda: X é (um) nome de Y. O reconhecimento da paráfrase ocorre nos itens identificáveis nos semantismos de Y, e o semantismo de Y nos itens identificáveis nos semantismos de X. Para que isso ocorra é necessário que o sujeito, estabelecedor das relações de paráfrase, coloque-se nas circunstâncias e nos contextos lingüísticos onde a paráfrase é

⁶⁴ Conjunto de elementos que podem substituir-se uns aos outros no mesmo contexto (Em dicotomia com sintagmáticos, combinação de elementos selecionados co-pendentes em um enunciado).

⁶⁵ Idem.

produzida e reporte-se, por referência, ao contexto a partir do qual se produz a paráfrase. O contexto parafraseado é diferente daquele do parafraseador. O momento da produção da paráfrase é necessariamente posterior ao momento da produção parafraseada. Assim, torna-se necessária a referência no momento da enunciação: o sujeito parafraseador não só deve fazer referência à situação de produção, como também situar a própria atividade metalingüística como processo enunciativo, fazendo menção também à situação de parafraseagem.

A relação de paráfrase é, neste caso, o discernimento metalingüístico dos sujeitos enunciadore e não propriedade intrínseca das expressões. A paráfrase é movida no sentido de caracterizar os diferentes níveis possíveis de interpretação, onde o enunciador pode situar o julgamento de identificação semântica que leva ao reconhecimento da seqüência parafrástica.

Para o discernimento de uma situação de parafraseagem considera-se que os semantismos de X e Y *não* são dados ao sujeito parafraseador. De um lado, os semantismos são resultantes de um trabalho de *reconstrução* e de outro, de *identificação* dos semantismos. Para estabelecer a relação de paráfrase entre X e Y, o sujeito parafraseador procede espontaneamente a um certo número de *reduções* a partir da sua situação enunciativa de sujeito parafraseador.

São três as reduções. As duas primeiras consistem em anulações constitutivas do processo de *reconstrução-interpretação* dos semantismos de X e de Y, e a terceira é constitutiva do processo de *comparação-identificação* desses semantismos.

As reduções que consistem em anulações constitutivas do processo de *reconstrução-interpretação* dos semantismos de X e de Y, que é a primeira das

três, compreende a anulação do deslocamento entre os semantismos produzidos por sujeitos S' e S'' para as seqüências X e Y. Os semantismos produzidos nesse caso – sujeitos diferentes para a mesma seqüência - podem tornar-se *múltiplos*, pois recebem leituras de diversos níveis, uma vez que são produzidas por diferentes sujeitos e *multívocos*, ao receberem um mesmo nível de leitura e interpretações não sobrepostas, e, até mesmo, *ambíguas*, quando recebem interpretações díspares. Mas, os semantismos recebidos por um só sujeito (S) é necessariamente unívoco, pois é a escolha de um nível determinado de interpretação.

O sujeito da parafraseagem opta necessariamente por uma dada seqüência onde se situa o semantismo que ele reconstrói e exclui (anula) os demais semantismos possíveis. O sujeito seleciona dentre a multiplicidade de semantismos os que correspondem àquele que, em função das determinações extralingüísticas, da situação e do contexto lingüístico a X e a Y, dê a interpretação à qual ele objetiva.

Os planos de interpretação movem-se de modo contínuo: vão desde o mais lingüístico-formal ao menos literal e mais livre.

Fuchs distingue quatro planos para o contínuo-interpretativo que constituem patamares da condição de discernimento de paráfrase dentro desse processo de reconstrução-interpretação.

O primeiro plano é chamado de *locutivo*. Nele, o sentido parafraseado é restituído quase que literalmente à seqüência parafraseada. São as *paráfrases lingüísticas*, na qual “Y reformula de modo literal o sentido literal de X” (p. 128).

Neste plano estão as variações predicativas, que são traduzidas pelas modificações sintáticas⁶⁶.

São muitos os fenômenos do campo do plano locutivo, que se integram ao plano das variações dadas às operações enunciativas, nas quais o sujeito imprime ao enunciado valores referenciais de tempo, aspecto, etc., que se fixam ao enunciado relacionando-o à situação de enunciação: o “eu-aqui-agora”⁶⁷.

O segundo plano, é o *referencial*. Nele interpretação manifesta-se na parte não expressa dos semantismos referenciais.

O plano *pragmático*, o terceiro, é fundado sobre os valores ilocucionários e perlocucionários. Os valores ilocucionários são interpretados como “ordem de fazer qualquer coisa”⁶⁸. O valor perlocutório é interpretado como uma sugestão coroada de sucesso⁶⁹.

No quarto e último, o simbólico, a interpretação funda-se em todo o revestimento simbólico da seqüência dada: as figuras de estilo, os gêneros literários. Neste plano a interpretação objetiva ressaltar, trazer à luz formas inconscientes, tanto psicanalítica quanto ideológica.

A partir dos quatro planos de interpretação citados, existem infinitas possibilidades combinatórias, ao menos em teoria, que podem produzir diversificadas relações de paráfrase.

⁶⁶ Assim: O homem entrou; ele tinha um chapéu/O homem que entrou; tinha um chapéu/ Aquele que tinha um chapéu, e o homem, e ele entrou/Lá está o homem que tinha um chapéu; é ele quem entrou, etc. (Exemplos de Fuchs, p. 128).

⁶⁷ Ex.: Certos filmes me causam horror. Alguns filmes me causam horror.
Há alguns tipos de filme que me causam horror.

⁶⁸ Ex: Vamos, abra.

⁶⁹ “Pedro conseguiu convencer Paulo a vir”. “Pedro persuadiu Paulo a vir”.

A segunda série de reduções que consistem em anulações constitutivas, trata da distância entre os semantismos produzidos (de X e Y) em relação aos semantismos visados (pelos produtores S' e S'' de X e Y).

Os semantismos não coincidem totalmente com o semantismo visado pelo produtor da seqüência; o semantismo visado é, por definição, inacessível, é a intenção de significação do emissor.

O semantismo visado é, ao mesmo tempo, mais restrito e mais amplo do que o semantismo produzido. Mais amplo, pois uma vez enunciado, a seqüência se torna autônoma e produz um excesso de interpretação possíveis e não previstas pelo emissor, podendo mesmo sua intenção ser traída. Mais restrita, pois toda formulação supõe uma seleção que empobrece e endurece a intenção de significação⁷⁰.

Nesses processos de parafraseagem, há um jogo entre os semantismos produzidos e os semantismos visados e deslocamentos intencionais são possíveis⁷¹.

Abordarei, agora, a terceira série de anulações. “É a própria parafraseagem, na qualidade de comparação de X e Y”. (p. 151), a comparação dos semantismos reconstruídos da equivalência à identificação, caracterizando as semelhanças e as diferenças entre os próprios semantismos.

Nas semelhanças, mesmo que um sujeito S identifique X e Y como “dizendo a mesma coisa”, tal identificação é resultado de um processo de interpretação de X e de Y. O sujeito acredita que uma *mesma visão de referência* venha a ser a identidade de referência visada. Mas a referência reconstruída, segundo o nível de leitura, poderá ter o referente visado literalmente (plano

⁷⁰ Fuchs, 1994, p. 14

⁷¹ Deslocamentos que permitem uma ação intensional.

locutivo e referencial) os referentes subjacentes ao modo de dizer (plano pragmático) ou o referente visado simbolicamente (plano simbólico). A referência é mediatizada pelo enunciador, segundo o seu nível de leitura e sua implicação subjetiva no processo de leitura reconstrutiva que emerge em paráfrase.

O fenômeno parafrástico põe em jogo uma contradição fundamental, que repousa sobre a dialética entre o *mesmo* e o *outro*. Esta dialética está na relação entre a identidade fundamental e a alteridade de forma, de modo que diversas seqüências correspondem a um mesmo conteúdo. Podemos dizer que é a concepção espontânea da paráfrase. Está, também, dialeticamente entre a *semelhança* e a *não semelhança* no plano do conteúdo, que se manifesta nas definições ingênuas da paráfrase, movendo-se insensível da reprodução à deformação do conteúdo.

Há, ainda, as paráfrases propostas pelos lingüistas, em termos de equivalência semântica, a um núcleo semântico comum. Acrescentam-se as relações conflituais no plano do discernimento de paráfrase, colocadas pelos sujeitos que discordam sobre o significado de frases de seqüências assemelhadas.

A dialética do mesmo e do outro é constitutivo da problemática da sinonímia lexical ou de frases/paráfrases, e gera a grande questão teórica da *significação*⁷² sobre a natureza dos processos de produção e reconstrução do sentido, recaindo no fenômeno parafrástico, colocando-o nas questões de identidade de sentido e de equivalência semântica. A identidade de sentido é reconhecida como constitutiva da prática e da concepção espontânea do sentido e da paráfrase pelos sujeitos, no uso da língua. A equivalência semântica é

⁷² Quer como “produção de sentido”, quer como “sentido produzido”. E acrescento, sentido articulado.

constitutiva do sentido e das relações de sentido entre expressões na língua. Não pode, a paráfrase, ser circunscrita no sistema da língua, por não constituir uma propriedade intrínseca dos pares de seqüências estáveis na língua: a paráfrase é objeto de um total consenso entre os sujeitos. Está na variabilidade infinita das previsibilidades do discurso e das determinações extralingüísticas, socorridas por um discernimento de natureza metalingüística pelos usuários que identificam os semantismos e os associam às seqüências consideradas como pertencentes à situação dada.

Das considerações de Fuchs sobre paráfrase, vimos, principalmente, as que tratam da sinonímia, não só como identidade no plano da referência, quando denota o mesmo objeto, mas também no plano do sentido, quando diz a mesma coisa ou coisa parecida. Vimos, ainda, que, na Sintaxe, a natureza exata do sentido não é questionada e a identidade é assimilada como uma informação objetiva e referencial. Na Semântica as paráfrases são vistas em suas formas lingüísticas e na análise das relações semânticas que unem as seqüências parafraseadas.

Destaco que na sinonímia temos o sentido idêntico e o sentido diferenciado, onde as reformulações parafrásticas estabelecem uma equivalência de sentido entre os sinônimos. Equivalência que é fundada na existência de um ponto semântico comum e de um significado de base sobre a qual se imprimem semantismos diferentes que modulam os significados dados pela operação parafrástica. Tal modulação leva à aproximação enunciativa, à medida que identifica os semantismos de duas seqüências comparadas, levando a um julgamento sobre as mesmas, julgamento este efetuado pelos parafraseadores em situação.

Vimos o discernimento de paráfrase indicado por Fuchs, conforme consta da teoria que organizamos no que refere primordialmente, às reduções (anulações).

Os pontos levantados de Martin e Fuchs coroam a produção espontânea da paráfrase que aponta para a produção de sentido e para a intencionalidade.

Parret (1988) considera o conceito de transposição como central e gerador da paráfrase, sendo a transposição entendida como deslocamento de um nível de sentido em direção a outro, produzindo a paráfrase. Esse conceito de paráfrase pressupõe e origina uma teoria que trata da natureza e do funcionamento do sentido. O sentido, para Parret (1988), só é apreendido no momento em que se opera transposição. Nesse ponto Parret está fundamentado na herança saussureana que considera a língua como um “sistema de diferenças” e o sistema lingüístico, como “holístico”, no qual as relações não são independentes das entidades sempre em expansão.

Quanto às transposições, o autor propõe a seguinte tipologia:

a) A transposição discursiva: paráfrase. A transposição é exercida naturalmente e infinitamente pelos discursos tanto cotidianos como artísticos e poéticos, é vista como uma operação de tradução intra- lingüística e como uma expansão que se apoia sobre a propriedade de elasticidade do discurso. Nesse tipo “a semelhança do sentido transposto e do sentido transpositor está intuitivamente posto” (p. 225).

b) A transposição hermenêutica: interpretação. *É aquela efetuada pelo ato de leitura ou comentário de um texto* (p. 225). A leitura, neste tipo de transposição, “funciona como deciframento de um texto” e introduz o movimento

infinito de interpretação hermenêutica como esforço de estruturação de uma riqueza inicial e inesgotável.

c) A transposição científica: metalinguagem. Tal transposição constitui um último julgamento, que estabelece o sentido transposto, sendo, por isso, auto-suficiente, pois, parece estar nessa transposição o sentido *transpositor como definitiva e completamente reconstruído*. (p. 226)

Parret postula, ainda, que o ato de parafrasear é o da desambiguação de conteúdos semânticos pela referência ao contexto ou à instância da enunciação. Não se pode dizer o mesmo da interpretação, que não é uma resposta à ambigüidade, mas fonte de um novo texto gerando novas interpretações. E a metalinguagem é voltada para a vocação científica.

Além da transposição discursiva, o autor distingue mais alguns critérios para a apreensão do funcionamento específico da paráfrase:

1. Diferencia paráfrase de perífrase ou *circunlóquio*. A perífrase é um procedimento que substitui uma noção por um grupo de termos. É menos natural e menos intuitiva que a paráfrase. Já a paráfrase funciona por análise, por decomposição, por articulação de uma estrutura semântica de superfície em entidades profundas.

2. A paráfrase é uma transposição heterofônica do sentido em oposição à homofônica. E explica que enquanto numa transposição homofônica há uma certa identidade entre a produção e a compreensão, como, por exemplo, as transposições científicas onde a produção e a recepção não restringem o sentido das seqüências, nas transposições heterofônicas o sentido inerente de uma seqüência discursiva obedece às restrições de produção e recepção. É o caso do

discurso parafraseante, no qual a produção e a compreensão/recepção é mediatizada por um sujeito para atingir um projetado fim.

3. A transposição parafrástica é *reconstrutiva*. Liga-se a competência produtiva do discurso, uma vez que o discurso reconstrutivo implica subjetivação ao pressupor uma estrutura existente sobre a qual o sujeito se projeta.

4. Aos critérios expostos, acrescenta-se, em correspondência aos três tipos de transposição, que a paráfrase realiza-se por uma seqüência *discursiva*, modalizada pelo *fazer-dizer* do sentido transposto, é a faculdade de *dizer* do discurso. A interpretação se realiza por uma seqüência *textual*, modalizada pelo *fazer-saber*, é o saber de um texto. A metalinguagem, enquanto linguagem, é um *fazer conhecer*, identificada com o *conhecer*, com a explicação.

Parret distingue, ainda, a paráfrase da descrição explicando que esta leva ao conhecimento da coisa pelos acidentes que lhe são próximos e da definição, por intermédio da qual se reconstrói a essência das coisas.

A paráfrase é também, aproximada da *tradução*, entendendo-se tradução como atividade cognitiva que opera a passagem de um enunciado dado para outro enunciado considerado como equivalente. A tradução é dependente das propriedades semânticas da dimensão transpositora.

A traduzibilidade das seqüências discursivas, propriedade explorada a fundo por todo o ato de paráfrase, aparece como o próprio fundamento do procedimento semântico: *entre o juízo existencial 'há sentido' e a possibilidade de dizer alguma coisa a seu respeito, intercala-se com efeito; a tradução; falar de sentido é, ao mesmo tempo, traduzir e produzir significação.* (Greimas & Courtés, 1979: 465).

As noções de tradução e de paráfrase não são redundantes e nem interdefinidoras: ambas guardam conotações específicas *mesmo que se possa utilizar a noção de tradução para dar mais substância a uma eventual*⁷³ teoria do ato de parafrasear (idem, p. 231).

Na tradução, a estrutura semântico-sintática da seqüência traduzida e da seqüência traduzível não possuem a mesma identidade formal, são mais ou menos equivalentes. A paráfrase pressupõe ambigüidade. Ambigüidade, aqui, considerada como propriedade que tem uma seqüência discursiva de apresentar simultaneamente várias leituras ou interpretações possíveis⁷⁴. O ato de parafrasear pode ser, também como vimos, um procedimento de eliminação das ambigüidades. A desambigüização, permite estabelecer uma leitura uniforme de uma seqüência discursiva resultante da resolução das ambigüidades orientada pela busca de uma leitura única. A paráfrase é uma noção mais rica do que a tradução, pois especifica a seqüência transposta como sendo ambígua e não somente não-idênticas.

Parret sugere que o ato de parafrasear é responsável pelo progresso dialógico dos discursos e que devemos estar em condições de formular a relação entre o sentido transposto e o sentido transpositor, ou, o sentido parafraseado e o parafraseante.

Para formular a relação entre os sentidos, os semanticistas usam o critério da equivalência semântica: Duas frases são consideradas equivalentes se mantêm entre si uma relação de implicação.

⁷³ Grifo meu.

⁷⁴ Polissemia.

A equivalência semântica pode ser verifuncional ou formal. A equivalência verifuncional estuda a presença da paráfrase nas línguas naturais e a equivalência formal, a estuda na lógica.

Assim, para que a equivalência semântica se valha da verifuncionalidade é preciso que os enunciados parafraseador e parafraseado tenham o mesmo valor de verdade em relação às suas verdades comuns e as inferências de ambas as seqüências sejam, em parte, idênticas. A atividade inferencial consiste em raciocinar, usar e reconhecer razões com o fim de compreender o discurso e são realizadas na e por meio da língua natural.

Parret vale-se de Grize (1985: 214) para falar das relações de equivalência da paráfrase nas linguagens formais. Constata que nas linguagens formais a relação de equivalência é reflexiva, simétrica e transitiva, em relação ao enunciado parafraseado, e cada uma das seqüências parafraseada substitui a outra em todo contexto. As equivalências nas linguagens formais são pouco atestadas no que concerne às relações expressas nas seqüências das línguas naturais.

Parret problematiza cada uma das três propriedades da equivalência, no que concerne a sua aplicabilidade em línguas naturais. A transitividade só se aplica a fragmentos extremamente restritos da linguagem natural⁷⁵.

Na simetria, Grize (apud Parret) observa que, se: “Y quer dizer X” não gera necessariamente “X quer dizer Y”. “Pediatra é médico de criança”, o contrário não é verdadeiro. Quanto à reflexibilidade não é possível enunciar “sou meu próprio irmão, já que ele e eu temos o mesmo pai”. (p. 215)

⁷⁵ Assim se “X é irmão de Y” e “Y é irmão de Z” então, “X é irmão de Z”. Esta função não é aplicável a “pai”, “vizinho”...

As relações parafrásticas intradiscursivas fogem dos critérios verifuncionais e formais e chegam aos critérios pragmáticos ou contextuais. Admitindo que os estudos sobre a linguagem abrigam diversas pragmáticas, Parret discute o domínio das mesmas – relações parafrásticas - e localiza-as a partir da classificação de cinco *tipos* verificados em contextos relevantes para uma descrição e explicação pertinentes do discurso e de outras seqüências. A cada um dos cinco contextos atribui um tipo de pragmática. Considerando existir superposições entre eles, distingue: o contexto co-textual, que aciona intérprete, receptor e leitor para descobrir a significância da emissão; o contexto existencial: *coisas* existem a despeito do contexto e são expressas por seqüências lingüísticas; o contexto situacional, as situações dependentes do contexto proporcionam fatores que determinam parcialmente seu significado; contexto acional, é virtualmente infinito, pois o discurso é considerado como ação interativa, e; o contexto psicológico, no qual a atividade mental se realiza em procedimentos de produção e compreensão de processos lingüísticos determinados gramaticalmente. A pragmática considera, nesse contexto, relevante somente a parte mental, pois é por intermédio dela que se realizam os procedimentos de produção e compreensão de processos lingüísticos.

Os tipos acima relacionados são estratégias empregadas para orientar as considerações pragmáticas em relação à pragmática do texto. Assim teremos: pragmática do texto, ou lingüística do texto na qual o co-texto serve de contexto; a pragmática lógica; a pragmática orientada sociologicamente; teoria dos atos de fala e pragmática orientada psicologicamente.

Parret acrescenta a essas relações o mecanismo de paráfrase considerando os contextos de enunciação. Demonstra as possibilidades

pragmáticas da utilização, num só contexto, da frase parafraseada e da frase parafraseante, e alerta que nem sempre as duas seqüências são aceitáveis num só e mesmo contexto. Não é considerada pertinente para o autor, a distinção entre a chamada *paráfrase semântica* e a *paráfrase pragmática* (contextual), já que uma *paráfrase semântica* também deve funcionar num contexto pragmaticamente determinado, uma vez que um par de frases consideradas como parafrásticas, nunca funcionará de maneira idêntica, pois *um contexto, na sua especificidade, gera uma única seqüência, pragmaticamente imparafraseável pela outra* (p. 238). Descarta, como se vê, a semantização total da paráfrase num só e mesmo contexto mesmo que o par parafrástico seja tomado em todas as suas marcas, nunca funcionará de maneira idêntica.

Os mecanismos de identidade de significação são construídos artificialmente pelos semanticistas. Parret explica que, nesse caso, a identidade é obtida pela imposição da equivalência semântica, pois ter a mesma denotação e estabilidade das propriedades formais – que definem a identidade – não é possível se for considerado o funcionamento contextual da paráfrase. O autor, aqui, insiste na importância da produção e da reconhecimento da identidade de dois semantismos. A necessidade de identificação pressupõe a alteridade dos dois semantismos. E a alteridade se define por oposição a identidade⁷⁶.

Com isso, para traçar os contornos da identificação parafrástica, Parret introduziu primeiramente, o conceito de parassinonímia ou quase sinônimo. Para o autor, a unidade parafraseada e a unidade parafraseante são parassinonímicas. As parassinonímias são identificadas pela possibilidade que têm de se substituírem e serem reconhecíveis apenas em certos contextos. E depois, o

⁷⁶ Conforme veremos adiante.

conceito de contexto de enunciação, que passa a ser um parâmetro pragmático importante para as posições de Parret. *Na sua posição com a sinonímia, uma relação parassinonímica entre unidades só pode ser interpretada e compreendida como equivalente num determinado contexto* (p. 239). A parassinonímia pressupõe o reconhecimento da semelhança contextual entre os semantismos da unidade parafraseada e o da unidade parafraseante. Na perspectiva pragmática, Wittgenstein (apud Parret, 1988) diz que *a compreensão deve ser considerada como um conceito de semelhança-de-família, e sustenta que na vida e na língua de todos os dias a compreensão funciona ora como interpretação, ora como explicação, ora como tradução* (p. 25) e é vista como uma faculdade, uma capacidade e uma operação no mundo. O *reconhecimento* da paráfrase não é dado no próprio semantismo; é o resultado de um ato de *proximização*.

Ao mostrar que não é pela equivalência mas pela semelhança que se estabelece a relação parafrástica, Parret pressupõe uma forma de proximização que *faz parecer* ambas as seqüências num clima de intercompreensão. Sabendo que a identidade absoluta de sentido é questionável e talvez não exista, o autor coloca a proximidade semântica como um fator que deve ser perceptível a todo usuário da língua como indicador da relação de paráfrase. E, para situar a paráfrase como um ato de proximização, argumenta que a mesma requer, em seu princípio, a propriedade de elasticidade do discurso, principalmente no que concerne à expansão (em oposição à condensação), uma vez que esta prova a progressão do discurso em direção a um fim objetivado e comumente aceito.

Parret, ao considerar, o parafraseamento sobretudo numa perspectiva enunciativa, diz que o progresso de uma enunciação é constituído por uma concatenação de paráfrases desambigüizantes por parte dos interlocutores da

troca. O poder da paráfrase, nessa operação, testemunha o domínio da linguagem e a faculdade de interagir discursivamente, colocando a paráfrase como um *fato do discurso*. O parafraseamento, visto desse modo, apela ao conjunto dos mecanismos de produção e compreensão das seqüências discursivas em direção a um objeto contextual investido de *crenças, presunções e opiniões*". E o ato de desambigüização, por sua vez, clarifica e direciona as concepções da seqüência parafraseada, por referência ao contexto de enunciação. Vale lembrar que a ambigüidade é vista como a propriedade dos enunciados apresentarem simultaneamente várias leituras ou interpretações possíveis, e o procedimento de eliminação das ambigüidades, a desambigüização, procura estabelecer uma leitura isotópica de uma seqüência discursiva, leitura esta inscrita num contexto mais amplo e explícito. Parret acata, então, a polissemia como ato de proximização, dizendo que esta é essencial para a dinâmica da ambigüidade em direção à produção da paráfrase.

Para que o ato de proximização se verifique, é preciso que haja entre os interlocutores um esforço de negociação em direção a um ajuste entre o sentido parafraseante e o sentido parafraseado. Essa negociação proximativa reelabora o sentido que o enunciador imprime ao seu discurso. Um segundo tipo de negociação será relacionada aos níveis específicos no interior do conjunto da significação que será retido na paráfrase. O sujeito parafraseador pode negociar a diferença semântica para recair em diferentes sentidos, enfatizando, conforme as intenções comunicativas, valores que serão ressaltados pelo próprio parafraseamento.

Assim, para Parret, *todo ato de parafraseamento pode provocar um outro ato de parafraseamento, e que nenhum parafraseador se comporta em juiz final*

de sentido: o parafraseamento é infinito, e parafrasear é um direito sobre o qual é construída a própria possibilidade da comunicação e do ser-com-os-outros". (p. 235)

Aprecio, de Parret, sobretudo, a paráfrase produzida no deslocamento de um nível de sentido em direção a outro, e a paráfrase como recurso desambiguizador, além das dimensões dadas à paráfrase que conferem com as de Martin (1976) e Fuchs (1994).

O problema da proximização, que coloca a paráfrase como intercompreensão e na propriedade da elasticidade do discurso em seus movimentos de expansão e condensação. É indicador de direcionamento do discurso.

Produziremos, aqui, a quisa de um apanhado geral, uma paráfrase necessária. Tomaremos como referência para a mesma, as atividades de reformulação, por ter sido essa a recorrência nos autores que escolhemos para tratarmos do assunto. A atividade de reformulação consiste em relacionar um enunciado de origem a um enunciado reformulador, no qual o segundo enunciado reformula o primeiro.

As reformulações parafrásticas distinguem-se de seus enunciados de origem por apresentarem alterações sintáticas, lexicais e contextuais em relação àqueles. São essas alterações que imprimem o caráter reformulador das seqüências parafraseantes.

Podemos dizer que a reformulação tem, na língua, um papel de tradução intralingual, ou seja, é uma operação que visa exprimir um certo conteúdo já

expresso na mesma língua, só que agora com o intuito de promover a compreensão de uma dada formulação.

O parafraseamento, visto como atividade de reformulação, é provocado, a princípio, por um problema de formulação no qual se encontra uma dificuldade de compreensão. O ato de parafrasear impele ao esclarecimento e/ou solução do problema, além de veicular ideologias.

Dizemos, pois, que as paráfrases desencadeiam reformulações que procuram, algumas vezes, solucionar problemas de compreensão, surgidos no momento da interação leitor/texto.

Para que haja a relação parafrástica entre o enunciado formulado e o enunciado reformulador, é necessário que o sujeito parafraseador estabeleça uma relação de semelhança entre o enunciado de base, que é matriz da paráfrase, e a paráfrase propriamente dita.

Considerando a paráfrase dentro das atividades de reformulação, que visa, a princípio, resolver problemas atuais e potenciais de compreensão, veremos como delineá-la.

Numa conceituação prévia da paráfrase, dizemos que dois enunciados lingüísticos estão numa relação parafrástica, se o segundo enunciado retornar em parte ou no conjunto o que está enunciado no primeiro, e com isso, expressar a mesma idéia ou idéia semelhante. O que leva o parafraseamento a ser uma atividade de constituição textual.

As paráfrases diferem da matriz (enunciado de origem) por apresentarem alterações que imprimem o caráter reformulador a seqüência parafraseada. São essas alterações que distinguem as classes e tipos de paráfrases.

No plano da Lingüística, a paráfrase é apresentada como correspondência entre um sentido e as várias formas de sua reformulação, o que nos leva a apresentar o tipo de paráfrase vista como sinônimia-identidade. Nesse tipo de paráfrase as relações decorrem de duas palavras, de dois sintagmas, ou, melhor dizendo, de duas unidades *a* e *b* que são sinônimas se a substituição de *a* por *b* dentro de um dado enunciado conduzir a uma paráfrase. A questão da identidade verdadeira de sentido e a substituíbilidade de uma palavra por outra. Nesse aspecto, a identidade de duas ou mais frases entendidas como parafrásticas pode ser discutida a partir da perspectiva de sinonímia absoluta, ou seja, a mudança da palavra acarreta mudança na sentido. O sentido é tratado, aqui, pelo valor de verdade das proposições. O *mesmo sentido*, estabelecedor das relações parafrásticas, tem como fundamento o princípio da equivalência entre dois planos de representação.

Ao introduzir o princípio da equivalência, inclino-me para a paráfrase lingüístico-semântica, entendida na instância de identidade semântica, onde o parafraseador identifica os semantismos das duas seqüências: a seqüência parafraseante e a seqüência parafraseada.

Há outra classe de paráfrases que se afasta do fenômeno da sinonímia que resvala a identidade e aborda a paráfrase levando em conta fatores extralingüísticos. Esta perspectiva considera que duas formas diferentes tem sentido lingüístico diferentes, sendo, por isso, não-sinonímicas.

Mas, esta perspectiva, na qual um enunciado pode, de fato, apresentar um sentido específico, e, ao mesmo tempo, sejam possíveis outras interpretações, podemos denominar de sinonímia-equivalência.

Parece pouco adequado falar em abordagem lingüística do fenômeno parafrástico, pois a paráfrase é mais entendida como uma relação semântica, como vimos ao tratarmos da sinonímia identidade, sinonímia equivalência.

A paráfrase vista como uma relação que se atualiza na prática lingüística concreta dos sujeitos, coloca-a na classe das paráfrases pragmáticas. Nesta classe de paráfrases, os valores não são mais inscritos no significado das palavras, mas sim em variáveis subjetivas e imprevisíveis da linguagem em ação.

A perspectiva situacional desdobra as paráfrases em tantas variedades quantas forem as situações nas quais elas se apresentam, e a equivalência entre as duas seqüências é dada pelo contexto da enunciação.

Isso leva-nos a considerar que as paráfrases são pragmáticas se, a despeito da diferença de sentido elas têm o mesmo sentido situacional (ou pragmático).

As relações pragmáticas da paráfrase obedecem à condição de equivalência referencial de comunicação, o que amplia sobremaneira o âmbito da paráfrase levando-nos a pensar que a equivalência pragmática é sempre possível, por estar inscrita no usuário da língua.

Na noção contextual, a paráfrase é constitutiva dos processos de produção de *efeito de sentido*. Com essa noção encaminhamo-nos para a paráfrase como proximização semântica, acolhida num clima de intercompreensão, no qual o enunciador almeja um determinado objetivo, o que o leva a querer que o seu enunciado seja compreendido de maneira a alcançar com exatidão sua intenção comunicativa.

Na manifestação da compreensão, podemos nos deparar com as classes de paráfrases intercambiadas, ou seja, podemos encontrar todas as classes de paráfrases apresentadas num mesmo produto de inteligência textual, de mundo ou lingüística.

A relação de equivalência que caracteriza a paráfrase pode se manifestar em gradações diferentes de afastamento em relação ao texto- matriz. Vai desde um grau fraco, cujo exemplo é a equivalência, referencial, até um grau forte, caracterizado pela equivalência denotativa, que vem a ser quase uma repetição do texto matriz.

As reformulações parafrásticas podem ser produzidas por substituição, por apagamento, por deslocamento e por acréscimo, o que as coloca na propriedade de elasticidade do discurso, na qual o parafraseamento pode ocorrer por uma simples variação lexical e distribucional, por um processo de síntese e por uma expansão discursiva. E podem também desempenhar diferentes funções. Assumem as funções: explicativa, definidora ou exemplificativa quando expansivas; na condensação se apresentam com a função de resumir e de sintetizar um tópico.

Podemos acrescentar ainda as funções de desambiguação e a de recursividade, esta se encaixando no fenômeno da expansão.

Tais funções são movidas por uma intenção do enunciador em atingir um determinado objetivo ilocucional.

Identifico, assim, o parafraseamento como uma atividade à qual o enunciador recorre para reformular aspectos do desenvolvimento de uma dada

formulação enunciativa, a fim de garantir a compreensão e de assegurar os seus objetivos comunicativos.

1.6 - Contingências interativas

O problema é que não acredito que as palavras falam por si; elas falam pelos homens que as empregam.

Orlandi, 1987:265

A interação é a ação recíproca comandada pelos actantes envolvidos no ato comunicativo⁷⁷. A interação engloba as contingências contextuais presentes no momento da comunicação e se dá como um esforço, uma tensão entre emissor e receptor que procuram um alinhamento visando o sucesso comunicativo.

No intervalo tensional entre emissor e receptor se instala o *vazio constitutivo*, que será preenchido de acordo com a contingência comunicativa. A constituição do *vazio* se fará na relação de causalidade necessária entre o ato da apreensão da palavra que passa de uma (emissor) para outra (receptor) posse. O *vazio*, desabitado, é investido de poderes para instituir os acordos que servirão ao intento comunicacional.

Vazio, dissenso é estado instável e o instante da linguagem em eu alguma coisa que deve poder ser posta em frases ainda não pode sê-lo

⁷⁷ Conforme figura 2.

Iser (1979) ressalta que é a imprevisibilidade que rege todo ato comunicativo. A imprevisibilidade cria campos denominados *vazios constitutivos* que são preenchidos pelas contingências no processo de interação entre os parceiros da comunicação. Destaca quatro contingências:

1. A pseudocontingência domina quando cada parceiro conhece tão bem o plano de conduta (*behavioral plan*) do outro que tanto as réplicas, quanto suas conseqüências podem ser perfeitamente previstas, de que resulta uma conduta de papéis (*Rollenverhalten*) semelhante a uma peça bem encenada. Esta ritualização da interação leva ao desaparecimento da contingência.
2. A contingência assimétrica domina quando o parceiro A renuncia à atualização de seu próprio “plano de conduta” e segue sem resistência o parceiro B. Adapta-se e é ocupado pela estratégia de conduta de B.
3. A contingência reativa domina quando os “planos de conduta” respectivos dos parceiros são continuamente encobertos pela reação momentânea ao que acaba de ser dito ou feito. A contingência torna-se dominante neste esquema de reação orientada pelo momento e impede as tentativas dos parceiros de expressar seus “planos de conduta”.
4. Por fim, na contingência recíproca domina o esforço de orientar a sua reação de acordo tanto com o próprio “plano de conduta”, quanto com as reações momentâneas do parceiro. Daí decorrem duas conseqüências: A interação pode levar ao triunfo da criatividade social, em que cada um é enriquecido pelo outro, ou pode conduzir ao débâcle de uma hostilidade mútua e crescente, com que ninguém se beneficia. Qualquer que seja o conteúdo do processo de interação, aí a ele é subjacente uma mistura de resistência dual e de mudança mútua que distingue a contingência recíproca doutros tipos de interação (1979: 84).

As quatro contingências comunicativas têm um ponto comum importante, o “plano da conduta”, as quais, sob a égide de Intersubjetividade e Alteridade, falaremos adiante.

2. Como a palavra reverbera na intersubjetividade: Condições de produção

Um discurso se complementa no outro, pois a linguagem não é de um, mas de vários. Ela está entre. Isto quer dizer que não existe opinião só de um; toda a subjetividade está inserida numa intersubjetividade, toda disciplina requer interdisciplinaridade.

Fazenda, 2003: 41

O termo intersubjetividade veio do filósofo Edmond Husserl (1975), quando deu forma ao problema da existência do *outro* e a consciência de *algo*, uma vez que a nossa consciência reconhece a existência de outras consciências. A consciência não se estabelece do mesmo modo que o objeto externo: é objeto para nossa consciência, como simples correlato de nossa referência. O *outro* não é somente o que eu vejo, mas também o que me vê, sendo por sua vez, fonte transcendental de um mundo a ele dado. Isso levou Husserl a criar o conceito de Intersubjetividade.

Husserl concebeu a fenomenologia como a descrição fundamental da experiência humana. Para o autor: “é a ciência das essências do fenômeno enquanto esta descreve a unidade entre o ato de conhecer e o objeto que é conhecido”.⁷⁸

A palavra intersubjetividade portanto, nasceu da fenomenologia e configura-se numa terminologia de domínio público, podendo ser dita de forma geral por qualquer pessoa.

Na noção de Intersubjetividade são reconhecidas duas subjetividades: do *emissor* e do *receptor* contidos no sistema que essas mesmas subjetividades criaram e do qual emergem em qualquer situação de comunicação. Não é uma teoria de conteúdo mas de processo consciente e contextual. Nos diz Merleau-Ponty:

Cremos saber muito bem que o que é ‘ver’, ‘ouvir’. ‘sentir’, porque desde há muito tempo a percepção já nos deu objetos coloridos ou sonoros. Quando queremos analisá-la transportamos esses objetos à consciência. Cometemos o que os psicólogos chamam a ‘experience error’, ou seja, supomos, de um só golpe, em nossa consciência das coisas, o que

⁷⁸ Extraído do texto de aula de Epistemologia da Educação, PUC-SP de 07/05/02.

sabemos estar nas coisas. Fazemos percepção com o percebido. E como o próprio percebido só é evidentemente acessível através da percepção, acabamos por não compreender, finalmente, nem um nem outro. Estamos presos ao mundo e não conseguimos nos destacar dele para passar à consciência do mundo. Se o fizéssemos, veríamos que a qualidade não é nunca experimentada imediatamente e que toda consciência é consciência de alguma coisa. (2006:25)

Temos aí um amplo espectro de princípios para a investigação dos contextos intersubjetivos dentro dos quais emergem os fenômenos da intersubjetividade, desenhados da experiência pessoal fluída e com dimensões múltiplas que oscilam entre o que se vê, ouve e sente, num contexto intersubjetivo sempre operante.

A estrutura teórica fundamental do *emissor* não deve ser elevada ao status de fato objetivo, ou seja, que quaisquer preferências do emissor são partes de sua subjetividade pessoal enraizada em suas experiências formativas, portanto, os princípios da organização pessoal do *mesmo*, nunca podem ser eliminados do sistema comunicativo.

Intersubjetivo e Intersubjetividade têm significados diferentes. Para intersubjetivo diz-se do campo formado por sistemas organizados diferentemente e interagindo reciprocamente: os mundos subjetivos. Enquanto para intersubjetividade como sendo o conjunto dos princípios que compõe esses sistemas.

Os principais componentes da subjetividade são os princípios organizadores da experiência dos actantes. Tais princípios podem ser: automático e rígido, ou reflexivo e flexível (adaptável). Frequentemente inconscientes são as

finalizações emocionais desenhadas ao longo da vida de experiências com o meio ambiente material e emocional.

Numa situação de comunicação, a posição fundamental dos comunicadores é a disposição de aproximação empático-introspectiva de ambos os lados envolvidos no processo. Esta disposição visa iluminar os princípios organizadores da experiência do *receptor* pela empatia e os princípios organizadores da experiência do *emissor*, pela introspecção, e o campo de experiência oscilante criado pela permuta entre os dois, pela intersubjetividade. Uma disposição comunicativa que requer reflexão contínua sobre o inevitável envolvimento da própria subjetividade do emissor e suas conjecturas no processo prospectivo da comunicação. Questões como o mito da neutralidade do emissor e a transferência como atividade organizadora, se desdobram no processo intersubjetivo.

No contexto intersubjetivo a compreensão do mito da neutralidade desenha a experiência de uma angústia intolerável, onde o autoconhecimento está completamente envolvido na formação e sustentação do próprio contexto intersubjetivo. Em face disso, as pessoas apegam-se ainda mais às justificativas da neutralidade. Uma atitude inalienável do ser humano é o seu engajamento irreduzível com outros seres humanos, sendo guiado pela experiência de angústia de estar irrevogavelmente dependente dos eventos do meio interpessoal.

As reificações do ser reasseguram a ilusão de auto-suficiência e da autonomia pessoal, servindo para desacreditar que exista vulnerabilidade de estrutura mental em decorrência dos eventos entre pessoas, e nega que cada indivíduo tenha apenas um limitado controle sobre estes mesmos eventos.

O homem se inquieta diante de suas próprias características da subjetividade, tendo reificações de várias dimensões. Reificações que conferem experiências de propriedades atribuídas normalmente a coisas no plano da realidade material. As coisas em si possuem espacialização, extensão, substancialidade, e, por analogia a subjetividade passa a tomar lugar de uma coisa entre coisas. Ao acreditar que a subjetividade é como um objeto tangível no mundo físico, invariavelmente essa subjetividade fica associada com a imagem da mente em uma realidade externa, ou de um mundo que é examinado como algo exterior. A reificação, neste caso, mostra o envolvimento de uma pessoa em sua experiência de mundo como real e existindo separadamente do *eu*. A reificação da experiência do mundo existente fora do *eu* é devido à profunda insegurança nas condições da vida. A imagem da vida subjetiva buscando o mundo externo é uma imagem de conquista. A tentativa de encontrar soluções para os impasses anímicos e cognitivos é a forma encontrada para apaziguar as angústias provenientes da percepção da imaterialidade da experiência e, assim, justificar e explicar as reificações da subjetividade.

Preocupado em formular teoricamente uma experiência sensível do mundo, com uma experiência sensível do *outro*, dizendo que o *outro* é sempre anterior à possibilidade de apreensão consciente que *eu* posso vir a ter de um *outro*, Merleau-Ponty escreve:

Fala-se sempre do problema do *outro*, de *intersubjetividade* etc. Na realidade, o que se deve compreender é, além das *pessoas*, os existenciais segundo os quais nós as compreendemos e que são o sentido sedimentado de todas as nossas experiências voluntárias e involuntárias. Este inconsciente a ser procurado, não no fundo de nós

mesmos, atrás das costas de nossa *consciência*, mas diante de nós como articulações de nosso campo. (1964:233)⁷⁹

Neutralidade interfere na meta de trazer os desejos para o trabalho de conscientização, através de suas origens genéticas, e chegar até a renúncia e sublimação. Porém, como se poderá afirmar que uma atitude seja neutra? Certamente não do ponto de vista de quem pratica essa atitude, porque para ele a neutralidade é a expressão do profundo sistema de crença, pode ser dito sistema moral, no qual ele está inserido ao aderir ao intento comunicativo. Um sistema que inclui suposições básicas acerca da natureza humana.

Destaca-se uma estreita aliança no papel da contingência comunicativa, também considerada por muitos um constituinte essencial da neutralidade. O emissor deve ser opaco aos seus receptores e não lhes mostrar nada, exceto o que lhe é visível. Nessas palavras há a suposição que o comunicador possa permanecer anônimo ao negar essencialmente a natureza interativa do processo comunicativo.

Tudo que o emissor diz, incluindo as interpretações, são produtos de sua organização psicológica e revela seu repertório, sua personalidade para o receptor, o que vem a ser decisivo na co-determinação do desenvolvimento da comunicação.

Outro modo de cercar a neutralidade diz respeito ao ego e aos mecanismos de defesa e acontece quando o emissor se dispõe a levar a efeito a obra de esclarecimento, propondo que se tenha uma atitude de clara objetividade e sem preconceitos. Entretanto, deixa de lado as consideráveis dificuldades envolvidas em medir a distância entre o *emissor* e as hipotéticas instâncias

⁷⁹ Apud Victor, Publicado posteriormente em o Visível e o Invisível, 1964.

mentais. A intersubjetividade no que concerne a neutralidade está sobrecarregada de crença e conseqüentemente, nem é imparcial nem neutra, é experiência é sensível.

Na concepção da Intersubjetividade, a significação é redefinida como atividade organizadora inconsciente. É uma concepção basicamente intersubjetiva porque reconhece que o *emissor*, para organizar sua experiência, precisa estar de acordo com algum princípio vindo do *receptor* e que se permita a uma interpretação. Essa concepção também é empregada para a significação recíproca do receptor ao emissor renomeada como transferência, cujo sentido torna-o mais expressivo da participação do emissor no campo intersubjetivo. O termo transferência convida à atividade organizadora entre emissor e receptor de duas faces de uma mesma dinâmica. Essas faces precisam estar marcadas com interações cooperativas para que possam ser articuladas de acordo com o campo contextual.

O sistema criado pela interação entre a transferência de um e de outro, ou seja, entre a atividade organizadora inconsciente dos pares envolvidos no ato comunicativo, fica como exemplo preciso do que é denominado de campo ou sistema intersubjetivo designado tradicionalmente como transferência ou matriz intersubjetiva.

Na transferência, como instância de atividade organizadora, o emissor assimila a relação estabelecida para dentro da temática das estruturas de seu mundo pessoal subjetivo, isso acaba por incitá-lo a fazer conhecer o microcosmo de sua vida e, dessa forma, a transferência nem é uma regressão, nem

deslocamento é, antes de tudo, uma expressão da contínua influência de princípios que produzem e organizam a experiência para criar significados novos.

A transferência compreendida como um microcosmo da vida do emissor, provê um ponto focal em torno do qual os padrões dominantes de existência, como um todo, poderá ser clarificado, compreendido e transformado.

A intersubjetividade concebe uma dimensão madura da transferência, a partir da formulação de transferência na qual o *emissor* vindo a confiar no *receptor* para manutenção do sentido de *eu*, estabelece vínculos durante os processos interativos. A abordagem feita pela intersubjetividade enfatiza a transferência do objeto como uma dimensão de toda transferência que pode flutuar conforme ocupe posição de figura ou fundo na experiência que o *emissor* tem da relação comunicativa. O receptor deverá avaliar as sutis mudanças nas relações figura/fundo entre a dimensão de objeto e outras dimensões da transferência que ocorrem durante a comunicação. A avaliação de quais dimensões e funções constitui fundo em qualquer conjuntura é que determinará diretamente o conteúdo e o momento das interpretações transferências.

A Intersubjetividade põe o foco as contribuições do receptor para a efetiva transferência. Deve ser lembrado que a transferência tem sido entendida como emanando inteiramente do *emissor*. A convicção do emissor faz uma falsa conexão ou distorce a relação, leva o *receptor* a tomar cuidado para que a transferência não se torne contaminada. Em qualquer ação isso pode afetar a transferência em uma variedade de níveis da organização comunicativa, conforme os significados para o *emissor*. É importante ressaltar que a transferência e a sua recepção, formam um sistema intersubjetivo de influência mútua. A dimensão

maturadora da transferência é que proporciona as interpretações de forma mutatória. Isso se dá quando o receptor mostra que reconhece as intenções do emissor, tornando-se alguém que contém um novo objeto, podendo o emissor, mais livremente, emergir os seus conflitos de vida subjetiva. A relação comunicativa é uma relação peculiar, mantendo-se por uma contingência assimétrica⁸⁰ interativa dos parceiros.

⁸⁰ Conforme Iser, 1979:84.

3. Comunicação e alteridade

Sou como a palavra:

Minha grandeza é onde nunca toquei.

Mia Couto, 2003:254.

Interregno entre o dizer e o dito

A correlação sujeito-objeto, no caso ser e seu “texto”, pode dar-se na interioridade e na exterioridade na linguagem, emergindo da concreta relação do *eu* com o mundo exterior concreto, real, vivido. Os fenômenos como os valores, os sentimentos, a linguagem o entendimento entre outros, fazem com que o leitor projete os conhecimentos adquiridos desses valores na reformulação, compreensão e manifestação do “texto” latente. Não na aparência da coisa, mas a identidade com o seu recôndito *ser*. Há um vazio chamado constitutivo entre o dizer – (interior) –, e o *dito* – (exterior) que precisa ser trabalhado. O *dito* é composto por temas, idéias, observações, vivências e transformado, contextualmente, pelo discurso no ato da comunicação, o *dizer* não está inscrito totalmente no *dito*. O *dizer* é o lugar utópico da aproximação junto ao *outro*, onde o sagrado é buscado e desejado, mas, como só pode acontecer, nunca apreendido ou capturado em sua abrangência. É a contenda entre o que quero *dizer* e tenho competência para tanto, e o que pode efetivamente contextualmente ser *dito*.

Um rápido foco em Dostoievski para direcionar a questão: Raskolnikov, em passagens de Crime e Castigo⁸¹, vê no semblante, na expressão, no olhar do outro, motivo para revigorar a amargura do fato que habita o seu *dizer* recorrentemente e cuidadosamente negaceado no *dito*: desconfia ser visto no que procura esconder. O seu receptor não vê como ele – emissor – imagina ser visto, mas mesmo assim, vigia-se para projetar-se nos gestos e na fala e não sucumbir ao seu *dizer*. Atormenta-se e desgasta-se com essa vigia. Assim, ao mesmo tempo em que Raskolnikov *dizia-se*, o seu *dizer* indicava a dúvida. Raskolnikov

⁸¹ Raskolnikov, protagonista de “Crime e Castigo”, Dostoievski.

dissimulava a pseudo inscrição do seu efetivo ato e se atormentava pela incerteza de não deixar transparecer por um gesto qualquer o fato que habitava seu *dizer*. O seu *dito* era o silêncio do seu *dizer*.

Alteridade⁸² é a natureza ou condição do que é *outro*, do que é distinto. Em filosofia quer dizer situação, estado ou qualidade que se constitui através de relações de contraste, distinção, diferença. É *alteridade* o reconhecimento, a compreensão, a admissão para o acolhimento do *outro* o que nos levaria a uma melhor convivência humana. Alteridade é ver nos *outros* a *si* mesmo – ver-nos nos outros, altruisticamente. É o elemento constitutivo das subjetividades singulares.

Ao receber o *outro*, na sua subjetividade, instala-se o mistério, pois o receptor nunca o desvela inteiramente. É um enigma pois o *outro* nunca é plenamente visto ou possuído. Quando o *eu* aceita o *dito*, o outro coloca em questão o *dizer*. A imagem que o outro me passa, nunca consigo compreender por completo. Lévinas (2005), diviniza o outro, pensa Deus como expressão máxima da alteridade, pois os homens nunca terão dela pleno conhecimento.

Um parêntese para a questão da escrita. A escrita do *outro* é a sua forma de apresentar-se, e não a de ser representado diante do *eu* que o olha e o toca, e não o apreende.

A alteridade que vem de fora, de além do ser, de além do mundo e de outro tempo, não significa se opor a mim. O *outro* não se opõe a *mim*, é *outro* desigual.

É necessário captar a existência do *outro* pelo exercício da linguagem e até num processo de transfiguração. “Quero ser todos para ser cada vez mais eu

⁸² Abbagnano, 2003, p.34.

próprio”⁸³. Outrando-se, busca expressar, não só a subjetividade, mas a condição humana num movimento especular: o *eu* e o *outro* se confundem, projetam-se, num movimento refletor e questionador ao mesmo tempo, mediado pelo exercício da linguagem revestida em palavras: desembrenha-se para captar a existência do *outro* pelo exercício da linguagem, tendo a Palavra como material básico. Para mergulhar na alteridade é preciso desnudar-se de si próprio. Somente a Palavra é capaz de expressar a verdade escondida no silêncio. Somente a Palavra busca alcançar e superar a defasagem entre o *dizer* e o *dito*, entre a linguagem e a ação, entre o eu e o outro. O esforço para encurtar a distância entre a Palavra e as coisas, entre o eu e o *outro*, é um esforço de linguagem.

Na perspectiva filosófica da hermenêutica de Gadamer (2005) *o ser que pode ser compreendido é linguagem*. a compreensão do ser remete sempre às origens que os sentidos buscam para gestar enunciados lingüísticos. É um procedimento ontológico e leva às condições prévias da compreensão fazendo o caminho pelo pensamento. Mas tem também um caminho de volta, do conceito à Palavra matricial.

Gadamer diz que a linguagem nunca se encontra no objeto, mas tem de construí-lo ela mesma. A Palavra que desvela e revela, também encobre muitos pré-conceitos, tornando-se um instrumento da não objetividade, pois ela é um contínuo processo de elaboração, e, por isso, é um objeto indefinível. Nesse sentido, elaborar conceitos é um modo de domar a linguagem. A linguagem é a primeira interpretação do mundo, por isso nos reconhecemos nela.

Como experiência primeira, a linguagem direciona os dados dos nossos sentidos, já articulados, pelo mundo, pela língua, pelo texto, pelo conhecimento

⁸³ Fernando Pessoa

de sentido prévio, a partir da palavra unitária à pluralidade das Palavras (ou das linguagens) que dizem uma infinitude implícita do que pode ser explicitado numa infinita busca de sentido que cada situação provoca. A relação entre Palavra e conceito é sempre tensa, uma vez que o conceito, cuja função é esclarecer, criticar e dominar um objeto, sempre se depara com uma radical experiência da finitude, embora ordene, pelos meandros do pensamento, o que parece confuso de ser reconhecido e identificado, leva à compreensão dialógica entre os pares da situação comunicativa. Para que efetivamente a comunicação se concretize é preciso encontrar o princípio ordenador que transmita o reconhecimento e a identificação do dado comunicado. Podemos dizer que o conceito aqui é a linguagem codificada e contextualizada intencional e intensionalmente.

E, ao fazermos o caminho inverso, o caminho do conceito à Palavra, encontraremos a alteridade. Aqui podemos apontar o diálogo como o lugar da efetividade no qual a Palavra, ao se guindar da alteridade, se dá para o desfrute da comunicação, mediada pela intersubjetividade.

O outro – e isso não é novidade – é insuportável. Não sossegamos enquanto não pasteurizamos a alteridade, achatando as diferenças num imenso espelho que sempre reflete o eu. Que, por sua vez, não é muito mais suportável que o outro, já que, assim que refletido, nada mais é do que um outro de mim⁸⁴.

E ainda, dizemos que haverá sempre a Palavra que falta, a lacuna a preencher com acontecimentos e revelações a partir de uma palavra nunca ouvida, nunca dita entre o *dito* e o *dizer*. Mostrando-nos *que o mundo não é o que existe, mas o que acontece*. (Mia Couto, 2005:13)

⁸⁴ Rothenberg, Jerome. Entrevista à Folha de S. Paulo, p. E6, 08/07/06.

4. Origem das palavras

*Os fatos só são verdadeiros
depois de serem inventados.*

Mia Couto, 2005: 107

O vazio é a condição do acontecimento da palavra

No princípio era uma “turbilhante negatividade”⁸⁵, o vazio da significação, o não-lugar, o não valor. No princípio não existe o silêncio e também não existe a palavra. Entra-se no mundo da significância através da manifestação desse turbilhamento e o vazio vai sendo iluminado pela palavra, num espaço em que o *eu* possa acontecer libertando-o (eu) do fascínio da cena primitiva. É criada a liberdade de tirar da obscuridade e da inexistência as Palavras que desvelam a coisa presente, na sua presença. A palavra passa a representar as coisas e a ordenar o caos, num astucioso princípio de mimesis.

Esta é a hipótese de um caos primeiro que deu origem à Palavra. A arrumação do caos é um mínimo de base a que pode agarrar-se para falarmos de origem. E a representação simbólica pela palavra é o sonho de uma língua em que a Palavra se assemelha à coisa e até que seja parte constitutiva dela – a coisa.

O lingüista Guy Deutcher⁸⁶ diz que só é possível reconstruir o desenvolvimento da linguagem a partir de um estágio em que já havia muitas Palavras. Segundo ele, qualquer palpite sobre um murmúrio se tornarem sons articulados e dotados de significado é uma mera especulação.

A partir de um modelo, Deutcher agrupa “palavras para as coisas (partes do corpo, animais, objetos); palavras para ações (atirar, correr, comer) e palavras indicadoras (isto, lá, cá). Tais grupos evoluem para uma linguagem mais

⁸⁵ TOHU WABOHUYTEHOM = tumulto vazio, abismo e trevas (Gênesis 1:2).

⁸⁶ “Greatest Invention”, Metropolitan Books, 2005.

sofisticada pela metáfora⁸⁷, levando as coisas do mundo físico a adquirirem sentido firmado, ou seja, estabelecido o que nos leva a pensar que toda Palavra é metáfora. À medida que as palavras se distanciam do significado-objeto concreto, formam partículas auxiliares que preenchem as estruturas comunicativas⁸⁸.

Faça-se a luz, e seguindo estas Palavras divinas, *Fez-se a luz* (Gênesis 1, 3-4). A bíblia nos mostra que a criação do mundo foi um ato de Palavra. *E Deus chamou a luz dia e as trevas noite*. Chamou o firmamento *céu*. Na seqüência, o Senhor fala ao homem dispondo-lhe o paraíso e proibiu-lhe de comer o fruto da árvore do bem e do mal. Em que língua terá Deus falado, não sabemos, mas a bíblia nos mostra que Ele se expressa por meio de fenômenos da natureza – trovoadas, relâmpagos, e que *formou da Terra toda espécie de animais campestres e de aves do céu e os conduziu ao homem, para ver como ele os chamaria, e para que tal fosse o nome de todo animal vivo, qual o homem o chamasse* (Eco, 2002:26). Mas Eco faz também uma pergunta: Em que base teria o homem nomeado os seres? O homem ao ver a mulher, chama-a de Eva, que significa vida. O que terá motivado o nome Eva e vida?

Não sabemos muito sobre a origem das palavras. Entendemos que nenhuma palavra pode ser compreendida ou até mesmo representada de forma adequada independente de sua base experiencial, levando-nos a ver que a palavra é o processo ou a própria faculdade da linguagem, e que as palavras nasceram de uma disposição natural para se constituírem em língua.

⁸⁷ Atribuir a uma palavra um significado que não lhe pertence originalmente, sempre do concreto para o abstrato. Ex: fonte = nascente de água; fonte imagem mental para fonte de informação, sentido figurado. Uma palavra de ação se transforma em um substantivo abstrato, por exemplo: correr dá origem à corrida. A palavra pedra pode também simbolizar duro que pode passar a significar difícil. Palavras indicadoras distinguem o próximo do distante, o meu do seu, por exemplo.

⁸⁸ Ex: Palavras referentes à língua, à garganta ou abóbada ganham significado de fala.

5. Momentos pontuados reverberando da palavra

*Sabia de qualquer modo eu precisava
conhecer muito melhor um dos
interlocutores, a teoria, para que
aprendesse a ouvir melhor o outro.*

Lima, 1995:28

Desde o curso primário e já no curso científico alguns deslizes químicos e trigonométricos afastaram-se das ditas ciências exatas, e as aulas de gramática histórica e as de história do Brasil aproximaram-me das Humanas. Essa aproximação levou-me a decisão de cursar Letras.

O despertar do meu interesse por Letras se contrapunha a minha escolaridade de até então. Era uma guinada e eu precisava preparar-me para o novo caminho escolhido. Cursar Letras, sim,. Ser professora? Não me parecia, naquele momento, muito promissor. Protelei a idéia por uns tempos e fui prestar vestibular para a propaganda. Aprovada, comecei a trabalhar em Agência de Publicidade, adequava a mensagem publicitária às diferentes mídias bem como ao público que o veículo procurava atingir.

O tempo foi passando. Conclui o curso de Propaganda, fiz especialização em Planejamento Geral. Estava caminhando bem na profissão de publicitária e pude, enfim, fazer o curso que almejava: Letras. O que eu aprendia em Letras servia ao meu trabalho em Propaganda. Nas análises de conteúdo de campanhas, nas redação de anúncios usava os conhecimentos adquiridos em Letras. Cada vez mais fui me aproximando das Palavras.

Um anúncio solicitando professores de Mídia, mudou minha vida profissional, e comecei a lecionar. Gostei muito dessa nova experiência. E fui, por isso, gradativamente deixando a propaganda e me enfronhando nas letras acadêmicas.

Lecionar na Universidade, num centro de pesquisa onde poderia trocar idéias e trabalhar em contato direto com o aluno na produção de textos e leitura, trouxe-me boas perspectivas. Vivenciei a experiência de desenvolver um trabalho

em comum com professores de Português, de Lingüística e de Arte; e também, com professores de outras áreas, como Filosofia, Antropologia, Metodologia e Psicologia, todos voltados para objetivos ditos interdisciplinares, em curso superior, numa universidade em São Paulo.

Uma reestruturação e a equipe, a qual eu pertencia deixa de existir e os professores passaram a atuar em outros cursos da própria universidade. Fui ministrar aulas no Direito, na recém criada disciplina "Redação e Linguagem Jurídica". A especificidade de área levou-me, e a meus colegas, a priorizar discussões em torno dos procedimentos formais de argumentação jurídica. Depois fui lecionar em cursos, que atendiam especificamente a cada área de conhecimento na tentativa de introduzir os alunos na competência do uso da nossa língua dentro da faculdade e na vida profissional.

A necessidade de aperfeiçoamento acadêmico e profissional levou-me a participar de congressos, seminários, simpósios e cursos. Dentre os cursos, destaco o de Metodologia do Ensino Superior, no Programa de Pós-graduação em Educação da USP. Nesse curso, partimos do pressuposto de que não existe metodologia neutra. Com isso, pudemos refletir sobre as mudanças tipológicas que estão ocorrendo no ensino superior e sobre as necessidades acarretadas das novas propostas curriculares que nortearão esse ensino.

Na USP, cursei as disciplinas do Programa de Semiótica e Lingüística Geral, que culminaram na minha dissertação de Mestrado.

Meus trabalhos para concluir os créditos das disciplinas, em sua maioria estavam ligados à Palavra.

Uma das monografias apresentadas foi: *O Percurso Gerativo: aspectos gerais e funcionalidade*, que enfocou o percurso gerativo de sentido representado no plano do conteúdo. Os percursos são passíveis de serem descritos sintática e semanticamente por gramáticas autônomas e se articulam ordenadamente. Estabelecem-se em três patamares: o fundamental, o narrativo e o discursivo.

Na prática de análise do discurso é possível privilegiar um determinado patamar conforme o texto o insinue, mas o trabalho apresentado procurou demonstrar a funcionalidade da teoria como um todo, aplicada a um texto escrito: um poema. O poema foi analisado com vistas ao desvendamento de seu mecanismo interno. No trajeto da análise procurei identificar como o texto se organiza e como a organização produz sentido.

A par da formação básica indispensável que me proporcionou no seu todo, o curso serviu, especificamente, como meio de ampliar a bibliografia e os modos de análise que foram canalizados para construção das bases teóricas e de aplicabilidade da minha pesquisa, que ora apresento.

Outra monografia apresentada tratava dos *Modelos dinâmicos e tensão dialética dos sistemas verbais e não verbais*. O desenvolvimento do trabalho privilegiou o trajeto epistemológico do signo e da significação, mostrando vários sistemas semióticos operando numa macrosemiótica e na descrição de processos sociossemióticos, para a qual selecionei o texto jurídico publicado em um jornal de São Paulo. Nesse trabalho procurei, através do percurso do destinador-manipulador e do fazer modalizado, compreender os mecanismos emissivos que conduzem os leitores a um fazer interpretativo eufórico⁸⁹.

⁸⁹ Euforia se opõe a disforia. Tem como termo neutro a aforia.

A escolha dos temas dos trabalhos foi assinalada por uma relativa clareza em direção às principais metas do meu projeto de pesquisa. O desenvolvimento do referido curso, no sentido de destacar o trajeto epistemológico do signo e da significação, forneceu subsídios que serviram à algumas etapas da dissertação, principalmente no que referiu à intertextualidade, a qual a paráfrase se inscreve.

O curso apresentou, através de seu programa e bibliografia, aspectos cujo conhecimento foram fundamentais para estabelecer alguns parâmetros e complementar a teoria e métodos de abordagem do texto. Permitiu ainda sublinhar os tópicos sobre a argumentação e tipologia dos discursos e sobre as técnicas discursivas de adesão, como necessários ao meu projeto.

Outro curso que pontuo é *A prática da linguagem sêmio-discursiva*, que teve como objetivo oferecer métodos e técnicas de análise sêmio-lingüística e de análise computacional do discurso.

O trabalho de conclusão foi resultado do conteúdo do curso, e apresentou uma síntese dos aspectos concernentes à metáfora e à analogia aplicadas ao soneto.

Sem esquecer a formação básica necessária, itens como: o estudo das sintaxes da comunicação, das sintaxes narrativa e discursiva e o estudo das tipologias de vários discursos são pontos que se inserem no âmbito do meu projeto de pesquisa.

O curso *Métodos e técnicas de análise e interpretação da obra literária* esteve voltado para a sistemática e o aprofundamento do conhecimento possível pela leitura crítica, com vistas a formular as questões problemáticas do comentário, da interpretação e da análise da obra literária.

A avaliação foi feita através de um trabalho crítico a partir da escolha do assunto. Para tanto, escolhi o conto *O Desenredo*, de Guimarães Rosa, e elaborei um trabalho, cujo teor foi apresentado sob a forma de um exercício de leitura crítica, no qual contrapus o percurso de Jó Joaquim ao de Jó (Bíblico). O realce recaiu sobre os descaminhos trilhados por ambos no afã de cumprir a destinação.

Um curso voltado para as questões problemáticas do comentário da interpretação e da análise apresenta-se como fundamental ao estudo da intelecção de textos e, também, para se compreender e fundamentar os mecanismos da reformulações e da escolha da Palavra que mais se aproxima do que queremos dizer.

O curso *Propaganda e significação*, focalizou a questão da formação ideológica, mostrando que a mesma vem de uma visão de mundo com suas representações, valores e normas atuando na mobilização social e relativizando a verdade. Ao mostrar vários saberes ligados a diferentes segmentos sociais, a ideologia reconhece as contradições em cada forma de ver o mundo e aponta para a ideologia dominante, que por sua vez, imprime na língua as marcas ideológicas do seu discurso.

Como conclusão apresentei a monografia: *Modalidade e ideologia: implicações no discurso*. A pretensão foi a de relatar alguns aspectos dos comportamentos que subjazem ao discurso no que tange a modalização e sua inscrição na ideologia discursiva.

O trabalho final apresentou, na primeira parte, um apanhado teórico no qual foram expostas as modalidades dentro da linha semiótica francesa,

afunilando para as que serviram à análise do texto escolhido. Na segunda, a análise na qual procurei desvendar as estratégias discursivas.

Nesse fazer, verifiquei o processo do destinador - manipulador e o fazer modalizado e ideologizado. O percurso foi traçado no sentido de descobrir dados para a compreensão dos mecanismos empregados na mobilização dos leitores no sentido das intenções emissoras, ou seja, no sentido de verificar como o emissor trabalha o fazer textual para levar os receptores a um fazer interpretativo conveniente aos interesses discursivos. Com uma inevitável subjetividade na triagem dos conteúdos desenvolvidos e na apreciação dos tópicos, extraí elementos úteis ao meu trabalho.

Concluído os cursos, apresentei o seguinte projeto de dissertação: *A Paráfrase na Intelecção de Textos*. Projeto nascido do caminho que foi abrindo do meu interesse em consolidar os resultados de minhas reflexões sobre os patamares que se desdobram ao nos debruçarmos nos estudos das formulações e reformulações para atingirmos o pleiteado sucesso comunicativo. A perspectiva de aliar a prática pedagógica à postura teórica alinhavou meu estudo.

Outro motivo que reforçou a escolha do tema do projeto, foi o fato de a paráfrase ser o modo com o qual o leitor revela o produto de sua interação com o texto e o fato de, apesar de sua importância, a paráfrase não ser ainda muito considerada, pois observamos que, para alguns professores, ela apenas sugere uma mera reprodução do pensamento do emissor. Contudo, sabemos que o ensino da paráfrase não está totalmente relegado do ensino. Na verdade ela é muito empregada, mas pouco estudada ou valorizada. A reformulação, a

explicação, a interpretação, a análise e a síntese, para citar alguns exemplos, pressupõem operações parafrásticas.

Os seguintes objetivos foram traçados para o estudo da paráfrase: Abarcar seus enfoques teóricos, estudando suas dimensões e contornos. Investigar e descrever os procedimentos de manifestação da intelecção de textos, com vistas ao reconhecimento da paráfrase. Verificar até que ponto cada uma das maneiras de manifestação de expressão do conteúdo de um dado texto, mantém relação parafrástica com a matriz. Contribuir para uma tipologia da paráfrase. Tais objetivos legitimam-se por estarem inscritos nas preocupações sobre a produção de leitura e do comportamento lingüístico, discursivo e cognitivo do leitor, uma vez que falar em leitura implica pensar num sujeito que, a partir da decifração dos sinais gráficos torna-se capaz de mergulhar na significação expressa e na significação de seu próprio mundo e emergir para a comunicabilidade interativa da compreensão, materializada lingüisticamente sob a forma de paráfrase, formulando e reformulando a compreensão..

Assim, com vistas a investigar e descrever as ocorrências de paráfrase enquanto procedimento de constituição e interação textuais, foram analisadas paráfrases e relações parafrásticas. Para tanto abordei o aspecto formal das relações, para, em seguida, focalizar o aspecto operacional. Depois foi objeto de estudos as implicações lingüísticas nas relações parafrásticas, com destaque para a questão da equivalência nas relações entre matriz e paráfrase, lembrando que um falante que conhece o sentido das palavras, manifesta seu saber pela capacidade de exprimir um mesmo conteúdo de diferentes maneiras, e um receptor por sua capacidade de reconhecer a equivalência semântica entre o sentido das diversas expressões formuladas a partir do mesmo texto-matriz.

6. A palavra Interdisciplinaridade, como reverbera?

A Interdisciplinaridade permanece fiel ao gosto pelo estudo da palavra.

Fazenda, 2003: 6

A interdisciplinaridade, concebida e trabalhada por Ivani Fazenda em um de seus aspectos interroga o ser humano e os seus *fazer*es, numa perspectiva de complementaridade. O *fazer* humano é revelador do *ser*, individual construído nas relações com o mundo, seja no que refere as suas generalidades e particularidades, seja naquelas nascidas nos relacionamento pessoal e interpessoal.

Para Ivani Fazenda o educando é, antes de tudo, um ser que vive e se relaciona com os outros seres não apenas em função dos poderes conferidos pelos conhecimentos adquiridos mas, também, em decorrência das emoções, dos sentimentos e dos desejos construídos em virtude das realidades vividas e posicionamentos tomados.

Educar é levar o indivíduo a inteirar-se da plenitude da sua vida para que, ao sentir-se integrado ao meio em que vive, reivindique para si o direito de intervir, com responsabilidade, na edificação do mundo que o cerca. Fazenda nos alerta para isso quando diz que o educando *é o autor e o ator do próprio conhecimento*. (Fazenda, 2000).

O processo educativo constrói-se ao longo da vida, com as experiências cotidianas compostas com as informações apercebidas do intelecto. Apóia-se na revisão das experiências vividas e na incessante busca de conhecimentos que possam, ao mesmo tempo, sustentar os sentidos que se realizam nos fazeres intelectuais e naqueles cujas realizações revelam a própria condição humana. Consolidando esse pensamento Fazenda relata: *Explicitar o movimento das ações educacionalmente exercidas é, sobretudo, intuir-lhes o sentido da vida que as contempla, o símbolo que as nutre e conduz* (2001: 15).

Este olhar particular para educação nos leva a pensar que Ivani Fazenda traz, para o mundo educacional, a necessidade de valorização das práticas que incentivam o educando na busca de si mesmo. O *saber*, em Ivani Fazenda é, ao mesmo tempo, *saber ser e saber fazer*.

Assim, nessa visão educacional cabe, ao ser humano, práticas que propiciem uma interação entre esses dois aspectos do conhecimento: o *saber intelectual* e o *saber sensível*. Práticas que revelam o *saber* sob a mesma égide do *ser* e do *fazer*. O *ser* se revelado pela sensibilidade e o *fazer* pelo sentido. Em Ivani Fazenda, a sensibilidade e o sentido se compõe para dar formato à educação Interdisciplinar. Diz Fazenda:

Começa a aparecer uma epistemologia da “alteridade”, em que a razão e sentimento se harmonizam, em que objetividade e subjetividade se complementam, em que corpo e intelecto convivam, em que *ser* e *estar* co-habitam, em que *tempo* e *espaço* se intersubjetivem. (2001: 17)

A proposição apresentada da Interdisciplinaridade por Fazenda ressalta as características e realiza a sua própria sensibilidade para com o processo educacional.

Para compreender os fundamentos dessa Interdisciplinaridade, é necessário ir ao encontro da sensibilidade que motivou Fazenda nessa escolha. É necessário considerar as raízes da sua origem e buscar, nas suas verdades, os sentidos que a conduziram para essa direção.

Joe Garcia, investigando o conceito de Interdisciplinaridade, em sua tese de doutorado, vê em Fazenda, um dos conceitos mais intrigantes que encontrou, e aponta, o seu pioneirismo no estudo da interdisciplinaridade, no Brasil.

Comenta Joe Garcia:

Com o objetivo de dar novas diretrizes à educação começa a ser discutido, no Brasil, por volta dos anos 70, o conceito de interdisciplinaridade. A discussão teórica sobre a interdisciplinaridade surgiu na literatura educacional brasileira na segunda metade dos anos 70, através dos trabalhos de Hilton Japiassu (1976) e Ivani Fazenda (1979). (2000:64).

O termo Interdisciplinaridade já havia sido empregado nos Estados Unidos na década de 1930, visando fomentar transformações nos currículos das escolas, no sentido de promover uma “integração” dos conhecimentos considerada necessária à educação. (Garcia,2000).

No entender de Fazenda, e de Garcia, o termo “integração” não escora, em totalidade, o sentido com o qual ela concebe a interdisciplinaridade.

Para Fazenda e Garcia:

(...) a tônica principal da interdisciplinaridade seria a “interação”, tendo a integração como uma etapa, e como objetivo final ‘o estabelecimento de uma atitude dialógica tendo em vista a compreensão e a modificação da própria realidade’ (Fazenda, 1979, p.83). (Garcia, 2000:72).

Adentrando a investigação hermenêutica do termo interdisciplinaridade, realizada por Garcia (2000), pode-se destacar que Ivani Fazenda amplia o conceito de interdisciplinaridade. Ao significá-la como uma *atitude*, desloca o seu movimento para a interioridade humana. A “interação” requer mais que simples movimentação das disciplinas escolares, tal como foi inicialmente concebida pelos norte-americanos. Com esse deslocamento o conceito de interdisciplinaridade, em Ivani Fazenda, solicita uma ação que se realiza na subjetividade do ser humano.

Desse modo, a idéia de “integração” deve evoluir para a idéia de “interação”, por incluir a individualidade que executa a ação, ou seja, por um

reconhecimento da própria sensibilidade em relação às expectativas de realização presente em cada indivíduos.

Da mesma forma que Joe Garcia, o canadense Yves Lenoir (2000), em investigação sobre as diferentes formas de se conceber a Interdisciplinaridade em vários países do mundo, destaca a singularidade, da qual é revestida a interdisciplinaridade concebida por Ivani Fazenda.

Yves Lenoir examina os movimentos interdisciplinares em países europeus e americanos e aponta as semelhanças e diferenças em cada um. A Interdisciplinaridade, tal como a vê Fazenda, é considerada distinta, se comparada às percepções que dão base para o estudo e desenvolvimento interdisciplinares em outros países como Canadá e Estados Unidos.

Na visão de Lenoir, a idéia da integração, que constitui a questão central veiculada pelo termo Interdisciplinaridade, é vista de maneiras diferentes e, há, por isso, diversas formas e proposições educacionais que se identificam como Interdisciplinaridade. Cada cultura, de acordo com os valores sedimentados no decorrer do seu processo de formação, pressupõe um tipo de integração para dar continuidade ao seu desenvolvimento social e humano. As integrações têm como base a lógica ditada pelas experiências acumuladas e que, diacronicamente, se constituíram em marcas de identificação de um povo ou de uma nação. São os valores aculturados que se revelam nos diferentes modos de perceber a Interdisciplinaridade. É a expectativa de estabelecer metas para os avanços nos vários campos de conhecimento e de relacionamento humanos, evidenciados na idéia de integração presente no desejo e nas ações que buscam perpetuar as

experiências bem sucedidas, eliminar as frustradas e projetar um futuro mais promissor.

Os europeus, especificamente os franceses, observa Lenoir, vêm a interdisciplinaridade sob a perspectiva da *integração dos saberes*; na França, educar significa *instruir*. A lógica francesa pressupõe atividades interdisciplinares onde os saberes integrados, resguardem a liberdade dos indivíduos assentada nos valores contidos no espírito republicano, nascidos na social democracia. Sobre a Interdisciplinaridade praticada na França, Lenoir escreve:

Esta concepção resulta do pensamento racional cartesiano, de ações dos filósofos (entre outros Voltaire) e de Enciclopedistas que, no século das Luzes (século 18), foram instruídos contra o obscurantismo, a ignorância e a opressão social que caracterizam, a seus olhos, A Igreja Católica, a realeza e a aristocracia.

Para os norte-americanos, a Interdisciplinaridade está fundamentada na integração dos *fazeres*, enquanto processo que promove a integração social do indivíduo. Educar, para os norte-americanos, significa fornecer instrumentos que permitam crescimento nos relacionamentos humanos e sociais. A liberdade é manifestada pelo *saber agir dentro e sobre o mundo*. Assim, seus valores pretendem ser perpetuados através de uma Interdisciplinaridade que proporcione a integração da *ética religiosa com o desenvolvimento da formação profissional atendendo a nova ordem industrial*. Os valores religiosos puritanos *‘do protestantismo’* colocam em evidência a importância do trabalho como realização do ser e a possibilidade de estar bem com Deus. (Lenoir, 2000: 13).

Lenoir reconhece o trabalho de Fazenda como centrado na pessoa humana, que ensina, e em seu modo de agir, numa ação que decorre da visão introspectiva sobre a própria prática. Ressalta que suas indagações são dirigidas

para as relações que o sujeito estabelece com o mundo, através de suas experiências, e como as vivências se revelam na prática pedagógica. A ação Interdisciplinar é, para Ivani Fazenda, resultado de um diálogo subjetivo estabelecido entre o *ser* e o *fazer*, numa atitude reflexiva.

Em dezembro de 2001, durante o “I Simpósio Internacional de Interdisciplinaridade” realizado na PUC/SP, Yves Lenoir reconfirma suas considerações sobre o assunto dizendo que o sentido da Interdisciplinaridade na cultura francesa é centrado nas questões epistemológicas; na cultura americana, destina-se à formação com vistas na sociedade e na cultura brasileira, a idéia de interdisciplinaridade se concentra na formação do sujeito.

Buscando clarificar as considerações feitas por LENOIR aos escritos de Ivani Fazenda, vemos na cultura brasileira, os fundamentos desse olhar que Fazenda tem sobre a Interdisciplinaridade, olhar que busca aspectos da nossa cultura subentendidos na maneira peculiar de aprender a Interdisciplinaridade, e dar-lhe o sentido que se realiza no campo da subjetividade.

Debruçando-me sobre seus escritos e absorvendo os seus ensinamentos em sala de aula pude perceber, por minha vez, que a interdisciplinaridade em Fazenda sustenta-se no sentido da palavra interação, numa ação mútua exercida entre pessoas. A isso chamamos de alteridade.

O sentido de interação traz para a interdisciplinaridade ações recíprocas exercidas entre os sujeitos e entre os sujeitos e objetos de suas relações. Refere-se às ações recíprocas e ao jogo das ambigüidades estabelecidas interacionalmente. Envolve a movência dos sujeitos e dos objetos e contempla e

acolhe as diversidades. Em cada ação subsistem os traços do sujeito que age em função do conhecimento prévio dos actantes em situação de aprendizagem.

Fazenda preocupa-se com a Interdisciplinaridade advinda da cumplicidade do *ser*, diacrônico, com o *fazer*, sincrônico de maneira que a intersubjetividade emergida do diálogo *ser-fazer* reverbera para o campo educacional, revertendo-se em necessidades sociais e humanizando as relações interativas.

A Interdisciplinaridade de Fazenda é estratégica para um enfrentamento das questões educacionais imbuída na maneira de *ser*, e delineada pela formação cultural brasileira. É estratégia, pois traz em seu bojo as marcas da nossa cultura e a expectativa de evoluir sem abdicar das nossas raízes. Ela se fundamenta em princípios que restauram o *ser*, no seu sentido de existir, de *ter direito, de agir* consciente.

Nesse modo interativo de ver a Interdisciplinaridade, a liberdade é ressignificada, revela e desvela as sensibilidades e as emoções escondidas no espírito e desperta do recôndito do *ser* os sentimentos e os sonhos ali adormecidos.

O *ser* físico e o *ser* espiritual, cindidos pela força do conhecimento racional herdados da cultura européia, são interdependentes e interativos. Razão e emoção compõem a dança de luz e sombra da liberdade conquistada (Fazenda). O revelar-se, para o agir consciente, preserva o culto que reverencia o lado sagrado do *ser* humano. Desperta a estima nas pessoas ao propor trabalho que resgata pelo diálogo, a inteireza humana, revelado entre a atitude reflexiva do *ser*, que é sensível e emocional, fruto das vivências espirituais e anímicas, e do *ser*

que *faz*, consciente em sua subjetividade resultando em experiências que crescem a cultura.

O *ser* e o *fazer* se completam na figura Interdisciplinar. Cada ação revela mais do que o ato em si propõe ou resulta. É o reflexo da totalidade dos fatos vividos, consciente ou inconscientemente. É a subjetividade do sujeito inserido no mundo em que vive. *A Interdisciplinaridade permite-nos olhar o que não se mostra e intuir o que ainda não se consegue, mas esse olhar exige uma disciplina própria capaz de ler nas entrelinhas* (Fazenda, 2001: 15).

A Interdisciplinaridade almeja desvelar e mostrar ao mundo o que a nossa cultura tem de mais significativo a diversidade e a sensibilidade, ou seja, resguarda os princípios humanistas aceitos universalmente, como os que conservam a relação harmoniosa entre o *saber* racional e intelectual e o *ser* intuitivo e emocional.

A imanência e a transcendência do mundo e da vida, problematizadas nas investigações humanistas, encontram respaldo nos temas que versam sobre a dignidade, a força e a liberdade. No campo das metodologias, esses valores insurgem como reveladores dos sentidos que ocorrem na própria existência e desse modo são criticados e avaliados. Ao nos interrogar quem somos, quem fomos e o que pretendemos, identificamo-nos como seres humanos dispostos a aflorar das nossas vidas os sentidos e ressignificá-los vislumbrando um mundo melhor. Os sentidos que herdamos, culturalmente dos nossos valores, comportamentos, emoções, sentimentos e produções são os que dão sentido à própria vida e reconstróem o ser humano na sua totalidade. Para evidenciá-los é que nos desconstruimos e propomos, num processo de reconstrução, os seus

afloramentos, com o intuito de avançar e somar, nas questões individuais e sociais.

O sentido da sensibilidade que se realiza na Interdisciplinaridade esculpida pela sensibilidade de Fazenda, se fundamenta na especificidade dos sentimentos que ganharam força em decorrência da formação cultural brasileira.

Para alguns filósofos, o ser não pode ser contido por palavras, pois estão sempre contextualizados e isso move continuamente do *ser* readequando, construindo e desconstruindo o significado das Palavras. As Palavras dependem do contexto para significarem e são vetoriadas em sentido intencionado, isto é, as Palavras sintonizam-se, realinham-se a um norte dado pela intencionalidade e toma a pista medida pela intensionalidade. O emissor constitui-se como *ser* nessa ação. Está antropologicamente constituído para isso. A palavra proferida circunscreve o emissor. O ser extrapola o sentido da palavra. Diz Fazenda:

Optei por ensaiar um discurso procurando estabelecer relações entre linguagem e filosofia. A interação doi extrair dele o sentido da palavra. Acreditava na força dela (...). Decidi investigar a palavra pelo avesso, melhor explicando, seguindo a trilha que a vida me indicava e esta dizia o seguinte: se quer compreender o que lhe parece, tente decifrar o que está por trás da aparência. A aparência era uma palavra cristalina e transparente, uma palavra com movimento. Atrás dela um mundo fechado, intrincado (2003:11).

E diz ainda

A questão da palavra, como ela se articula, o valor da palavra pronunciada, o cuidado no Dizer, a necessidade de Ouvir – são questões...que hoje ouso revisitá-la” (FAZENDA, 2003:5).

“A Interdisciplinaridade permanece fiel ao gosto pelo estudo da palavra” (p. 6).

Considerações Finais

A mulher suportava mal esse lento silenciar e, mais e mais vezes, o espicaçava para as falas:

- Então, marido já não fala?

- Estou à procura das palavras ...

Demorava-se, olhos rebuliçosos, à cata dos termos.”

Mia Couto, 2006:14

Merleau-Ponty (2006) pontua que: *eu me empresto ao outro, eu o faço com meus próprios pensamentos*. Acrescento: percebo o *outro* e o constituo numa mediação disfarçada de diálogo, preencho, embora sempre provisoriamente, o vazio que se instala no espaço interacional entre a percepção que tenho do *outro* e o eco que tal percepção reverbera em mim.

Apanhar lampejos reverberados da percepção e conformá-los com significância é o *lance* que se espera para produzir comunicação com sentido.

O *modus operandi* do meu trabalho aconteceu num campo já semeado e verdejante, no qual brotou o assunto tratado, a Palavra. A Palavra que se faz língua e que se faz linguagem. E, seguindo as luzes de Greimas (1979) lembro que todo ato de linguagem decorre dos efeitos de sentido, que não serão nem previstos e nem imprevistos na situação comunicativa. E vimos que tudo dependerá das circunstâncias e do contexto social e histórico do qual disporão os actantes para organizar o próprio universo, na presença de mundos reais e na manifestação de mundos possíveis, vislumbrando uma referencialidade atualizada pela Palavra.

Assim, além da observação do movimento e força da palavra, recorri ao meu inventário teórico, e vivenciado, e à novas leituras instauradas nas incursões motivadas pelo tema escolhido. A soma dos olhares e das leituras socorreu-me na disposição de aproximar-me, o possível, da essência da Palavra. Pois sob a Palavra revelada pode se esconder uma outra mais fiel aos propósitos comunicativos, e sob essa há outra ainda e mais outra sob essa última...

Vimos, em alguns momentos, que o ser não pode ser contido pela palavra, pois estão sempre contextualizadas e isso move o continente do *ser* readequando

o conteúdo de suas Palavras. Palavras sintonizando-se para se alinharem ao norte dado pela intencionalidade e ajustada e adornada pela intensionalidade. O *emissor* se constrói como *ser* nessa ação, pois está *antropologicamente*⁹⁰ constituído para isso.

O *emissor* trilha o caminho que se faz e refaz pela Palavra. A palavra que é libertada e situada num contexto com significância e que estabelece o nexos comunicativo. A coerência é o fio que faz a ligação entre os vínculos que formam a trama do conhecimento ao fazer a conexão entre o *dito* e o latente *dizer* e entre o pensar, o fazer e o sentir.

A Interdisciplinaridade considera a necessidade da disciplina. E da disciplina para a Interdisciplina há o tempo de espera dado para que as pessoas mostrem e desvelem o potencial adormecido. Comunicar é também dizer no silêncio pelo corpo, gestos e olhares, é ouvir. E convida a colocar “a cadeira na roda” na procura de valorizar o outro. Estar receptivo para o *outro*, acolhendo sua presença ativa em parceria, tendo como preocupação a dimensão da totalidade tanto do conhecimento, quanto, e principalmente, do ser, continuamente a procura de novos elementos para reforçar e esclarecer o que julga saber. Cotejar e incorporar novos saberes, mesmo que tenha de abandonar os já constituídos. Aceitar a provisoriedade dos conhecimentos, e ter sempre em mente que o *outro* também sabe algo. Não se começa do nada. Não existe tabula rasa. Sempre se pensa a partir do que os outros pensaram. É sempre com pequenas reapropriações, com pequenas torções que, dentro de uma legião de idéias já produzidas por outros, se chega a um pensamento novo e diferenciado.

⁹⁰ Exposição sistemática dos conhecimentos que ser tem a respeito do homem.

Favorecer o autoconhecimento e desenvolvimento de uma sensibilidade, e possibilitar o aparecimento de um observador interno em cada um de nós, sábio e tranqüilo que perceba, sem preconceitos, suas inquietações, dores, limitações, tensões, desejos e prazeres, abrindo-se para uma transformação em si próprio, e com isso possibilitar uma escuta sensível do *outro*.

Pessoalmente avanço minha compreensão. Vi que para conhecê-la tive de rever a minha própria relação com o conhecimento. Precisei tornar o já conhecido mais resiliente, tirando dele meu olhar prescritivo e dando-lhe um novo olhar que fez fluir na relação com o *outro*, num diálogo que não abriu mão do respeito e que faz a diferença.

Diante deste horizonte de compreensão que se abre, muitos outros ainda existem para ser explorados no território das relações multifacetadas entre o *eu* e o *outro*. Sinto uma certa realização por ter, de certa forma, percorrido um dos muitos ramos da raiz desta busca. Ao meu modo, transpus um desafio ao colocar a Interdisciplinaridade numa esfera familiar, ao percorrer seu texto e desdobrar significados de seus recônditos pontos e lançá-los à expansão e compreensão.

E no que cerne à Palavra, parece que nunca conseguimos ir além do simples levantar da ponta do véu.

E para finalizar: *Possibilitar ao indivíduo exercer sua capacidade de produzir ações, novas significações, portanto novas palavras, e não apenas repetir as consagradas.* (Baccega, 1995:6)

BIBLIOGRAFIA

... é a organização de inventários metódicos, gerais ou especiais, dessa massa enorme de documentos escritos, com que o homem tratou desde muito cedo de iludir a limitação desesperadora da sua memória e de satisfazer a sua necessidade de longa comunicação espiritual.

Fidelino de Figueiredo, apud Laudelino Freire, 1954:1027

ADORNO, Theodor. **Crítica Cultural e Sociedade**. Trad. Augustin Wernet e Jorge de Almeida: Ática, 2001.

ALLIEZ, Éric. **Da impossibilidade da fenomenologia**, São Paulo: Editora 34, 1996.

ARISTÓTELES. **Poética**. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural e Industrial, 1993.

BACCEGA, Maria aparecida. **Palavra e discurso – história e literatura**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1981.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. FIORIN, José Luiz (orgs). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.

_____. **Elementos de semiologia**. São Paulo, Cultrix, 1971.

BELLENGER, Lionel. **A persuasão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

BERLO, David K. **O processo da comunicação**. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1963..

BLUMENSCHHEIN, Edna Camille. **Paráfrases e Compreensão de textos**. São Paulo, 1997. Dissertação de Mestrado em Semiótica e Lingüística Geral, USP.

BOCHÉNSKI, Innocentius Marie. **A filosofia contemporânea ocidental**. Tradução de Antonio Pinto de Carvalho. 3. ed. São Paulo: Edusp, 1975.

CALVINO, Ítalo. **O contraste entre o mundo e a palavra**. N.Y. Review of Books. Artigo publicado no jornal "O Estado de São Paulo", Ano III, nº 197, 18/03/84. (p. 2 e 3).

CAMUS, Michel. **A 3ª palavra**, in: O pensamento transdisciplinar e o real. (Entrevista a Michel Random). São Paulo: Triom, 2000 (pp. 171-184)

CANETTI, Elias. **A consciência das palavras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARRAHER, David William. **Senso Crítico: do dia-a-dia às ciências humanas**. São Paulo: Pioneira, 1983.

CARRASCO, Walcir. **O caçador de palavras**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

CAVALCANTI, Marilda do Couto. **Interação leitor-texto: aspectos de interpretação pragmática**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

CHALHUB, Samira. **Funções da linguagem**. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

CIESPAL. **Esquemas del proceso de la comunicacion**. Quito – Equador: 1969.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Roteiro de Lógica Jurídica**. São Paulo: Max Limonad, 1996.

COUTO, Mia. **O outro pé da sereia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **O último vôo do flamingo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução Cláudia Sant'Ana Martins; revisão da tradução Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DUBOIS, J. et al. **Retórica Geral**. Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

DUCROT, Oswald. **Provar e dizer: linguagem e lógica**. São Paulo: Global Ed., 1981

ECO, Umberto. **A busca da língua perfeita na cultura européia**. 2. ed. Bauru, SP: Edusc, 2002.

_____. **A língua, o poder, a força**, in: Viagem na irrealidade cotidiana. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. (pp 314-330).

_____. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

_____. **O signo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

EPSTEIN, Isaac. **O signo**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?**. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. **Reflexões Metodológicas sobre a tese: “Interdisciplinaridade – um projeto em parceria**. In: Metodologia da pesquisa educacional. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 6. ed. Campinas: Papirus, 1994..

FERRARA, Lucrecia D’Alessandro. **Leitura sem palavras**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

FERRAZ, Jr, Tércio Sampaio. **Direito, Retórica e Comunicação**. São Paulo: Editora Saraiva, 1997.

FINKELSTEIN, Sidnei. **McLuhan: a filosofia da insensatez**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUCHS, Catherine. **Paraphrase et énonciation.** Paris, França: Editions Ophrys, 1994.

GADAMER, Hans George. **Verdade e métodos; traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica.** Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1977.

GARCIA, Joe de Assis. **A interdisciplinaridade, tempo e currículo.** São Paulo, 2000. Tese de Doutorado em Educação e Currículo, PUC-SP.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em Prosa Moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 1974.

GAUTHIER, Jacques Zanidê. **A questão da metáfora, da referência e do sentido em pesquisas qualitativas: o aporte da sociopoética.** Revista Brasileira de Educação – ANPED, apoio CNPq. Jan./Abr./2004. pp. 127-142.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural.** São Paulo: Editora Cultrix, 1976.

GUIRAUD, Pierre. **A semiologia.** Lisboa: Editorial Presença, 1985.

HAYAKAWA, S. I. **A linguagem no pensamento e na ação.** São Paulo: Pioneira, 1963.

HEGENBERG, Leônidas. **Etapas da investigação científica.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976. vol.2.

HUSSERL, Edmund. Investigações Lógicas. In: Os pensadores. Vol. XLI. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

ISER, Wolfgang. **A interação do texto com o leitor** in: A literatura e o leitor: textos de estética da recepção. Seleção, tradução e introdução de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979. (pp 83-132).

_____. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. São Paulo: Editora 34, 1999. vol. 2.

JAKOBSON, Roman. **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.

JAPIASSU, Hilton. **O Sonho transdisciplinar: e as razões da filosofia**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

KEHDI, Valter. **Formação de palavras em português**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. 5ª ed. Campinas: Pontes, 1997.

LADRIÈRE, Jean. **A articulação dos sentido**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. Tradução Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras, São Paulo: Educ, 2002.

LENOIR, Yves. **Didática e Interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontornável**. In: FAZENDA, Ivani (org.). Didática e Interdisciplinaridade. Campinas: Papirus, 1998. (p.109-132).

LEVIN, Samuel R. **Estruturas lingüísticas em poesia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LIMA, Luiz Costa. **Vida e mimesis**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

LOPES, Edward. **Discurso, texto e significação: uma teoria do interpretante**. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

LOPES, José Reinaldo. **As palavras e a lei: direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno**. São Paulo: Editora 34, 2004.

MAIAKÓVSKY, Wladimir. **Poética: como fazer versos**. São Paulo: Global Editora, 1977.

MARTIM, Robert. **Inférence, autonomie et paraphrase – elements pour une théorie sémantique**. CNRS, Paris – Livrarie C. Klincksiek, 1976.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica – A Prática de Fichamentos, Resenhas e Resumos**. São Paulo: Atlas, 1991. pp. 85-94.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 3. ed São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MEYER, Michel. **Questões de retórica: linguagem, razão e sedução**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1993.

MILAN, Betty. **A força da palavra**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

MORENTE, Manoel Garcia. **Fundamentos de filosofia. In: lições preliminares**. 8ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1964.

MORIN, Edgar. **Complexidade e Transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental**. Tradução de Edgar Assis Carvalho. Natal: Editora da UFRN, 2000.

MURALT, André de. **A metafísica do fenômeno: as origens medievais e a elaboração do pensamento fenomenológico**. Tradução de Paula Martins. São Paulo: Ed. 34, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Ecce homo: como alguém se torna o que é**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OGDEN, C.K. e RICHARDS, I. A. **O significado de significado**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

OLIVEIRA, Ana Cláudia Mei de; LANDOWSKI, Eric. **Do inteligível ao sensível: em torno da obra de A. J. Greimas**. São Paulo: EDUC, 1995.

OLSON, David R. **O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

PARRET, Herman. **Enunciação e pragmática**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PESSOA, Fernando. **A língua portuguesa**. Org. Luiza Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PINEAU, Gaston. **O sentido do sentido**. In: Educação e Transdisciplinaridade / Nicolescu Basarab et al; tradução de Judite Vero, Maria F. Mello e Américo Sommerman – Brasília: Unesco, 2000. pp. 31-56.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates: Banquete**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

POUND, Ezra. **Abc da literatura**. São Paulo: Editora Cultrix, 1970. 218 p.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

_____. **O conflito das interpretações: ensaio de hermenêutica**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1978.

_____. **Parcours de la reconnnnaissance: trois études**. Paris, França: Éditions Stock, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de linguistique générale**. Paris, França: Payot, 1976.

SEARLE, John R. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SOMMERMAN, Américo. **Inter ou transdisciplinaridade?** São Paulo: Paulus, 2006.

SPITZER, Leo. **Três poemas sobre o êxtase: John Donne, San Juan De La Cruz, Richard Wagner**. Tradução de Samuel Titan Jr. et al. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

TACUSSEL, Patrick. **Comunidade e Sociedade: a partilha intersubjetiva do sentido**. In: Geraes – Revista de Comunicação Social, Belo Horizonte, n. 49:03, maio, 1998.

TINIANOV, Iuri. **O problema da linguagem poética II: o sentido da palavra poética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido**. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.

VICTOR, Ronaldo. **Intersubjetividade**. Disponível em: <http://www.sprj.org.br/boletim/Artigo>. (Acesso em 07/04/06)

VOGT, Carlos. **Linguagem pragmática e ideológica**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

WATZLAWICK, Paul et alii. **Pragmática da comunicação humana**. São Paulo: Editora Cultrix, 1993.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. In: Os pensadores. Vol. XLVI. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

ZILBERMAN, Regina e Silva, Ezequiel Theodoro da (orgs.). **Leitura: perspectivas interdisciplinares**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

DICIONÁRIOS CONSULTADOS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CAMARA JÚNIOR, J. Matoso. **Dicionário de Lingüística e Gramática: referente à língua portuguesa**. 9. ed. Petrópolis: 1981.

DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan. **Dicionário das ciências da Linguagem**. Lisboa: Publicações Dom quixote, 1972.

FAZENDA, Ivani (org.). **Dicionário em construção: Interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez Editores, 2001.

FREIRE, Laudelino. **Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1954.

GREIMAS, Algirdas Julien et COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semântica**. São Paulo: Cultrix, 1979

RABAÇA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.